Relatório Anual

2012

# Ministério Público

## Estado do Rio Grande do Sul

# Expediente

COORDENAÇÃO-GERAL
Ana Cristina Cusin Petrucci. Promotora-Assessora, Coordenadora do Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI

Organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada
Projeto Gráfico e Diagramação: Assessoria de Imagem Institucional

Rio Grande do Sul. Ministério Público.
Relatório anual 2012 / organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2013.
116 p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – Relatórios. I. Título.

CDU 347.963(816.5)(047)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradoria-Geral de Justiça
Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre/RS - 90050-190
Telefone: (0XX51) 3295 1100 E-mail (geral): pgj@mp.rs.gov.br

**Eduardo de Lima Veiga,**
Procurador-Geral de Justiça.

**Ivory Coelho Neto,**
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

**Daniel Sperb Rubin,**
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**Marcelo Lemos Dornelles,**
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**Isabel Guarise Barrios Bidigaray,**
Chefe de Gabinete / Secretária-Geral.

**Ruben Giugno Abruzzi,**
Corregedor-Geral do Ministério Público.

**Noara Bernardy Lisboa,**
Subcorregedora-Geral do Ministério Público.

# SUMÁRIO


APRESENTAÇÃO 08

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL 10

ORGANOGRAMA 11

GESTÃO INSTITUCIONAL 12

APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE 42

ÁREAS DE ATUAÇÃO 54

GESTÃO ADMINISTRATIVA 96

## MISSÃO

"O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis."

## VISÃO

"Ser reconhecida como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais."

## VALORES

Compromisso Social
Independência
Democracia
Combatividade
Efetividade
Transparência
Ética/Integridade

# Apresentação

Anualmente, compete ao Procurador-Geral de Justiça elaborar o Relatório de Atividades Anuais do Ministério Público para submetê-lo à Assembleia Legislativa, bem como comparecer à Casa do Povo para relatar essas atividades e discorrer sobre as eventuais necessidades da Instituição (Lei Estadual nº 7.669/82, artigo 25, incisos III e IV). Trata-se, substancialmente, de celebrar os princípios constitucionais de acesso à informação, publicidade e governança, além de fomentar o desenvolvimento de uma cultura de transparência e controle social na administração pública.

Neste contexto, e entendendo que não há controle social sem a disponibilização de informações diretamente ao cidadão, o Ministério Público implementou as diretrizes estabelecidas pela Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011). Para tanto, foi criado o Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão (SIAC), responsável por implementar a política de acesso à informação no âmbito do Ministério Público, bem como integrar os diversos órgãos e canais envolvidos na prestação de informações e atendimento ao cidadão. Através do Portal do SIAC, hospedado no site da Instituição, é possível solicitar informações, consultar processos, acessar dados institucionais, contatar a Ouvidoria, entre outros serviços.

Destaca-se, também, a permanente necessidade de modernizar a gestão institucional, no intuito de bem gerir os recursos públicos disponíveis e gerar resultados efetivos para a sociedade. A Instituição, firme neste propósito, estabeleceu parceria com o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) objetivando a conjugação de esforços e de recursos para a execução do "Programa de

Melhoria da Gestão na Administração Pública". A partir do convênio firmado, tem-se implantado mecanismos gerenciais no sentido de otimizar as despesas correntes e ampliar a capacidade de investimento da Instituição, e, em outra frente, no aperfeiçoamento dos procedimentos investigatórios institucionais na esfera extrajudicial.

E, ao lado das funções tradicionais junto ao sistema de justiça, que vão espelhadas neste relatório, o Ministério Público atua como agente de inovação, com especial atenção para a efetivação de políticas públicas. Nesta esfera, buscamos atuar cotidianamente e por meio de projetos institucionais nas mais diversas áreas, com ênfase na promoção de direitos humanos, melhoria da educação e combate à corrupção.

Desse modo, sublinha-se o esforço permanente de manter o Ministério Público à altura dos desafios contemporâneos. A Instituição prossegue na consolidação da cultura de gestão estratégica, com a conjugação de esforços nas prioridades estabelecidas, a partir de projetos estruturados e medição dos resultados alcançados. Tudo isso com a finalidade de sermos cada vez mais efetivos na transformação da realidade social e proteção dos direitos fundamentais, visão estabelecida em nosso Mapa Estratégico, que tem 2022 como horizonte.

Em relação às nossas necessidades, aproveito a oportunidade para solicitar apoio dos parlamentares no sentido de reforçar nosso repúdio à PEC 37/2011. Oferecer o monopólio investigativo para as polícias, no nosso entendimento, trará um risco ainda maior de impunidade, exatamente na contramão dos anseios de uma sociedade que clama por mais justiça e punição aos criminosos. Ademais, a recente tragédia de Santa Maria nos impõem novos desafios enquanto órgãos públicos, reforçando a necessidade de trabalharmos cada vez mais em conjunto. Necessitamos de critérios mais rigorosos de segurança em locais de grande aglomeração de pessoas visando à prevenção de catástrofes e, para tanto, legislação e fiscalização precisam ser aperfeiçoadas.

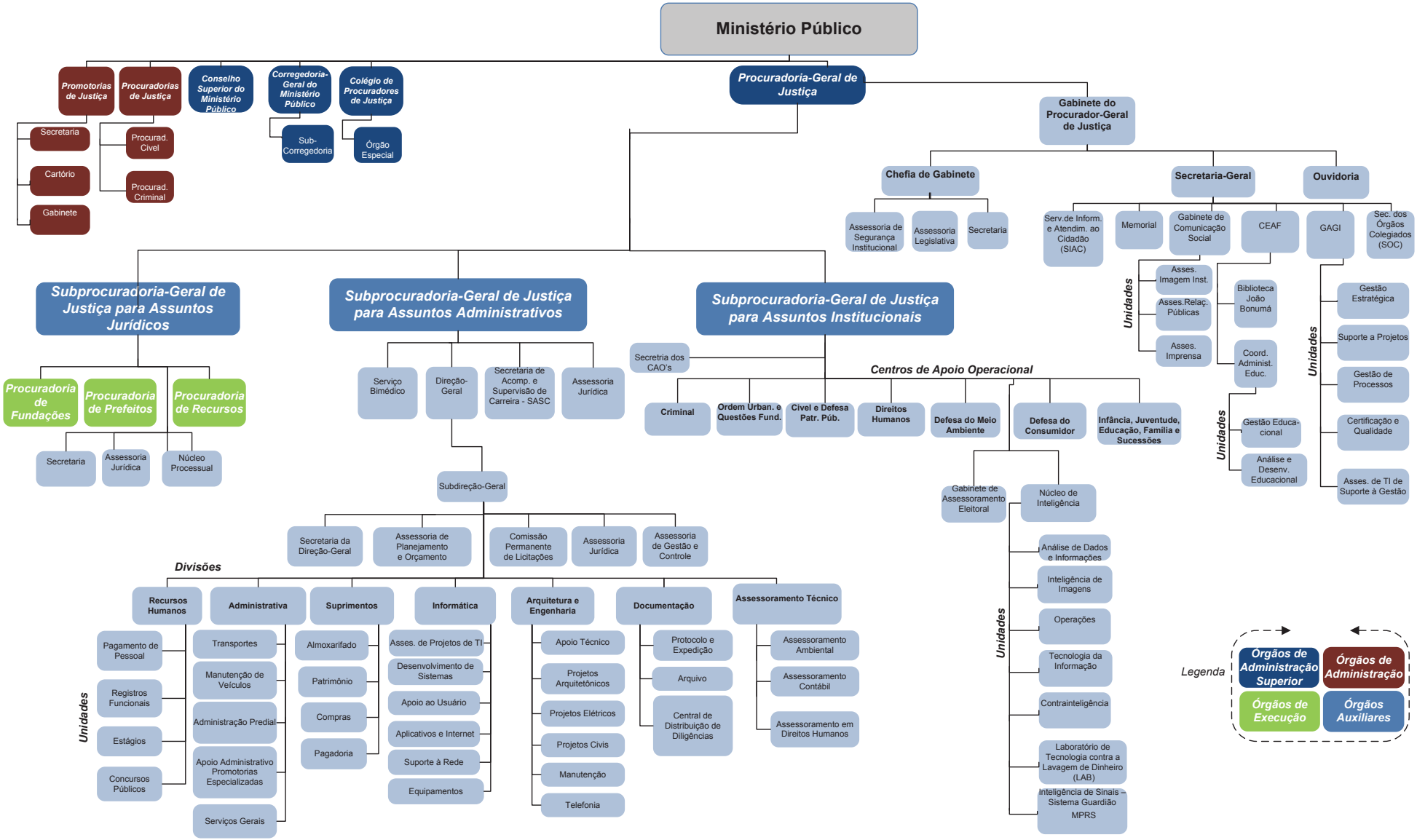
Importante salientar, por fim, que nada fazemos senão pelas pessoas e por meio das pessoas. Desse modo, gostaria de utilizar esse espaço para agradecer o trabalho sempre dedicado e incansável dos Membros e Servidores do Ministério Público, grandes responsáveis pelos resultados que apresentamos neste relatório, e reforçar nosso compromisso permanente com a sociedade gaúcha.

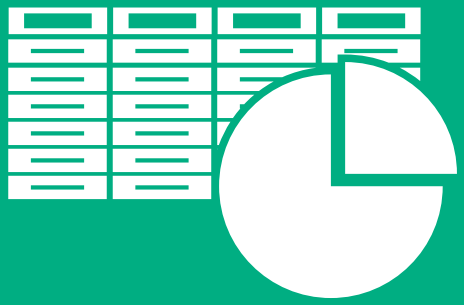
Eduardo de Lima Veiga
Procurador-Geral de Justiça

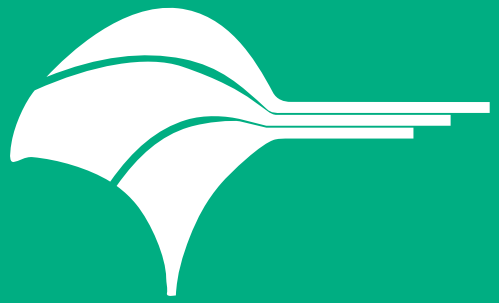
# Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 incumbiu defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Conta com seus órgãos de Administração Superior (Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Corregedoria-Geral), de Administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e de Execução (Procurador-Geral, Conselho Superior, Procuradores e Promotores de Justiça).

# Organograma







# Gestão Institucional

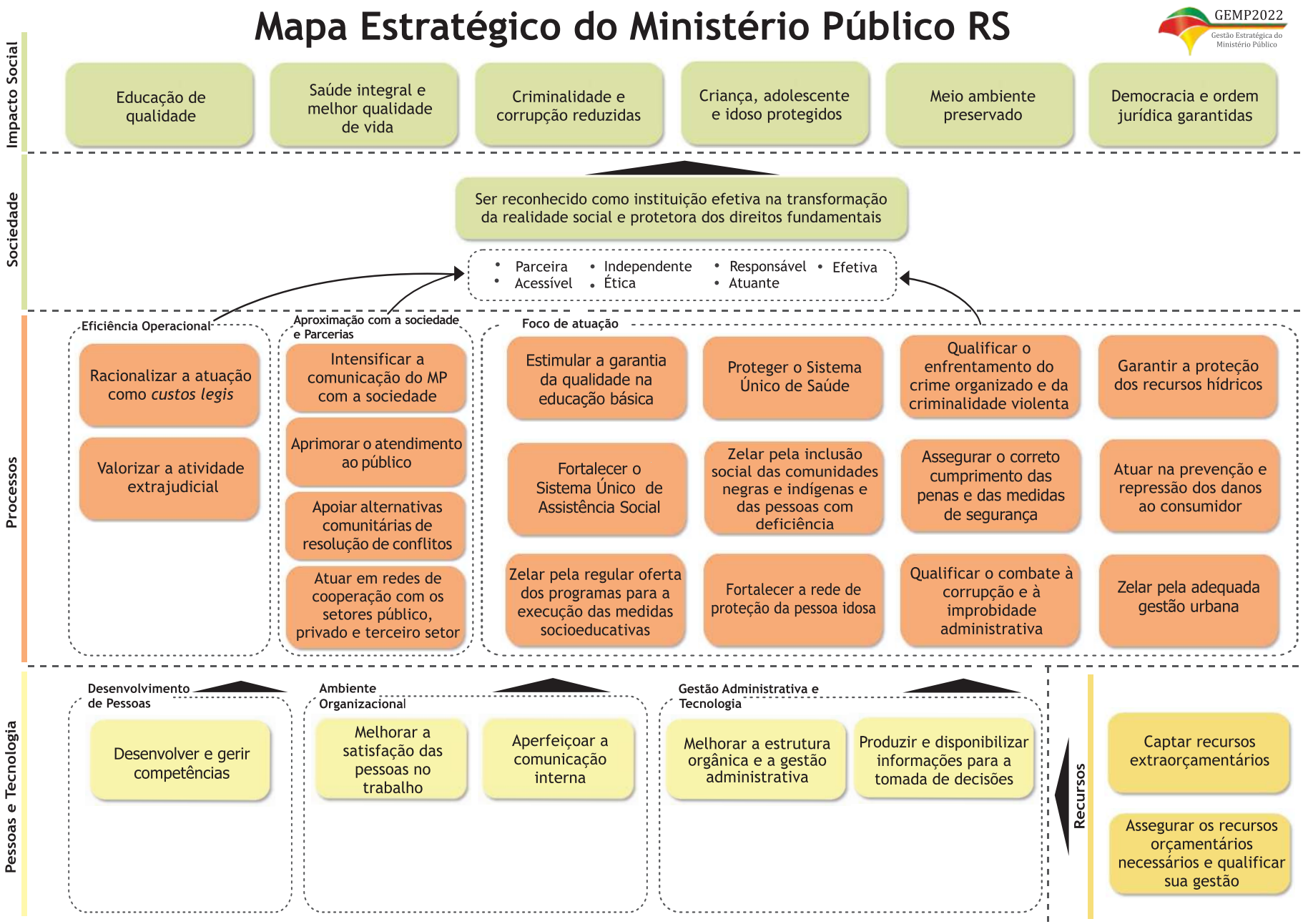
O MPRS adotou, desde 2008, um modelo de gestão estratégica baseado na metodologia do Balanced Scorecard – o GEMP 2022 – sendo a estratégia institucional traduzida em objetivos, indicadores, metas e projetos específicos. O modelo prevê, ainda, a análise periódica dos resultados alcançados e a realização de reuniões de gestão para avaliação e tomada de decisões com o intuito de garantir o alcance dos objetivos pretendidos, bem como para a correção de rumos, caso necessário. Desde então, o Mapa Estratégico da instituição, que consiste na representação gráfica da estratégia, já passou por duas atualizações visando melhor refletir a escolha do curso de ação mais apropriada para a realização da visão institucional.

Em 2012, o processo de difusão da metodologia de gestão estratégica implantada na instituição teve continuidade com a capacitação de membros e servidores no curso de Introdução à Gestão Estratégica e de Projetos, onde foram abordados temas como a Evolução Histórica da Gestão Estratégica, Etapas da Gestão estratégica e de Projetos, Modelo de Gestão Estratégica do Ministério Público e Desdobramento da Estratégia. Estas capacitações estão permitindo um maior contato dos colaboradores do MPRS com os elementos teóricos e práticos da gestão estratégica e de projetos, possibilitando assim, um maior envolvimento de toda a instituição no processo de condução e monitoramento da estratégia.

O processo de condução da gestão estratégica do Ministério Público foi impulsionado em 2012 devido à aquisição de uma ferramenta de tecnologia da informação voltada para a gestão estratégica e de projetos. A partir do próximo ano, portanto, o processo de monitoramento e análise dos objetivos, indicadores, metas e projetos da gestão estratégica tornar-se-á mais rápido, agilizando a tomada de decisões e trazendo transparência na divulgação dos seus resultados. A ferramenta trará visibilidade para a Administração sobre a execução do planejamento estratégico e dos projetos e programas vinculados, permitindo um controle efetivo de prazos, custos e recursos.

Na sequência é apresentado o Mapa Estratégico do MPRS, representação gráfica da estratégia da instituição, que reúne os principais objetivos a serem alcançados:

# Mapa Estratégico



No quadro abaixo é apresentado o portfólio de programas e projetos estratégicos do MPRS, que representa as iniciativas diretamente associadas à implementação da estratégia, ou seja, vinculadas aos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico da Instituição:

| OBJETIVO | PROGRAMA/ PROJETO | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|
| Valorizar a atividade extrajudicial | Reestruturação do Processo de Acompanhamento de TACs | Busca oferecer aos Promotores de Justiça um modelo de referência para a celebração e acompanhamento da execução dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados, com vistas a aumentar o índice de TACs cumpridos e a efetividade dos resultados alcançados. Pretende-se, em síntese, fazer uma análise detalhada da situação atual do processo de acompanhamento de TACs, identificar problemas e implementar melhorias, além de instituir um processo de gestão para avaliação sistemática dos resultados por meio do acompanhamento de indicadores. |
| | Reestruturação do Processo de Investigação | O projeto em análise visa reduzir o tempo de tramitação dos Inquéritos Civis (ICs) na Instituição, bem como garantir uma maior concentração de esforços nas investigações com maior relevância social, ou seja, com potencial de gerar resultados mais imediatos à população. Para tanto, pretende-se fazer uma análise detalhada da situação atual do processo investigatório, com a identificação dos problemas e implementação de melhorias. Além disso, será implantada uma metodologia para gestão dos processos investigatórios, com avaliação sistemática dos resultados a partir do monitoramento de indicadores previamente estabelecidos. |
| | Reestruturação do Processo de Fomento de Políticas Públicas | Observada a necessidade de formalização do processo de trabalho para diagnóstico, fomento e acompanhamento de políticas públicas pelos Promotores de Justiça, com vistas a atender proativamente as demandas da sociedade, criou-se este projeto com o objetivo de estabelecer claramente as responsabilidades e o fluxo de trabalho para o fomento de políticas públicas.<br>Desse modo, pretende-se fazer uma análise detalhada da situação atual do processo de fomento de políticas públicas, com a identificação dos problemas, implementação de melhorias e avaliação sistemática do processo a partir do acompanhamento de indicadores. |

| OBJETIVO | PROGRAMA/ PROJETO | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|
| Intensificar a comunicação do MP com a sociedade | Vídeo institucional | A produção audiovisual tem características particulares que proporcionam a utilização de uma linguagem direta e facilitam a compreensão da população. Assim, o presente projeto está sendo desenvolvido para a produção de vídeo institucional para divulgação do papel do MPRS na sociedade. |
| | Material gráfico | O projeto visa à produção de material gráfico com linguagem acessível ao público leigo sobre as atribuições do Ministério Público, com vistas a contribuir para que a Instituição se torne mais conhecida da sociedade. |
| | Outdoors | Pretende-se instalar pelo menos um outdoor em cada Comarca do Estado – totalizando aproximadamente 200 painéis – colaborando para uma comunicação efetiva e reforçando a campanha de divulgação do papel do MP para a sociedade. |
| | Reformulação da página da internet | Este projeto consiste na reestruturação da página da internet, ampliando a gama de informações sobre o Ministério Público e suas áreas de atuação, com a criação de portais, realocação de conteúdos e alteração do layout. A ideia é dar destaque aos serviços prestados à população, tais como denúncias oferecidas, consulta a processos e contato com a Ouvidoria, permitindo, ao final, uma melhor usabilidade dos recursos. Pretende-se, também, desenvolver espaços no site com linguagem mais direta ao público leigo – a partir de ferramentas lúdicas que possibilitem a interação com os cidadãos. |
| | Rádio corporativa online do Ministério Público do RS | Pretende-se instalar uma estação de rádio permanente, com programação 24 horas por dia, disponibilizada na web, veiculando notícias da Instituição e programação musical. Trata-se de meio hábil para intensificar a comunicação do MPRS tanto com o público interno quanto com o externo. |
| | Placas de Sinalização do MP | Através do projeto, pretende-se providenciar a instalação de placas de sinalização indicando a localização da sede do MPRS em cada Município, tornando mais fácil o acesso dos cidadãos que queiram ou necessitem ir pessoalmente à Instituição. |
| | Sistemática de visitação | O projeto consiste no desenvolvimento de uma sistemática de visitação à sede institucional e ao Palácio do MPRS. Durante o passeio, a ideia é proporcionar aos interessados o contato com um Membro da Instituição que repassará informações sobre as funções do Órgão, o trabalho dos Procuradores e Promotores de Justiça, as áreas de atuação e as formas de acesso ao Ministério Público. |

| OBJETIVO | PROGRAMA/ PROJETO | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|
| Aprimorar o atendimento ao público | Atendimento ao público na sede do MP | Busca-se, através do projeto, implementar o atendimento ao público na Sede do MPRS (Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80). O serviço será executado nos termos propostos pela metodologia definida no Programa de Padronização e Organização Administrativa do MPRS. |
| | MP na Estrada | O projeto consiste na disponibilização de uma estrutura itinerante, por meio de um ônibus, para atendimento ao público e divulgação do MPRS junto à sociedade, com participação em feiras e eventos em todo o Estado. |
| Estimular a garantia da qualidade na educação básica | Implantação das Promotorias Regionais da Educação | O projeto propõe-se a implantar as Promotorias Regionais da Educação no âmbito do MPRS, visando a assegurar, de forma prioritária: o direito e o acesso à educação infantil; a universalização da educação para a população de 4 a 17 anos, até 2016 (Emenda Constitucional n° 59, art. 6°); a redução dos níveis de evasão e reprovação escolar, especialmente nos ensinos fundamental e médio, através da implementação da FICAI em todos os municípios do Estado; e a inclusão escolar dos estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino. |
| | Educação Infantil | O projeto tem por finalidade elevar a oferta de vagas na educação infantil no Estado do Rio Grande do Sul, sendo realizado em parceria entre o Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, as Promotorias Regionais de Educação, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS). |
| | FICAI online | O projeto busca informatizar a Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI), permitindo maior agilidade para o resgate do estudante evadido, bem como traçar políticas públicas na área da educação. O processo de informatização da FICAI foi lançado, como Projeto Piloto, em Rio Pardo e na 10ª Microrregião do Conselho Tutelar de Porto Alegre, estendendo-se, posteriormente, a todo o Estado, já neste segundo semestre de 2012. O projeto prevê ainda: a) elaboração de 20 mil cartilhas da FICAI, que serão entregues em toda rede municipal e estadual do Estado; b) produção de aproximadamente 150 mil Estatutos da Criança e do Adolescente para distribuir em todas as escolas estaduais e municipais do Rio Grande do Sul. |

| OBJETIVO | PROGRAMA/ PROJETO | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|
| Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social | Proteção Social Articulada | Propõe-se a estimular a implantação Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, bem como o controle social da Política. Por tratar-se de uma política pública recente, o projeto propõe-se a sensibilizar as Promotorias de Justiça quanto à importância da atuação ministerial no fomento ao SUAS; atuar no fomento à implantação/implementação do SUAS nos municípios (metrópole, grande, médio e pequeno porte, perfazendo 100 municípios); estabelecer parceria com o Departamento de Assistência Social do Estado quanto à avaliação técnica da política de Assistência Social nos municípios; promover sensibilização e capacitação dos atores envolvidos com a política de Assistência Social. |
| Proteger o Sistema Único de Saúde | Saúde para todos | O projeto objetiva, em parceria com outras instituições, induzir e acompanhar a implantação da Programação Pactuada e Integrada da Atenção à Saúde (PPI) em todos os municípios gaúchos. A PPI tem a finalidade de organizar a rede de serviços regionalizada, dando eficiência e transparência aos fluxos estabelecidos e mantendo consonância com o planejamento de atendimento da demanda de saúde no Estado. |
| | Medicamento ao alcance de todos | O projeto busca auxiliar e agilizar os fluxos da assistência farmacêutica no Estado do Rio Grande do Sul, criando redes municipais e no Estado, bem como padronizando procedimentos para uma melhora na dispensação dos medicamentos, diminuindo, por conseguinte, a judicialização. |
| Zelar pela inclusão social das comunidades negras e indígenas e das pessoas com deficiência | História e Cultura afro-brasileira e indígena nas escolas municipais | Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.394/96 (LDB), art. 26, caput e § 4º, e art. 26-A (com as alterações dadas pela Lei nº 11.645/2008), que tornam obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensinos fundamental e médio, públicos e privados, pretende-se, através do presente projeto, estimular a efetiva aplicabilidade destes dispositivos nos planos pedagógicos, que incluem os currículos e os planos de ensino das escolas municipais do RS, públicas e privadas. |
| | Projeto Acessibilidade no MP | Pretende-se, através do projeto, avaliar os prédios do Ministério Público para verificação dos itens relativos à acessibilidade. Além disso, o projeto prevê as definições de prioridades pela Administração, a realização de reformas e alterações necessárias de acordo com cronograma a ser estabelecido. |
| | Município Legal é Município Acessível | O projeto objetiva, em parceria com a FAMURS, o CREA-RS e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, buscar que todos os municípios do Rio Grande do Sul não permitam mais que sejam construídas obras novas ou reformas de obras já existentes, sem a previsão da acessibilidade. Também, busca que os municípios, gradualmente, prevejam acessibilidade de obras já existentes. |

| OBJETIVO | PROGRAMA/ PROJETO | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|
| Fortalecer a rede de proteção da pessoa idosa | Idosos em ILPI's: Garantia de Direitos em Foco! | O projeto prevê o desenvolvimento de ferramenta institucional que possibilite aos Promotores de Justiça atuar na fiscalização de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) de forma pró-ativa junto às suas comunidades, mediante desenvolvimento de redes de cooperação com os demais órgãos fiscalizadores (Vigilância Sanitária e Conselho Municipal do Idoso), com o Poder Público (assistência social, saúde pública, etc.) e com a sociedade civil organizada (instituições de ensino, apoiadores institucionais, etc.), de modo a fomentar o aperfeiçoamento destas instituições em consonância com o estabelecido no Estatuto do Idoso. |
| Qualificar o enfrentamento do crime organizado e da criminalidade violenta | Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro | Pretende-se implantar Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-RS), nos termos do modelo do Laboratório do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (LAB-LD), com a previsão de ações de capacitação e treinamento de servidores, transferência de tecnologia e metodologia, bem como a verificação de seu uso e adaptação. |
| Assegurar o correto cumprimento das penas e das medidas de segurança | Valorização da Execução Criminal | Pretende-se, através do projeto, sensibilizar Promotores e Procuradores de Justiça com atuação na área criminal para a importância da execução criminal como área do direito destinada à realização do direito penal, estabelecendo parâmetros de atuação nos seguintes aspectos: abertura de vagas no sistema prisional; fiscalização do MP; indução de políticas públicas na área de educação, trabalho, saúde e reinserção; combate à corrupção, à tortura (e maus-tratos) e ao crime organizado; e regularidade dos PECs. O projeto prevê, ainda, a realização de encontros regionais de Execução Criminal, mobilização social em torno do tema através de campanha institucional com o apoio da mídia e capacitação de agentes envolvidos com a temática. |
| Qualificar o combate à corrupção e à improbidade administrativa | O que você tem a ver com a corrupção? | Pretende-se, a partir deste programa, que é composto pelos projetos "Revitalizar" e "Educação de Valor", tratar o problema da corrupção sob o enfoque preventivo. Para tanto, busca marcar a retomada da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", coincidindo com o início do ano letivo e ano eleitoral, e realizar um projeto-piloto em uma escola da rede pública, objetivando o desenvolvimento de conteúdos pedagógicos com ênfase em valores, ética, cidadania, identidade, identificação e prevenção da corrupção, bullying, evasão fiscal, pirataria. Além da realização de projetos pedagógicos pontuais, buscar-se-á habilitar os professores a inserirem esses temas no dia-a-dia do ensino das disciplinas curriculares. |

| OBJETIVO | PROGRAMA/ PROJETO | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|
| Qualificar o combate à corrupção e à improbidade administrativa | Cobrança de Certidões de Débito: TCE/RS | O projeto objetiva dar maior efetividade às decisões do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS), o qual emite certidões de débito ao decidir processos de prestação de contas dos entes auditados. Desse modo, pretende-se, através do projeto, agilizar e organizar o acesso dos Promotores de Justiça às certidões de cobrança emitidas pelo TCE/RS. Para tanto, será verificada a viabilidade de inserir os procedimentos no sistema corporativo do Ministério Público, a fim de que os andamentos possam ser automatizados, bem como se buscará a interação tecnológica com a base de dados do TCE/RS para que as informações possam ser importadas pela Instituição. |
| Zelar pela adequada gestão urbana | Capacitação para Vistorias Urbanísticas | Pretende-se, por meio do projeto, auxiliar os secretários de diligências na realização de vistorias urbanísticas, subsidiando a instrução dos inquéritos civis e a atuação dos Promotores de Justiça. Desse modo, as vistorias poderão produzir um número maior de informações e dados, racionalizando a remessa dos inquéritos civis à Divisão de Assessoramento Técnico (DAT), que ficará adstrita a casos com necessidade de avaliação técnica, e viabilizando uma atuação mais célere do Promotor de Justiça no caso concreto. Para tanto, será elaborado material de apoio e ministrada capacitação para os secretários de diligências, com roteiro de procedimentos para viabilizar a identificação de situações que se encontrem em investigação ministerial urbanística. |
| Garantir a proteção dos recursos hídricos | RESSanear | O projeto tem por finalidade fomentar e auxiliar os 497 Municípios do Estado do Rio Grande do Sul a elaborarem os seus planos de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos até dezembro de 2012. Consiste em apresentar ações efetivas visando à implementação do "Projeto Integrado de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico", conforme previsto pela Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Compreende quatro temas: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, sendo divididos em quatro eixos temáticos. Uma das etapas de execução é a realização de oficinas de capacitação para a elaboração dos planos. Está prevista a participação de todos os Promotores de Justiça atuantes na área ambiental, consumidor e ordem urbanística que deverão solicitar aos Municípios a apresentação do cronograma de implantação dos planos de saneamento, de resíduos sólidos ou integrados, de acordo com os prazos previstos em Lei, uma vez que possibilitará a exigência do cumprimento de eventuais compromissos assumidos, seja mediante firmatura de TACs ou outros instrumentos, bem como a partir da instauração de expedientes na Promotoria local, visando acompanhar a elaboração dos planos. |

| OBJETIVO | PROGRAMA/ PROJETO | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|
| Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor | Superendividamento | Pretende-se, por meio do projeto, fomentar e orientar a atuação das Promotorias de Justiça na adoção de medidas no sentido de combater as abusividades na concessão de crédito no âmbito coletivo, seja pela celebração de Termos de Ajustamento de Conduta e ajuizamento de ações coletivas de consumo ou pela adoção de outras medidas legais necessárias para prevenir ou reparar o dano. |
| | Consumidor Consciente na escola | Tendo em vista a importância da conscientização das novas gerações acerca dos seus direitos e deveres enquanto consumidores, bem como a previsão contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os conteúdos curriculares da educação básica devem observar, entre outras diretrizes, a difusão de valores fundamentais ao interesse social e aos direitos e deveres dos cidadãos. Afigura-se fundamental trabalhar a matéria direito do consumidor e consumo sustentável no ensino fundamental das escolas. O projeto prevê a realização de palestras, reuniões e disponibilização de cartilhas voltadas à informação dos consumidores. |
| Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor | Agrotóxicos - Rastreabilidade | Pretende-se com o projeto: 1) Orientar a atuação das Promotorias de Justiça por meio de TAC, de forma a assegurar: a) a disponibilização, pelas centrais de abastecimento, redes de mercados e supermercados, de cadastro dos fornecedores de hortifrutigranjeiros (com informações sobre a origem e o produtor); b) garantir ao consumidor a informação quanto à origem do produto, ostentando placa junto ao alimento comercializado (Nota Técnica nº 01/2005 da Secretaria da Saúde; RDC nº 259-2002 da ANVISA; IN nº 9-2002 da ANVISA), orientando os estabelecimentos quanto à possibilidade de colocação de selo de garantia da origem (a exemplo das iniciativas adotadas por grandes redes supermercadistas como o Carrefour, Big e Pão de Açúcar); c) a realização de curso de boas práticas agrícolas pelos fornecedores dos estabelecimentos. 2) Implementar receituário agronômico informatizado. |
| Desenvolver e gerir competências | Regramento da atividade de Facilitadores Internos nos projetos educacionais | O projeto tem como objetivo criar regramento que estabeleça a relação de direitos e deveres de membros e servidores como facilitadores internos nos projetos educacionais gerenciados pelo CEAF. O regramento oportunizará maior envolvimento e motivação por parte dos facilitadores dado o reconhecimento remuneratório consequente da atividade. |
| | Capacitação online | Pretende-se, com o projeto, possibilitar a transmissão online de projetos educacionais via internet permitindo a interação entre palestrantes, debatedores e participantes em tempo real, a partir de locais diversos. Desse modo, possibilitará um melhor aproveitamento de recursos públicos, uma melhora na relação custo/benefício associado ao uso desta tecnologia, evitando-se despesas com deslocamentos e diárias e o maior alcance dos projetos de educação, em especial no interior do Estado e também em âmbito nacional. |

| OBJETIVO | PROGRAMA/ PROJETO | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|
| Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho | Estruturação da Secretaria de Acompanhamento e Supervisão de Carreiras - SASC | O projeto prevê a estruturação de órgão e regramento das atividades relacionadas aos Sistemas de Avaliação de Desempenho de Pessoal, ações de ordem disciplinar e de Gestão Estratégica de Pessoas, congregando atividades hoje desenvolvidas pela Secretaria de Avaliação de Pessoal, pela Comissão Disciplinar Permanente e Comitê de Recursos Humanos. |
| Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor | Pesquisa de Clima | A promoção da qualidade de vida no trabalho (ambiente, estrutura e cultura) tende a produzir um ambiente organizacional propício para que membros e servidores se motivem na busca dos objetivos institucionais. A Pesquisa de Clima Organizacional é um projeto que permite a coleta de indicadores relacionados com o grau de satisfação das pessoas com a Instituição, balizando projetos já existentes e possibilitando o início de projetos novos. Possui as seguintes etapas: montagem da pesquisa de clima, aplicação, relatório e propostas de melhoria. |
| Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa | PROPAD – Padronização e Organização Administrativa do Ministério Público | O objetivo do Programa de Padronização e Organização Administrativa do Ministério Público (PROPAD) é implantar a padronização dos fluxos, rotinas, atividades e tarefas no âmbito das Promotorias de Justiça e dos setores administrativos, bem como a padronização da organização da sua estrutura funcional, aqui entendida como um modelo de disposição de órgãos (padrão organizacional) e funções a serem executadas pelos diversos cargos existentes. Também visa à implantação de um modelo de avaliação da conformidade com vistas à certificação das Promotorias de Justiça. Compõem o programa 3 projetos: Padronização e Organização Administrativa das Promotorias de Justiça; Padronização e Organização Administrativa da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos; e Certificação das Promotorias de Justiça. |
| | Regramento do serviço de diligências | Pretende-se, a partir de projeto-piloto, criar um padrão e o respectivo regramento para o serviço de diligências em Porto Alegre, baseado nas melhores práticas e na racionalidade. Para tanto, será feito um diagnóstico para identificar a situação atual e coletar modelos para, na sequência, com base no diagnóstico, laborar propostas para o regramento. Por fim, com os modelos validados, será providenciada a capacitação dos envolvidos e, posteriormente, a implementação. Além disso, o modelo será avaliado para identificar a viabilidade de replicação para todo o Estado. |
| Produzir e disponibilizar informações para a tomada de decisões | Sistema de Informações Gerenciais - BI | A estruturação e disponibilização das informações constantes tanto nos bancos de dados do MP, como de fontes externas, por meio da tecnologia BI (Business Intelligence), possibilitará maior agilidade no fornecimento de informações úteis à tomada de decisão. Além disso, permitirá controles gerenciais, na medida em que disponibilizará informações estruturadas, com indicadores e controles que poderão ser estabelecidos pelas áreas do MPRS. |

| OBJETIVO | PROGRAMA/ PROJETO | DESCRIÇÃO |
|---|---|---|
| Produzir e disponibilizar informações para a tomada de decisões | Requisitos do novo sistema institucional do Ministério Público | O projeto destina-se à obtenção dos requisitos a serem utilizados na definição e elaboração do novo sistema institucional do MP, tendo por objetivo a entrega do Relatório Final de Requisitos que será elaborado pelo Grupo Gestor. |
| | Software para gestão estratégica e de projetos | O projeto tem a finalidade de implementar uma solução tecnológica que apoie os processos de gestão estratégica e de projetos. Com a implantação, procurar-se-á qualificar as informações utilizadas no processo de tomada de decisão, além de torná-las disponíveis e de fácil acesso aos interessados e envolvidos no modelo de gestão estratégica do MPRS. Além disso, permitirá a implantação da "Sala de Gestão" da Instituição nos moldes adotados pelo Governo do Estado do RS. |
| | Implantação do Apache SOLR na indexação dos documentos dos Sistemas Corporativos do MP | O projeto prevê o desenvolvimento e implantação de solução de pesquisa utilizando o software Livre Apache SOLR com a finalidade de melhorar a qualidade da pesquisa documental através de uma ferramenta adaptada às necessidades do MP, permitindo a pesquisa através de filtros interativos, por campos dos sistemas corporativos e a exportação de dados em formato aberto. |
| Assegurar os recursos orçamentários necessários e qualificar sua gestão | GMD - Geração Matricial de Despesas | Visa auxiliar o MPRS a modernizar sua gestão administrativa e serviços prestados, possibilitando a geração de recursos financeiros para viabilizar investimentos, através da implementação de métodos gerenciais focados na otimização das despesas correntes. Através da análise detalhada das rubricas de despesas serão estabelecidas metas desdobradas por toda a estrutura da Instituição. Será nomeado um grupo de gestores tanto no nível das Promotorias quanto no nível Administrativo, para que, de forma colaborativa, sejam estabelecidos planos de ação. Também será feito um acompanhamento da implementação desses planos, de forma a corrigir eventuais desvios para garantir o alcance das metas. |
| | Apropriação de despesas | O projeto tem por finalidade implementar metodologia que viabilize a mensuração dos itens de despesas e sua alocação por áreas, por meio da criação de relatórios e/ou sistemas. |
| Captar recursos extraorçamentários | GMR - Sistematização da Captação e Geração de Recursos Extraorçamentários | O projeto visa gerar e captar recursos extraorçamentários de modo a possibilitar ao MPRS a modernização de sua gestão, melhoraria da sua infraestrutura, desenvolvimento e capacitação de seus Membros e Servidores e, principalmente, o desenvolvimento e implantação de projetos na área-fim, com impacto direto na sociedade. Este projeto propõe a definição e orientação de uma estrutura orientada à captação de recursos extraorçamentários, preparada para buscar, junto aos Membros e Servidores do MPRS, projetos com potencial de financiamento junto a instituições, como órgãos do Governo Federal, entre outras instituições, via convênios. A metodologia utilizada para o trabalho será baseada no gerenciamento de projetos, integrado às práticas já existentes na Instituição. |

# Dados Estatísticos da Atuação Funcional

## MATÉRIA CRIMINAL

### 1. Inquéritos Policiais/Notícias Criminais/PICS

| | |
|---|---|
| **VINDOS DO PERÍODO ANTERIOR** | 7.668 |
| **RECEBIDOS/INSTAURADOS NO PERÍODO** | 362.745 |
| Crimes contra a vida | 21.642 |
| Crimes contra a administração pública | 4.253 |
| Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores | 25 |
| Crimes contra a ordem tributária | 856 |
| Crimes de tortura | 108 |
| Crimes contra o meio ambiente | 2.747 |
| Crimes contra o consumidor | 303 |
| Crimes contra o patrimônio | 85.817 |
| Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha) | 93.919 |
| Crimes de tráfico de entorpecentes | 16.591 |
| Crimes de trânsito | 10.250 |
| Outros crimes | 131.514 |
| **REQUISITADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PERÍODO** | 2.464 |
| Crimes contra a vida | 24 |
| Crimes contra a administração pública | 72 |
| Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores | 2 |
| Crimes contra a ordem tributária | 3 |
| Crimes de tortura | 1 |
| Crimes contra o meio ambiente | 36 |
| Crimes contra o consumidor | 23 |
| Crimes contra o patrimônio | 262 |
| Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha) | 894 |
| Crimes de tráfico de entorpecentes | 223 |
| Crimes de trânsito | 73 |
| Outros crimes | 906 |
| **BAIXADOS À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA** | 45.595 |
| Crimes contra a vida | 9.869 |
| Crimes contra a administração pública | 1.310 |
| Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores | 24 |
| Crimes contra a ordem tributária | 165 |
| Crimes de tortura | 37 |
| Crimes contra o meio ambiente | 482 |
| Crimes contra o consumidor | 92 |
| Crimes contra o patrimônio | 6.640 |
| Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha) | 8.581 |
| Crimes de tráfico de entorpecentes | 1.197 |
| Crimes de trânsito | 725 |
| Outros crimes | 17.353 |
| **ARQUIVADOS** | 104.228 |
| Pela Extinção de Punibilidade | 6.981 |
| Pela prescrição | 2.545 |
| Pela decadência | 572 |
| Por outras causas de Extinção de Punibilidade | 5.612 |
| Por desconhecimento de autoria | 25.944 |
| Por outras causas | 75.359 |
| **TRANSAÇÕES PENAIS EFETIVADAS** | 1.584 |
| Crimes contra a vida | 28 |
| Crimes contra a administração pública | 84 |
| Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores | 0 |
| Crimes contra a ordem tributária | 0 |

| | |
|---|---|
| Crimes de tortura | 2 |
| Crimes contra o meio ambiente | 90 |
| Crimes contra o consumidor | 2 |
| Crimes contra o patrimônio | 16 |
| Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha) | 60 |
| Crimes de tráfico de entorpecentes | 16 |
| Crimes de trânsito | 307 |
| Outros crimes | 862 |
| **DENÚNCIAS OFERECIDAS** | 50.966 |
| Crimes contra a vida | 3.862 |
| Crimes contra a administração pública | 689 |
| Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores | 3 |
| Crimes contra a ordem tributária | 204 |
| Crimes de tortura | 21 |
| Crimes contra o meio ambiente | 525 |
| Crimes contra o consumidor | 27 |
| Crimes contra o patrimônio | 11.002 |
| Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha) | 7.062 |
| Crimes de tráfico de entorpecentes | 5.514 |
| Crimes de trânsito | 4.972 |
| Outros crimes | 18.322 |
| **MANIFESTAÇÕES DIVERSAS** | 183.357 |
| **Devolvidos sem manifestação (incluindo intimações)** | 53.262 |
| **Passam para o período seguinte no prazo** | 3.827 |
| **Passam para o período seguinte fora do prazo** | 2.913 |

**2. Termos Circunstanciados**

| | |
|---|---|
| **VINDOS DO PERÍODO ANTERIOR** | 5.262 |
| **RECEBIDOS PELO MP NO PERÍODO** | 339.411 |
| Crimes contra a administração pública | 18.360 |
| Crimes contra o meio ambiente | 11.888 |
| Crimes contra o consumidor | 95 |
| Crimes contra o patrimônio | 5.870 |
| Crimes de trânsito | 52.517 |
| Outros crimes | 251.687 |
| **REQUISITADOS PELO MP NO PERÍODO** | 157 |
| Crimes contra a administração pública | 36 |
| Crimes contra o meio ambiente | 8 |
| Crimes contra o consumidor | 0 |
| Crimes contra o patrimônio | 3 |
| Crimes de trânsito | 8 |
| Outros crimes | 205 |
| **BAIXADOS À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA** | 25.231 |
| Crimes contra a administração pública | 2.070 |
| Crimes contra o meio ambiente | 647 |
| Crimes contra o consumidor | 6 |
| Crimes contra o patrimônio | 204 |
| Crimes de trânsito | 4.125 |
| Outros crimes | 18.463 |
| **ARQUIVADOS** | 25.231 |
| Pela extinção de punibilidade | 29.414 |
| Pela prescrição | 5.958 |
| Pela decadência | 3.341 |
| Por outras causas de extinção de punibilidade | 21.864 |
| Por desconhecimento de autoria | 2.298 |
| Por outras causas | 46.357 |
| **TRANSAÇÕES PENAIS EFETIVADAS** | 8.086 |
| Crimes contra a administração pública | 542 |
| Crimes contra o meio ambiente | 553 |

| | |
|---|---|
| Crimes contra o consumidor | 4 |
| Crimes contra o patrimônio | 100 |
| Crimes de trânsito | 1.973 |
| Outros crimes | 5.183 |
| **DENÚNCIAS OFERECIDAS NO PERÍODO** | 19.786 |
| Crimes contra a administração pública | 2.353 |
| Crimes contra o meio ambiente | 709 |
| Crimes contra o consumidor | 4 |
| Crimes contra o patrimônio | 101 |
| Crimes de trânsito | 3.385 |
| Outros crimes | 13.540 |
| **MANIFESTAÇÕES DIVERSAS** | 203.409 |
| **Devolvidos sem manifestação (incluindo intimações)** | 67.225 |
| **Passam para o período seguinte no prazo** | 2.101 |
| **Passam para o período seguinte fora do prazo** | 2.508 |

### 3. Processos Criminais no Primeiro Grau

| | |
|---|---|
| **RECEBIDOS NO PERÍODO** | 576.268 |
| Crimes contra a vida | 40.515 |
| Crimes contra a administração pública | 11.215 |
| Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores | 67 |
| Crimes contra a ordem tributária | 1.212 |
| Crimes de tortura | 243 |
| Crimes contra o meio ambiente | 7.226 |
| Crimes contra o consumidor | 264 |
| Crimes contra o patrimônio | 88.445 |
| Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha) | 20.766 |
| Crimes de tráfico de entorpecentes | 39.171 |
| Crimes de trânsito | 27.494 |
| Outros crimes | 352.538 |

| | |
|---|---|
| **ARQUIVADOS** | 3.286 |
| Pela extinção de punibilidade | 7.667 |
| Pela prescrição | 959 |
| Pela decadência | 62 |
| Por outras causas de extinção de punibilidade | 6.710 |
| Por desconhecimento de autoria | 177 |
| Por outras causas | 464 |
| **TOTAL DE MANIFESTAÇÕES** | **440.786** |
| Crimes contra a vida | 31.463 |
| Crimes contra a administração pública | 8.323 |
| Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores | 65 |
| Crimes contra a ordem tributária | 911 |
| Crimes de tortura | 198 |
| Crimes contra o meio ambiente | 4.753 |
| Crimes contra o consumidor | 149 |
| Crimes contra o patrimônio | 68.256 |
| Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha) | 15.752 |
| Crimes de tráfico de entorpecentes | 31.724 |
| Crimes de trânsito | 20.132 |
| Outros crimes | 268.702 |
| **Passam para o período seguinte no prazo** | 2.441 |
| **Passam para o período seguinte fora do prazo** | 831 |

### 4. Suspensões Condicionais do Processo

| | |
|---|---|
| **EFETIVADAS** | 2.258 |
| Crimes contra a administração pública | 187 |
| Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores | 2 |
| Crimes contra a ordem tributária | 3 |
| Crimes contra o meio ambiente | 74 |
| Crimes contra o consumidor | 3 |

| | |
|---|---|
| Crimes contra o patrimônio | 249 |
| Crimes de trânsito | 711 |
| Outros crimes | 1.166 |

**5. Julgamentos**

| | |
|---|---|
| **CONDENAÇÃO CONFORME PEDIDO DO MP DE 1º GRAU** | 8.207 |
| Crimes contra a vida | 437 |
| Crimes contra a administração pública | 298 |
| Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores | 0 |
| Crimes contra a ordem tributária | 16 |
| Crimes de tortura | 19 |
| Crimes contra o meio ambiente | 80 |
| Crimes contra o consumidor | 3 |
| Crimes contra o patrimônio | 3.792 |
| Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha) | 418 |
| Crimes de tráfico de entorpecentes | 1.358 |
| Crimes de trânsito | 516 |
| Outros crimes | 3.058 |
| **ABSOLVIÇÃO CONTRÁRIA AO PEDIDO DO MP DE 1º GRAU** | 3.070 |
| Crimes contra a vida | 140 |
| Crimes contra a administração pública | 123 |
| Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores | 0 |
| Crimes contra a ordem tributária | 17 |
| Crimes de tortura | 0 |
| Crimes contra o meio ambiente | 37 |
| Crimes contra o consumidor | 31 |
| Crimes contra o patrimônio | 1.461 |
| Crimes de violência doméstica (Lei Maria da Penha) | 149 |
| Crimes de tráfico de entorpecentes | 446 |
| Crimes de trânsito | 178 |
| Outros crimes | 3.356 |

**6. Atividade Recursal e Correlata**

| | |
|---|---|
| Agravos em execução interpostos | 2.153 |
| Mandados de Segurança impetrados | 22 |
| Recursos em Sentido Estrito interpostos | 632 |
| Correições parciais propostas | 214 |
| Apelações interpostas | 2.761 |
| Outros | 6.512 |

**7. Execução Penal**

| | |
|---|---|
| Pareceres/promoções | 161.648 |
| Visitas a estabelecimentos prisionais | 1.172 |

**8. Atos de Controle Externo da Atividade Policial**

| | |
|---|---|
| Procedimentos investigatórios instaurados | 263 |
| Recomendações expedidas | 752 |
| Denúncias oferecidas | 9 |
| Ações penais julgadas procedentes | 20 |
| Ações penais julgadas improcedentes | 5 |

## 9. Interceptações Telefônicas/Telemáticas

### 9.1 Dados Relativos às Interceptações Telefônicas

**Procedimentos**

| | |
|---|---|
| Número de procedimentos em curso no período anterior | 536 |
| Número de procedimentos iniciados no período | 526 |
| Número de procedimentos findos no período | 508 |
| Número de procedimentos que permanece em trâmite | 554 |

**Telefones monitorados**

| | |
|---|---|
| Quantidade de telefones monitorados remanescentes do período anterior | 1.690 |
| Quantidade de telefones monitorados iniciados no período | 2.514 |
| Quantidade de telefones monitorados findos no período | 2.700 |
| Quantidade de telefones que permanecem monitorados | 1.504 |

### 9.2 Dados Relativos às Interceptações em Sistemas de Informação (Informática/Telemática)

**Procedimentos**

| | |
|---|---|
| Número de procedimentos em curso no período anterior | 80 |
| Número de procedimentos iniciados no período | 30 |
| Número de procedimentos findos no período | 18 |
| Número de procedimentos que permanece em trâmite | 92 |

**Endereços eletrônicos**

| | |
|---|---|
| Quantidade de endereços eletrônicos (e-mail ou ip) monitorados remanescente do período anterior | 118 |
| Quantidade de endereços eletrônicos (e-mail ou ip) monitorados iniciados no período | 89 |
| Quantidade de endereços eletrônicos (e-mail ou ip) monitorados finalizados no período | 30 |
| Quantidade de endereços eletrônicos (e-mail ou ip) que permanecem monitorados | 177 |

### 9.3 Dados Relativos ao Número de Investigados

| | |
|---|---|
| Número total de investigados (procedimentos iniciados, findos e em trâmite) | 2.363 |
| Número de pessoas que permanecem sob investigação ao fim do período | 160 |

## 10. Outros Dados

| | |
|---|---|
| **10.1 AUDIÊNCIAS/SESSÕES** | 237.439 |
| **JUIZADO COMUM** | 92.161 |
| Audiências assistidas | 78.223 |
| Audiências não assistidas | 14.017 |

| | |
|---|---|
| **JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL** | 97.740 |
| Audiências assistidas | 61.611 |
| Audiências não assistidas | 36.129 |

| | |
|---|---|
| **EXECUÇÃO CRIMINAL** | 10.500 |
| Audiências assistidas | 8.848 |
| Audiências não assistidas | 1.652 |

| | |
|---|---|
| **TRIBUNAL DO JÚRI** | 7.184 |
| Audiências assistidas | 5.300 |
| Audiências não assistidas | 380 |
| Plenários realizados | 1.501 |

| | |
|---|---|
| **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER (Lei Maria da Penha)** | 29.771 |
| Audiências assistidas | 23.398 |
| Audiências não assistidas | 6.373 |
| **10.2 PESSOAS ATENDIDAS NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA** | 13.116 |

## CRIMES MILITARES

**1. Inquéritos Policiais/Notícias Criminais/PICs**

| | |
|---|---|
| **VINDOS DO PERÍODO ANTERIOR** | 144 |
| **RECEBIDOS/INSTAURADOS NO PERÍODO** | 6.015 |
| Crimes contra a autoridade ou disciplina militares | 74 |
| Crimes contra o serviço e deveres militares | 85 |
| Crimes contra a pessoa | 1.345 |
| Crimes contra o patrimônio | 107 |
| Crimes contra a incolumidade pública | 6 |
| Crimes contra a administração militar | 329 |
| Crimes contra a administração da justiça militar | 17 |
| Outros crimes | 4.141 |
| **REQUISITADOS PELO MP NO PERÍODO** | 68 |
| Crimes contra a autoridade ou disciplina militares | 0 |
| Crimes contra o serviço e deveres militares | 3 |
| Crimes contra a pessoa | 36 |
| Crimes contra o patrimônio | 1 |
| Crimes contra a incolumidade pública | 0 |
| Crimes contra a administração militar | 0 |
| Crimes contra a administração da justiça militar | 1 |
| Outros crimes | 28 |
| **BAIXADOS À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA** | 195 |
| Crimes contra a autoridade ou disciplina militares | 3 |
| Crimes contra o serviço e deveres militares | 1 |
| Crimes contra a pessoa | 59 |
| Crimes contra o patrimônio | 1 |
| Crimes contra a incolumidade pública | 0 |
| Crimes contra a administração militar | 26 |
| Crimes contra a administração da justiça militar | 0 |
| Outros crimes | 107 |
| **ARQUIVADOS** | 2.226 |
| Pela extinção de punibilidade | 7 |
| Pela prescrição | 5 |
| Pela decadência | 0 |
| Por outras causas | 2 |
| Por desconhecimento de autoria | 1 |
| Por outras causas | 2.219 |
| **DENÚNCIAS OFERECIDAS** | 324 |
| Crimes contra a autoridade ou disciplina militares | 10 |
| Crimes contra o serviço e deveres militares | 10 |
| Crimes contra a pessoa | 114 |
| Crimes contra o patrimônio | 10 |
| Crimes contra a incolumidade pública | 0 |
| Crimes contra a administração militar | 31 |
| Crimes contra a administração da justiça militar | 1 |
| Outros crimes | 145 |
| **MANIFESTAÇÕES DIVERSAS** | 1.532 |
| **Devolvidos sem manifestação (incluindo intimações)** | 2.172 |
| **Passam para o mês/período seguinte no prazo** | 36 |
| **Passam para o mês/período seguinte fora do prazo** | 138 |

**2. Processos Criminais no Primeiro Grau**

| | |
|---|---|
| **RECEBIDOS NO PERÍODO** | 4.948 |

| | |
|---|---|
| Crimes contra a autoridade ou disciplina militares | 116 |
| Crimes contra o serviço e deveres militares | 182 |
| Crimes contra a pessoa | 1.340 |
| Crimes contra o patrimônio | 82 |
| Crimes contra a incolumidade pública | 7 |
| Crimes contra a administração militar | 575 |
| Crimes contra a administração da justiça militar | 24 |
| Outros crimes | 2.721 |
| **ARQUIVADOS** | 16 |
| Pela extinção de punibilidade | 15 |
| Pela prescrição | 2 |
| Pela decadência | 0 |
| Por outras causas em extinção de punibilidade | 9 |
| Por desconhecimento de autoria | 0 |
| Por outras causas | 5 |
| **TOTAL DE MANIFESTAÇÕES** | 2.388 |
| Crimes contra a autoridade ou disciplina militares | 50 |
| Crimes contra o serviço e deveres militares | 73 |
| Crimes contra a pessoa | 683 |
| Crimes contra o patrimônio | 32 |
| Crimes contra a incolumidade pública | 5 |
| Crimes contra a administração militar | 277 |
| Crimes contra a administração da justiça militar | 10 |
| Outros crimes | 1.239 |
| **Passam para o período seguinte no prazo** | 1 |
| **Passam para o período seguinte fora do prazo** | 0 |

### 3. Julgamentos

| | |
|---|---|
| **CONDENAÇÃO CONFORME PEDIDO DO MP DE 1º GRAU** | 60 |
| Crimes contra a autoridade ou disciplina militares | 11 |
| Crimes contra o serviço e deveres militares | 1 |
| Crimes contra a pessoa | 8 |
| Crimes contra o patrimônio | 0 |
| Crimes contra a incolumidade pública | 0 |
| Crimes contra a administração militar | 16 |
| Crimes contra a administração da justiça militar | 2 |
| Outros crimes | 31 |
| **ABSOLVIÇÃO CONTRÁRIA AO PEDIDO DO MP DE 1º GRAU** | 31 |
| Crimes contra a autoridade ou disciplina militares | 1 |
| Crimes contra o serviço e deveres militares | 5 |
| Crimes contra a pessoa | 13 |
| Crimes contra o patrimônio | 0 |
| Crimes contra a incolumidade pública | 0 |
| Crimes contra a administração militar | 3 |
| Crimes contra a administração da justiça militar | 1 |
| Outros crimes | 19 |

### 4. Atividade Recursal e Correlata

| | |
|---|---|
| Apelações interpostas | 43 |
| Outros | 61 |

### 5. Outros Dados

#### 5.1 Audiências/Sessões

| | |
|---|---|
| Sessões de julgamento realizadas | 213 |
| Audiências assistidas | 584 |
| Audiências não assistidas | 456 |

#### 5.2 Pessoas atendidas na Promotoria de Justiça

| | |
|---|---|
| Número de pessoas atendidas na promotoria | 85 |

## MATÉRIA INFÂNCIA E JUVENTUDE

### 1. Área dos Atos Infracionais

| | |
|---|---|
| **BOLETINS DE OCORRÊNCIAS/OUTRAS NOTÍCIAS DE ATOS INFRACIONAIS TRANSFERIDO DO PERÍODO ANTERIOR** | 1.445 |
| **BOLETINS DE OCORRÊNCIAS/OUTRAS NOTÍCIAS DE ATOS INFRACIONAIS RECEBIDOS** | 35.156 |
| Boletins de ocorrências/outras notícias arquivadas sem concessão de remissão | 7.534 |
| Representações oferecidas | 6.546 |
| Passam para o período seguinte no prazo | 412 |
| Passam para o período seguinte fora do prazo | 731 |
| Devolvidos sem manifestação (incluindo intimações) | 5.234 |
| **REMISSÕES CONCEDIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO** | 6.312 |
| Simples | 1.738 |
| **CUMULADA COM MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA** | 4.217 |
| Advertência | 2.742 |
| Obrigação de reparar o dano | 143 |
| Prestação de serviços à comunidade | 1.592 |
| Liberdade assistida | 172 |
| Processos recebidos no período | 129.312 |
| Processos analisados no período | 96.533 |

### 2. Defesa dos Direitos Transindividuais da Área da Infância e Juventude

| | |
|---|---|
| **INQUÉRITOS CIVIS/PROCEDIMENTOS PREPATRATÓRIOS (PA/PI/SD)** | |
| Instaurados | 4.141 |
| Arquivados | 2.895 |
| Sem ajustamento de conduta | 2.540 |
| Com ajustamento de conduta | 63 |
| Expedientes sem impulso há mais de 30 dias | 794 |
| Total de compromissos de ajustamento firmados no período | 84 |
| **AÇÕES CIVIS AJUIZADAS** | 6.252 |
| Ação civil pública | 709 |
| Apuração de infração administrativa | 73 |
| Destituição/suspensão do poder familiar | 429 |
| Outras | 2.406 |
| Promoções/pareceres | 92.683 |
| Réplica/memoriais/debate | 2.875 |
| Recursos (razões, contrarrazões e outros) | 2.753 |
| **DEVOLVIDOS SEM MANIFESTAÇÃO (INCLUINDO INTIMAÇÕES)** | 30.832 |
| Visitas a unidades de atendimento sócioeducativo | 99 |
| Visitas a entidades de abrigamento | 619 |

### 3. Julgamento

| | |
|---|---|
| **NA ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS** | |
| Representações julgadas procedentes | 649 |
| Representações julgadas parcialmente procedentes | 103 |
| Representações julgadas improcedentes | 137 |
| **NA ÁREA DA DEFESA TRANSINDIVIDUAL** | |
| Ações civis julgadas procedentes | 258 |
| Ações civis julgadas parcialmente procedentes | 28 |
| Ações civis julgadas improcedentes | 55 |
| **OUTROS DADOS** | |
| Audiências assistidas | 20.177 |
| Audiências não assistidas | 1.755 |
| Audiências de apresentação realizadas | 18.530 |
| Pessoas atendidas na Promotoria de Justiça | 17.680 |
| Participação em reuniões com a Rede de Apoio à Escola | 328 |
| Palestras em escolas | 135 |

# MATÉRIA CÍVEL

## ÓRGÃO AGENTE

### DEFESA COMUNITÁRIA – CIDADANIA

**1. Atuação Extrajudicial**

| **INQUÉRITOS CIVIS/PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS INSTAURADOS** | 16.074 |
|---|---|
| Improbidade administrativa de patrimônio público | 1.710 |
| Meio ambiente e urbanismo | 5.887 |
| Saúde | 696 |
| Consumidor | 1.737 |
| Educação | 140 |
| Portador de necessidades especiais | 369 |
| Idoso | 2.226 |
| Outros | 3.642 |
| **INQUÉRITOS CIVIS/PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS ARQUIVADOS** | 13.977 |
| **Sem ajustamento de conduta** | 11.180 |
| Improbidade administrativa de patrimônio público | 1.541 |
| Meio ambiente e urbanismo | 2.707 |
| Saúde | 653 |
| Consumidor | 1.243 |
| Educação | 67 |
| Portador de necessidades especiais | 243 |
| Idoso | 2.012 |
| Outros | 3.012 |
| **Com ajustamento de conduta** | 2.799 |
| Improbidade administrativa de patrimônio público | 55 |
| Meio ambiente e urbanismo | 2.341 |
| Saúde | 40 |
| Consumidor | 271 |
| Educação | 1 |
| Portador de necessidades especiais | 7 |
| Idoso | 67 |
| Outros | 65 |
| **Passam para o período seguinte no prazo** | 16.416 |
| **Passam para o período seguinte fora do prazo** | 4.524 |

**Outros Dados**

| Pessoas atendidas na Promotoria de Justiça | 29.652 |
|---|---|
| Notícias/representações/reclamações recebidas | 59.773 |
| Indeferimentos de instauração | 2.041 |
| Manifestações diversas | 562.511 |
| Audiências realizadas | 19.764 |
| Vistorias realizadas pelo Promotor de Justiça | 316 |
| Participação em reuniões e eventos | 1.492 |
| Audiências públicas/reuniões realizadas | 832 |
| Total de compromissos de ajustamento firmados no mês/período | 3.599 |
| Recomendações expedidas no mês/período | 584 |

**2. Atuação Judicial**

| **AÇÃO CIVIL AJUIZADA** | 4.268 |
|---|---|
| Improbidade administrativa de patrimônio público | 394 |
| Meio ambiente e urbanismo | 1.127 |
| Saúde | 779 |
| Consumidor | 118 |
| Educação | 26 |
| Portador de necessidades especiais | 128 |
| Idoso | 944 |
| Outros | 1.033 |

**Outros Dados**

| | |
|---|---|
| Réplicas | 1.548 |
| Memoriais/debates | 187 |
| Razões e contrarrazões | 1.261 |
| Acordos homologados em juízo | 63 |
| Audiências judiciais assistidas | 10.592 |
| Audiências judiciais não assistidas | 5.629 |
| Outras manifestações | 28.590 |

**Órgão Interveniente**

| | |
|---|---|
| **PROCESSOS CIVEIS RECEBIDOS NO PERÍODO** | 621.663 |
| Improbidade administrativa e patrimônio público | 1.162 |
| Meio ambiente e urbanismo | 5.420 |
| Saúde | 14.399 |
| Consumidor | 485 |
| Educação | 23 |
| Portador de necessidades especiais | 130 |
| Idoso | 1.566 |
| Família e sucessões | 219.557 |
| Fazenda pública | 197.883 |
| Registros públicos | 13.102 |
| Falência e recuperação de empresas | 10.029 |
| Outros | 164.324 |
| **TOTAL DE MANIFESTAÇÕES NO PERÍODO** | 417.210 |
| Improbidade administrativa e patrimônio público | 937 |
| Meio ambiente e urbanismo | 4.555 |
| Saúde | 12.532 |
| Consumidor | 514 |
| Educação | 20 |
| Portador de necessidades especiais | 152 |
| Idoso | 1.679 |
| Família e sucessões - promoções | 106.708 |
| Família e sucessões - pareceres | 51.422 |
| Família e sucessões - outras hipóteses | 7.393 |
| Fazenda pública - promoções | 25.965 |
| Fazenda pública - pareceres | 75.591 |
| Fazenda pública - outras hipóteses | 4.631 |
| Registros públicos - promoções | 3.978 |
| Fazenda pública - pareceres | 6.576 |
| Fazenda pública - outras hipóteses | 1.564 |
| Falência e recuperação de empresas: promoções em falências/recuperação judicial | 6.308 |
| Falência e recuperação de empresas: Pareceres em falências/recuperação judicial | 1.952 |
| Falência e recuperação de empresas: outras hipóteses | 303 |
| Outros: promoções | 65.597 |
| Outros: pareceres | 44.340 |
| Outros: outras hipóteses | 9.819 |
| Declinações de intervenção no período | 74.355 |
| **Passam para o mês/período seguinte no prazo** | 2.892 |
| **Passam para o mês/período seguinte fora do prazo** | 981 |

**Julgamentos**

| | |
|---|---|
| **PROCEDÊNCIA CONFORME PEDIDO/PARECER DO MP DE 1º GRAU** | 8.376 |
| Improbidade administrativa e patrimônio público | 21 |
| Meio ambiente e urbanismo | 39 |
| Saúde | 915 |
| Consumidor | 6 |
| Educação | 12 |

| | |
|---|---|
| Portador de necessidades especiais | 12 |
| Idoso | 62 |
| Família e sucessões | 4.514 |
| Fazenda pública | 2.910 |
| Registros públicos | 1.266 |
| Falência e recuperação de empresas | 236 |
| Outros | 2.665 |
| **IMPROCEDÊNCIA CONTRÁRIA AO PEDIDO/ PARECER DO MP DE 1º GRAU** | 1.523 |
| Improbidade administrativa e patrimônio público | 12 |
| Meio ambiente e urbanismo | 9 |
| Saúde | 69 |
| Consumidor | 1 |
| Educação | 1 |
| Portador de necessidades especiais | 0 |
| Idoso | 1 |
| Família e sucessões | 753 |
| Fazenda pública | 501 |
| Registros públicos | 39 |
| Falência e recuperação de empresas | 4 |
| Outros | 664 |

**Fundações**

| | |
|---|---|
| Fundações em funcionamento | 2.054 |
| Pareceres prévios em aprovação de contas de fundações | 31 |
| Outras hipóteses | 191 |

**Dados Gerais**

| | |
|---|---|
| Pessoas atendidas na Promotoria de Justiça | 28.810 |
| Audiências assistidas | 40.801 |
| Audiências não assistidas | 16.022 |
| Inspeções/vistorias/leilões assistidos (família, fundações e falências) | 559 |
| Ações ajuizadas pelo Ministério Público | 363 |
| Acordos firmados na Promotoria de Justiça | 192 |
| Recursos interpostos pelo Ministério Público | 1.276 |
| Manifestação em recursos das partes | 18.880 |
| Assistência a rescisões de contrato de trabalho | 9.824 |
| Número de processos em carga no final do mês/período, fora do prazo | 1.143 |

## MATÉRIA ELEITORAL

**Inquéritos Policiais/Notícias Criminais/TCs/PICs**

| | |
|---|---|
| **VINDOS DO PERÍODO ANTERIOR (total)** | 450 |
| **RECEBIDOS/INSTAURADOS NO PERÍODO** | 5.856 |
| Baixados à origem para realização de diligências | 3.700 |
| Arquivados | 295 |
| Transações penais efetivadas | 53 |
| Denúncias oferecidas | 1.086 |
| Manifestações diversas | 4.972 |
| Devolvidos sem manifestação | 47 |
| **Passam para o período seguinte no prazo** | 381 |
| **Passam para o período seguinte fora do prazo** | 47 |

**Processos no Primeiro Grau**

| | |
|---|---|
| **RECEBIDOS NO PERÍODO** | 44.394 |
| Manifestações diversas em feitos criminais | 1.016 |
| Suspensões condicionais do processo efetivadas | 19 |
| Ações/representações/medidas ajuizadas | 1.230 |
| Pareceres/intervenções diversas | 37.486 |

| | |
|---|---|
| Razões recursais | 97 |
| Contrarrazões/pareceres em recurso | 585 |
| Outras hipóteses de intervenção | 664 |
| **Passam para o período seguinte no prazo** | 172 |
| **Passam para o período seguinte fora do prazo** | 52 |

**Dados Gerais**

| | |
|---|---|
| Pessoas atendidas na Promotoria | 6.214 |
| Audiências assistidas | 5.328 |
| Audiências não assistidas | 1.528 |
| Participação em reuniões/palestras/encontros/entrevistas | 1.788 |

## Atuação no 2º Grau

### 1. Procuradoria de Justiça Cível

Em 2012 a Procuradoria de Justiça Cível apresentou a seguinte movimentação processual:

**Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Cível**

| Ano | Saldo Ano Anterior | Recebidos no Período | Devolvidos com Parecer | Saldo Final | Sessões |
|---|---|---|---|---|---|
| **2008** | 2.037 | 75.166 | 71.841 | 1.793 | 878 |
| **2009** | 1.793 | 97.515 | 92.465 | 2.681 | 813 |
| **2010** | 2.681 | 116.051 | 108.208 | 2.661 | 778 |
| **2011** | 2.661 | 100.264 | 94.137 | 2.549 | 678 |
| **2012** | 2.549 | 103.537 | 98.302 | 1.832 | 647 |

### 2. Procuradoria de Justiça Criminal

Em 2012 a Procuradoria de Justiça Criminal apresentou a seguinte movimentação processual:

**Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Criminal**

| Ano | Saldo Ano Anterior | Recebidos no Período | Devolvidos com Parecer | Saldo Final | Sessões |
|---|---|---|---|---|---|
| **2008** | 482 | 33.307 | 32.550 | 539 | 341 |
| **2009** | 539 | 35.382 | 34.654 | 722 | 306 |
| **2010** | 722 | 40.864 | 40.443 | 543 | 311 |
| **2011** | 543 | 41.160 | 39.968 | 1.048 | 281 |
| **2012** | 1.048 | 42.185 | 41.417 | 688 | 258 |

### 3. Procuradoria de Prefeitos

No período de janeiro a dezembro de 2012, na área criminal, a Procuradoria de Prefeitos desenvolveu as seguintes atividades:

| | DESCRIÇÃO | TOTAL |
|---|---|---|
| I | Denúncias oferecidas perante a 4ª CC – TJE | 68 |
| | Aditamentos à Denúncia | 0 |
| | Arquivamentos – TJE | 235 |
| | Pareceres remetendo feitos à Justiça Federal | 26 |
| | Pareceres remetendo feitos ao TRE | 4 |
| | Pareceres em Queixa-Crime | 7 |
| | Pedido de audiências preliminares | 30 |
| | Remessa de Exped. à Comarca – Declin. Atribuição | 56 |
| | Remessa de Exped. à PRR 4ª Região | 4 |
| | Remessa de Exped. ao Gabinete do PGJ e SUBJUR | 2 |

| | DESCRIÇÃO | TOTAL |
|---|---|---|
| I | Quebra Sigilo Telefônico/Bancário/Fiscal/Busca e Apreensão | 20 |
| II | Manifestações sobre respostas escritas | 53 |
| | Pedidos de diligências e apresentação de quesitos – Art.10 | 33 |
| | Alegações finais | 32 |
| | Pareceres com declinação de atribuição às Comarcas | 15 |
| | Pedidos de Extinção de Punibilidade | 17 |
| | Pedido de Prisão Preventiva/Prisão em Flagrante | 3 |
| | Promoções/requerimentos relativos a réus presos | 5 |
| | Pedido de afastamento de cargo | 1 |
| | Pareceres sobre suspensão do Processo (Lei nº 9099/95) | 1 |
| | Pareceres diversos | 186 |
| III | Agravo Regimental | 1 |
| | Pedido de Reconsideração | 1 |
| IV | Intimações | 208 |
| | Movimentações de expedientes e Processo Judiciais | 939 |
| V | Feitos novos (Inquéritos Policiais, QC e TCs) | 160 |
| VI | Procedimentos Investigatórios em instrução em 31/12 | 218 |
| VII | Inquéritos Policiais, TCs e Representações em 31/12 | 69 |
| VIII | Condenações | 1 |
| | Absolvições | 9 |
| | Afastamento do Cargo | 1 |
| | Denúncias recebidas/aditamentos | 43 |
| | Denúncias não recebidas/aditamentos | 1 |
| | Arquivamentos | 243 |
| | Declinação de Competência ao Juízo do 1º Grau | 1 |
| | Remessa à Comarca | 3 |
| | Queixa-Crime recebida | 2 |

| | DESCRIÇÃO | TOTAL |
|---|---|---|
| VIII | Queixa-Crime rejeitada | 4 |
| | Suspensão do processo c/art.89 da Lei nº 9099/95 | 1 |
| | Transação penal – Lei nº 9099/95 | 12 |
| | Remessa aos Tribunais Federais | 26 |
| | Recursos | 5 |
| | Extinção da Punibilidade | 7 |
| IX | Audiência por precatória (Promotores Comarca) | 0 |
| | Audiências de instrução no interior – Criminal | 98 |
| | Audiências de instrução em POA – Criminal | 75 |
| X | Sessões de Julgamento – Quarta Câmara Criminal | 32 |
| | Número de processos julgados e arquivamentos homologados | 373 |

### 4. Procuradoria de Fundações

No período de janeiro a dezembro de 2012, a Procuradoria de Fundações desenvolveu as seguintes atividades:

| DESCRIÇÃO | TOTAL |
|---|---|
| Expedientes administrativos instaurados (SPU) | 1.278 |
| Diligências realizadas no SPU (Sistema Gerenciador de Protocolo Único) | 1.805 |
| Pareceres (Jurídicos) | 375 |
| Portarias (relativas a prestações de contas) | 232 |
| Portarias publicadas no Diário do MP ref. alteração de estatuto, aprovação e extinção | 21 |
| Atas (verificação da regularidade de eleições, alienações, empréstimos, comodatos e outros) | 215 |
| Autorizações expedidas (alienações de bens imóveis, comodatos, empréstimos sob garantia real) | 20 |
| Atestados de Pleno e Regular Funcionamento | 36 |

| | |
|---|---|
| Ofícios expedidos | 1.810 |
| Ofícios circulares expedidos | 4 |
| Fundações instituídas | 2 |
| Pedidos de instituição indeferidos | 2 |
| Fundações Extintas | 9 |
| Auditoria em Fundações – Curadoria de Fundações – Comarca de Porto Alegre | 0 |
| Auditoria em Fundações – Procuradoria de Fundações | 0 |
| Fundações privadas cadastradas | |
| Capital | 131 |
| Interior | 217 |
| Dados referentes às Prestações de Contas no Sistema Informatizado - SICAP | |
| Fundações que enviaram a prestação de contas 21/12/2012 | 239 |
| Fundações que não enviaram a prestação de contas 21/12/2012 | 109 |
| Relatórios de Inspeções (Curadoria de Fundações – Comarca Porto Alegre) | 47 |
| Visitas/participações em atividades das Fundações pela Procuradoria de Fundações | 13 |
| Reuniões realizadas na Procuradoria de Fundações | 190 |

## 5. Procuradoria de Recursos

A Procuradoria de Recursos, no ano de 2012, apresentou a seguinte movimentação processual:

### Movimentação Processual da Procuradoria de Recursos

| | |
|---|---|
| Processos recebidos (*1) | 10.211 |
| Medidas judiciais protocoladas | 6.782 |
| Processos com inviabilidade recursal | 543 |
| Processos com outras providências (*2) | 2.886 |

*(*1) Um processo pode gerar mais de uma medida judicial protocolizada - ex: Resp + Re + medida cautelar; resp + petição, etc...*

*(*2) Intimações, Manifestações pela Não Intervenção e Finalizações Manuais*

### Tipo de Recursos Interpostos

| TIPO DE RECURSO | CRIME | CÍVEL | TOTAL |
|---|---|---|---|
| Agravo de Instrumento | 354 | 78 | 432 |
| Agravo Interno | 5 | 32 | 37 |
| Agravo Regimental | 50 | 2 | 52 |
| Contrarrazão em Agravo de Instrumento | 660 | 229 | 889 |
| Contrarrazão em Agravo de Instrumento ECA – Ato Infracional | 0 | 15 | 15 |
| Contrarrazão em Agravo de Instrumento ECA – Outros. | 0 | 5 | 5 |
| Contrarrazão em Rec. Esp/Extr. ECA | 0 | 116 | 116 |
| Contrarrazão em Rec. Esp/Extr. MP PARTE | 0 | 382 | 382 |
| Contrarrazão em Rec. Esp/Extr. | 1.301 | 0 | 1.301 |
| Contrarrazão em Rec. Ordinário em HC | 14 | 0 | 14 |
| Embargos de Declaração | 468 | 73 | 541 |
| Embargos Infringentes | 0 | 12 | 12 |
| Mandado de Segurança | 2 | 0 | 2 |
| Medida Cautelar | 187 | 6 | 193 |
| Pedido de Reconsideração | 59 | 1 | 60 |
| Petição Crime/Cível | 331 | 51 | 382 |
| Promoção de Praxe | 1 | 0 | 1 |
| Ratificação de Recurso | 7 | 4 | 11 |
| Reclamação STJ/STF | 7 | 1 | 8 |
| Recurso Especial | 1.239 | 103 | 1.342 |
| Recurso Extraordinário | 516 | 42 | 558 |
| Recurso Ordinário em Habeas Corpus | 1 | 0 | 1 |

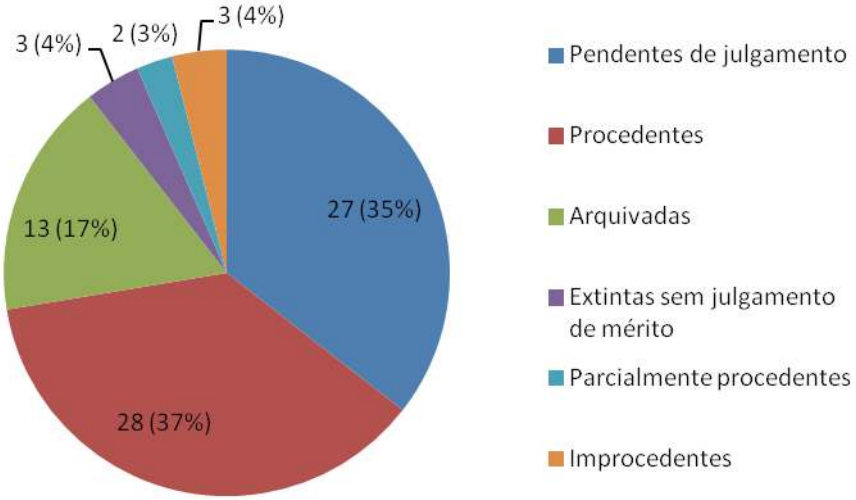
| | | | |
|---|---|---|---|
| Recurso Ordinário em Mandado Segurança | 1 | 0 | 1 |
| Total | 5.203 | 1.152 | 6.355 |

### 6. Procuradoria de Justiça junto ao Tribunal Militar do Estado (Cíveis e Criminais)

| Ano | Saldo Ano Anterior | Recebidos no Período | Devolvidos c/Parecer | Saldo Final | Sessões |
|---|---|---|---|---|---|
| 2012 | 10 | 358 | 361 | 3 | 48 |

## AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE

Em 2012 o Procurador-Geral de Justiça propôs 76 Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado. Dessas, 28 foram julgadas procedentes; 2 parcialmente procedentes; 3 improcedentes; 3 extintas sem julgamento do mérito; 13 arquivadas e 27 pendem de julgamento.




Outras informações da atuação no segundo grau:

| TIPO DE PROCESSO | SALDO ANTERIOR | RECEBIDOS NO PERÍODO | DEVOLVIDOS | SALDO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| Inconstitucionalidade | 16 | 597 | 523 | 90 |
| Diversos | 6 | 180 | 160 | 26 |
| Intimação | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Recurso Ordinário em Mandado de Segurança | 0 | 19 | 19 | 0 |
| Representação para Fins de Intervenção do Estado em Município | 0 | 2 | 2 | 0 |
| Mandado de Segurança | 1 | 76 | 77 | 0 |
| Precatório | 1 | 34 | 34 | 1 |
| Administrativos | 1 | 19 | 18 | 2 |
| Conflito de Competência | 5 | 153 | 154 | 4 |
| Conflito de Atribuições | 1 | 41 | 40 | 2 |
| Inquérito Policial Arquivamento não Homologado | 4 | 51 | 54 | 1 |
| Inquérito Policial Foro Privilegiado | 3 | 118 | 103 | 18 |
| **Total** | **38** | **1.291** | **1.184** | **145** |

# Gestão Compartilhada

O Conselho de Gestão Compartilhada tem como atribuições opinar sobre questões administrativas e institucionais e elencar as prioridades de cada região para encaminhamento e decisão do Procurador-Geral de Justiça, além de contribuir com a formulação dos projetos estratégicos no âmbito da Gestão Estratégica do Ministério Público.

O Conselho é composto por um membro da Administração Superior, pelos coordenadores das Procuradorias de Justiça Cível e Criminal e por um representante de cada uma das 16 Regiões Administrativas e seus respectivos suplentes, prevendo também a participação em suas reuniões de representante do Órgão Especial do Colégio de Procuradores e do Diretor-Geral do Ministério Público. A duração dos mandatos é de um ano, permitida uma recondução.

As reuniões são bimestrais e no ano de 2012 foram apresentados, discutidos e analisados temas institucionais relacionados às questões orçamentárias, ao quadro de servidores do Ministério Público, à tramitação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, à proposta de convênio sugerida pelo Tribunal de Justiça acerca da intimação ministerial no primeiro grau de jurisdição via correio eletrônico, a novas ferramentas de gestão e de tecnologia da informação em implantação na instituição, entre outros assuntos.

Representantes no Conselho de Gestão Compartilhada

| Região | Comarcas | Representante |
|---|---|---|
| R1<br>Região das Missões | Campina das Missões, Catuípe, Cerro Largo, Giruá, Guarani das Missões, Horizontina, Porto Xavier, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, Santo Cristo, São Luiz Gonzaga, Três de Maio, Tucunduva | Titular: Marcelo Augusto Squarça |
| R2<br>Região do Médio Uruguai | Campo Novo, Constantina, Coronel Bicaco, Crissiumal, Frederico Westphalen, Iraí, Nonoai, Palmeira das Missões, Planalto, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Santo Augusto, Sarandi, Seberi, Tenente Portela, Três Passos | Titular: Rogério Fava Santos |
| R3<br>Região Planalto | Campinas do Sul, Carazinho, Casca, Erechim, Espumoso, Getúlio Vargas, Gaurama, Marau, Marcelino Ramos, Não-Me-Toque, Passo Fundo, São Valentim, Soledade, Tapejara, Tapera | Titular: Michael Schneider Flach<br>Suplente: Cristiano Ledur |

| Região | Comarcas | Representante |
|---|---|---|
| R4<br>Região do Alto Jacuí | Augusto Pestana, Cruz Alta, Ibirubá, Ijuí, Panambi, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Tupanciretã | |
| R5<br>Região da Serra | Antônio Prado, Bento Gonçalves, Canela, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Feliz, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, Nova Prata, São Francisco de Paula, São Marcos, Veranópolis | |
| R6<br>Região do Vale do Taquari | Arroio do Meio, Arvorezinha, Encantado, Estrela, General Câmara, Guaporé, Lajeado, Taquari, Teutônia, Triunfo, Venâncio Aires | Titular: Paulo Estevam Costa Castro Araújo |
| R7<br>Região dos Campos de Cima da Serra | Bom Jesus, Lagoa Vermelha, Sananduva, São José do Ouro,Vacaria | Titular: Henrique Rech Neto<br>Suplente:<br>Luis Augusto Gonçalves Costa |
| R8<br>Região do Vale do Rio Pardo | Arroio do Tigre, Cachoeira do Sul, Candelária, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Vera Cruz | Titular: Eduardo Ritt |

| Região | Comarcas | Representante |
|---|---|---|
| R9<br>Região Central | Agudo, Cacequi, Faxinal do Soturno, Jaguari, Júlio de Castilhos, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul | Titular: Sandro Loureiro Marones |
| R10<br>Região da Fronteira Oeste | Alegrete, Itaqui, Quaraí, São Borja, São Francisco de Assis, Uruguaiana | Titular: Cinthia Menezes Rangel<br>Suplente: João Cláudio Pizzato Sidou |
| R11<br>Região da Campanha | Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel | Titular: Lisiane Villagrande Veríssimo da Fonseca |
| R12<br>Região Sul | Arroio Grande, Camaquã, Canguçu, Herval, Jaguarão, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul | Titular: Caroline Spotorno da Silva |
| R13<br>Região do Litoral | Capão da Canoa, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Torres, Tramandaí | Titular: Reginaldo Freitas da Silva |

| Região | Comarcas | Representante |
|---|---|---|
| R14 Região Metropolitana | Campo Bom, Dois Irmãos, Esteio, Igrejinha, Montenegro, Novo Hamburgo, Parobé, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Três Coroas | Titular: Ana Paula Bernardes Suplente: Tiago Moreira da Silva |
| R15 Região Metropolitana do Delta do Jacuí | Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Barra do Ribeiro, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, Estância Velha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Portão, São Jerônimo, Tapes, Viamão | Titular: Marcelo Dossena Lopes dos Santos Suplente: Rodrigo da Silva Brandalise |
| R16 Região Porto Alegre | Porto Alegre | Titular: Lúcia Helena de lima Callegari |

# Aproximação com a Sociedade

O atendimento ao cidadão recebeu atenção especial em 2012. Seguindo as determinações da Lei de Acesso à Informação, a Instituição criou o Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão (SIAC), responsável por implementar a política de acesso à informação no âmbito do MPRS, bem como integrar os diversos órgãos e canais envolvidos na prestação de informações e atendimento ao cidadão. Através do portal do SIAC, hospedado no site do Ministério Público, é possível solicitar informações, consultar processos, acessar dados institucionais, contatar a Ouvidoria, entre outros serviços.

Também foi criado o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), espaço situado no prédio sede do MPRS e idealizado para o atendimento presencial, com vistas a sanar dúvidas dos cidadãos e resolver questões que estejam vinculadas às áreas de atribuição do Ministério Público.

O Projeto MP na Estrada e a criação de novas ferramentas de divulgação das ações dos Promotores e Procuradores de Justiça complementam as iniciativas do MPRS que visam maior transparência e aproximação com a sociedade.

## Projetos Estratégicos

A "Aproximação com a Sociedade" é uma das prioridades estratégicas do MPRS, conforme evidenciado no Mapa Estratégico da Instituição, a partir dos objetivos "Aprimorar o atendimento ao público" e "Intensificar a comunicação do MP com a sociedade". Ao longo do ano de 2012, com a finalidade de contribuir para o alcance dos referidos objetivos, foram desenvolvidos os seguintes projetos estratégicos:

# Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão - SIAC

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul implementou, em 2012, as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação), a partir da criação do Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão (SIAC).

O SIAC tem por atribuição implementar a política de acesso à informação no âmbito do MPRS, de modo a garantir a disponibilidade, agilidade e transparência na prestação de informações de interesse do cidadão e da sociedade. Também é responsável por integrar os diversos órgãos e canais envolvidos na prestação de informações e atendimento ao cidadão. Para tanto, foi desenvolvida uma ferramenta eletrônica, disponível no site do MPRS na Internet, onde é possível solicitar informações, consultar processos, acessar dados institucionais, contatar a Ouvidoria, entre outros serviços.

Nesse canal, de maio a novembro de 2012, foram contabilizados 822 acessos, sendo 689 representações variadas distribuídas dentre as Promotorias de Justiça da Capital e do interior. Os demais 133 acessos foram pedidos de informações, que estão sendo atendidos num prazo médio de 15 dias. Destas solicitações, apenas quatro foram negadas por se vincularem a expedientes classificados como sigilosos.

Imagem da página do SIAC no site do MP na intenet

# Atendimento ao Público na Sede

Com vistas a organizar o atendimento ao público das Promotorias e Procuradorias de Justiça localizadas na sede do MPRS, foi criado o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), inaugurado em abril de 2012. O órgão consiste em um espaço idealizado para o atendimento presencial, diariamente e em horário comercial, situado no prédio sede da Instituição, no pavimento térreo.

No local, os cidadãos que buscam tirar dúvidas ou que desejam resolver questões que estejam vinculadas às áreas de atribuição do Ministério Público são ouvidos e encaminhados às respectivas Promotorias/Procuradorias de Justiça por servidores capacitados para tal atividade. E, em casos de atendimento emergencial de situações mais complexas está à disposição, diariamente, um membro da Promotoria de Justiça de Plantão de Porto Alegre, que atende os interessados e faz os encaminhamentos necessários. Desde a sua inauguração até novembro de 2012, foram atendidas pelo SAC um total de 1.095 pessoas.

Ressalte-se que o SAC está integrado à estrutura do SIAC, sendo ambos coordenados por um Promotor de Justiça do MPRS. Com base em ferramenta criada para verificação do nível de satisfação com o atendimento recebido, constata-se que, em média, cerca de 80% das pessoas atendidas classificam o serviço como "muito satisfatório".

Fotos das Instalações do SAC na sede do MPRS

## MP na Estrada

O projeto consiste na disponibilização de uma estrutura itinerante – ônibus adaptado – para atendimento ao público e divulgação do MPRS junto à sociedade, com participação em feiras e eventos em todo o Estado.

O "MP na Estrada" foi apresentado no lançamento da campanha "Conte até 10. Paz. Essa é a atitude", desenvolvida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça. O evento aconteceu na Escola Estadual de Ensino Médio Mariz e Barros, localizada na Vila Safira, bairro Mário Quintana, em Porto Alegre.

Ainda em dezembro, o ônibus também foi utilizado pelas entidades que fazem parte do Fórum Permanente de Combate ao Uso de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes para fiscalizar e desenvolver ações específicas na prevenção e na fiscalização da venda e do uso de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes nas festas de formatura, enfocando, em sua iniciativa, a seguinte mensagem: Formatura Saudável, Memórias Felizes!

Foto do ônibus

## Rádio MP

Desde 2005, o MPRS disponibiliza no seu site boletins de áudio com notícias e entrevistas produzidas pela Assessoria de Imprensa da Instituição. Em 2011, com o objetivo de ampliar os canais de comunicação e disponibilizar as informações também em outros formatos, foi criada a Rádio MP, que reúne notícias relevantes da semana. Em 2012 foram produzidos 59 programas, enviados para um total de 241 rádios do interior do Estado.

Em dezembro de 2012, a Rádio MP ganhou novo formato e tornou-se uma rádio corporativa on-line. A ferramenta atual disponibiliza notícias e entrevistas sobre a atuação dos Promotores e Procuradores de Justiça e pode ser acessada por qualquer cidadão através do endereço eletrônico www.radiomprs.com.br.

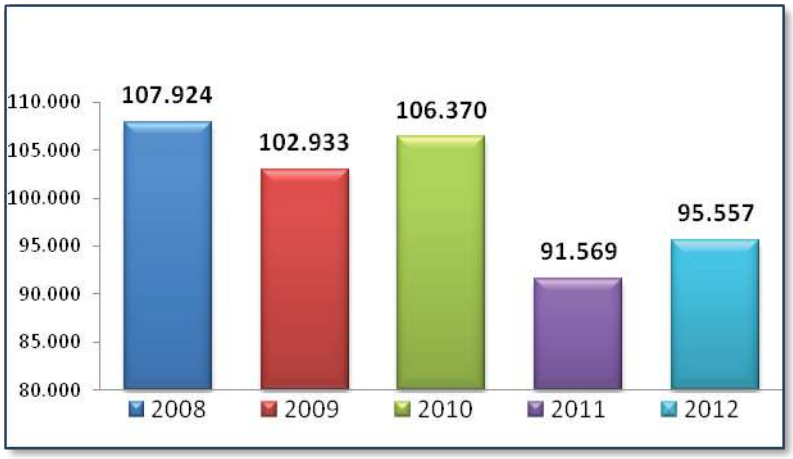
Imagem do site da Rádio MP na internet

# DADOS DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

## Atendimento Presencial

O atendimento ao público é uma das atividades de maior importância para o MPRS, uma vez que proporciona um contato direto de seus membros e servidores com a realidade social, bem como com os anseios e demandas da população, representando, deste modo, um dos canais mais relevantes para a solução dos seus problemas.

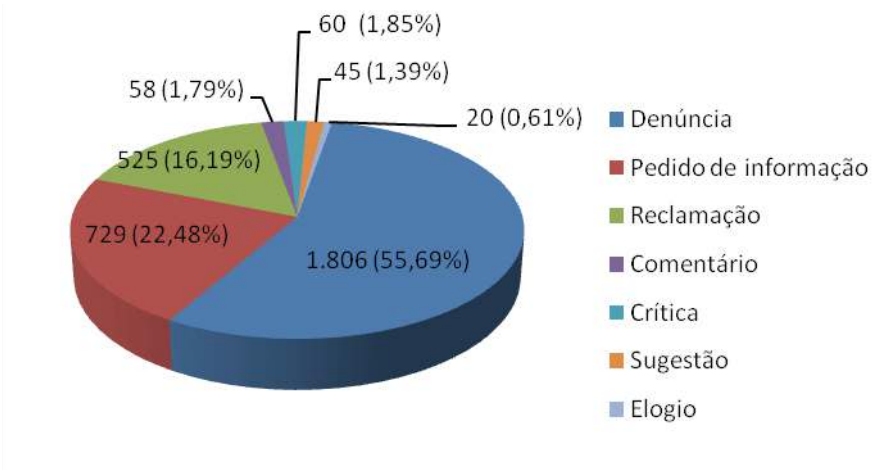
Em relação à totalidade dos atendimentos ao público nas dependências das Promotorias de Justiça do estado e da capital, no ano de 2012 o número ficou em torno de 95.557 mil cidadãos.




## Ouvidoria

Além de atender aos reclamos da comunidade, a Ouvidoria do Ministério Público também trata de problemas relacionados à atividade de membros e servidores da Instituição. Essas informações são trazidas ao conhecimento da Ouvidoria por pessoas que se entendem prejudicadas ou insatisfeitas, as quais são sempre devidamente registradas para posterior encaminhamento à apreciação dos setores competentes: Corregedoria-Geral do Ministério Público, em caso de Membros, e para Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos, no caso de servidores.

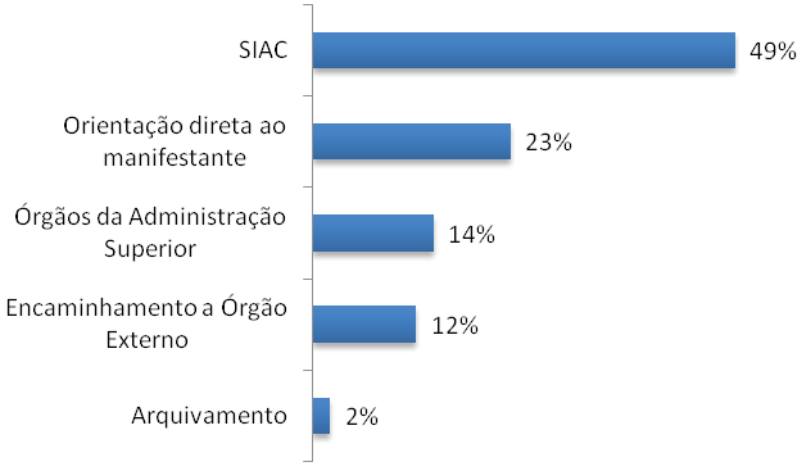
No ano de 2012, a Ouvidoria do MPRS recebeu 3.243 manifestações, resultando em uma média de 271 protocolos mensais ou aproximadamente 14 atendimentos diários. As manifestações, de acordo com a lei que instituiu a Ouvidoria, são classificadas em: denúncia, pedido de informação, reclamação, sugestão, comentário, elogio e crítica. Conforme demonstra o gráfico abaixo, as denúncias, com 1.806 manifestações, são as mais representativas quantitativamente. Cabe esclarecer, no entanto, que tais denúncias se referem às diversas áreas de atuação da Instituição, e não ao desempenho de seus integrantes ou ao serviço por eles ofertado à sociedade, índices estes que corresponderam à minoria das manifestações.




Ressalta-se que, a partir da criação do SIAC, as demandas afetas à área-fim do MP passaram a ser requeridas pelo cidadão diretamente a esse setor, através do formulário disponível no Portal deste serviço, que consta na página da internet do MPRS e/ou por meio de atendimento pessoal. Com base nessa nova sistemática, em maio de 2012 a Ouvidoria passou a endereçar as demandas contendo pedidos de informações e/ou providências que fossem afetas à área de execução do MP diretamente ao SIAC, a fim de que fosse feita a redistribuição ao órgão demandado por uma única origem.

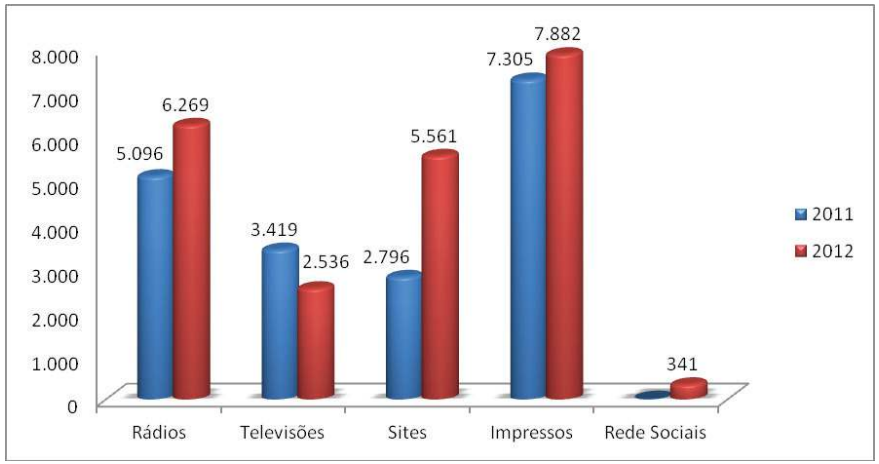
As manifestações que corresponderam às atribuições da Ouvidoria foram encaminhadas aos Órgãos da Administração Superior ou aos Órgãos de Execução, variando de acordo com o pleito.

Os demais protocolos, quando diversos da função do MPRS, foram diretamente esclarecidos aos interessados e, em raros casos, quando ausentes de dados consistentes, arquivados de plano, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



# EXPOSIÇÕES NA MÍDIA

O resultado da atuação de membros e servidores do MPRS é também percebido por meio da cobertura jornalística das ações da Instituição e de seus membros. Todas as inserções do MPRS na mídia são monitoradas por intermédio do Gabinete de Comunicação da Instituição e analisadas mensalmente. De janeiro a dezembro de 2012, foram registradas, nos veículos de comunicação do Rio Grande do Sul, 22.589 citações ao MPRS, seus membros e servidores. O número inclui citações em rádios, televisões, jornais, sites e redes sociais. Além dos veículos de alcance e circulação estadual, são monitorados os principais jornais e rádios do interior. Os dados consolidados indicam que houve um crescimento de 21% no número total de citações positivas em relação ao mesmo período de 2011. Também é possível identificar que a Instituição possui uma imagem positiva, considerando as matérias e reportagens veiculadas na imprensa e monitoradas pelo Gabinete de Comunicação do MPRS.




| Citações | 2011 | 2012 |
|---|---|---|
| Rádios | 5.096 | 6.269 |
| Televisões | 3.419 | 2.536 |
| Sites | 2.796 | 5.561 |
| Impressos | 7.305 | 7.882 |
| Rede Sociais | Não monitorada | 341 |
| Total das citações | 18.616 | 22.589 |
| Positivas | 18.447 | 22.308 |
| Negativas | 169 | 269 |
| Neutras | - | 12 |

## Redes Sociais

O avanço tecnológico instituiu uma nova mediação comunicativa, a das redes sociais. Em 2012, houve um incremento na utilização e acesso aos perfis que o MPRS possui nesses novos meios de comunicação. No ***Twitter*** o número de seguidores cresceu mais de 100% em relação a 2011, contemplando, em novembro de 2012, 5.220 internautas dentre operadores do direito, jornalistas, policiais e estudantes de áreas afins. A fan page da Instituição no ***Facebook*** também obteve crescimento significativo e foi um dos maiores vetores de acesso ao site principal do MPRS, a partir das informações divulgadas nesta ferramenta.

A Instituição também investiu na produção de vídeos e reestruturou seu canal no ***Youtube***, o que contribuiu para um importante crescimento nos acessos, passando de 5.496 visualizações no ano de 2011 para 15.558 no ano subsequente, com 71.290 minutos de vídeos assistidos.

## MP Responde e MP Entrevista

Objetivando ampliar os canais de comunicação do MPRS com a sociedade e seus integrantes, foram lançados em outubro de 2012 o "MP Responde" e o "MP Entrevista". O material audiovisual foi idealizado como nova ferramenta para o compartilhamento de informações com os diferentes públicos da Instituição, por meio de entrevistas e reportagens. O material é publicado no site do MPRS na internet e no canal da Instituição no Youtube.

## 35ª Expointer

O MPRS esteve presente na 35ª edição da Expointer, uma das maiores feiras agropecuárias da América Latina. O estande da Instituição ficou aberto para visitação e proporcionou ao público interessado orientações sobre suas atribuições, além de distribuição de material e divulgação dos projetos institucionais.

Durante a feira, também, foi firmado convênio entre o Ministério Público e o Movimento Tradicionalista Gaúcho. O compromisso objetiva a qualificação da fiscalização das condições de segurança dos participantes de eventos como rodeios crioulos e da sanidade dos animais envolvidos. Além disso, ocorreu a assinatura de termos de cooperação com o Instituto de Saúde e Educação Vida de Viamão e com a Assembleia Legislativa para intensificar as atividades do Projeto Alquimia.

Durante o evento agropecuário, o MPRS promoveu também um bate-papo sobre a campanha "O que você tem a ver com a corrupção?" com alunos do ensino fundamental da Escola Guarani e com o representante da 12ª Regional Tradicionalista, dentro da proposta de estimular as novas gerações a construírem um Brasil mais justo e sério, destacando-se o papel fundamental de

nossas próprias condutas diárias. Foi distribuído, aos participantes, um kit contendo botton, camiseta e material de divulgação da campanha.

Foto da casa do MP na Expointer

## Prêmio Jornalismo do MPRS

O Prêmio Jornalismo do MPRS é uma realidade e está consolidado no meio jornalístico gaúcho. Em 2012, chegou à 14º edição mantendo seu conceito e tradição no Estado. Como acontece todos os anos, foi lançado no mês de junho, na Semana de Aniversário da Instituição, e a premiação foi entregue em 14 de dezembro, Dia Nacional do Ministério Público.

Neste ano, foram inscritos 52 trabalhos de jornalistas que evidenciaram a atuação dos Promotores e Procuradores de Justiça em matérias e reportagens de rádio, jornal, televisão, web e fotojornalismo.

A comissão julgadora do concurso reconheceu a qualidade das matérias jornalísticas concorrentes e definiu as ganhadoras destacando as que melhor esclareceram à sociedade as competências e atribuições do Ministério Público. Os vencedores receberam prêmios em dinheiro e comendas, oferecidas pela Associação do Ministério Público, Escola Superior do Ministério Público e Hotel Continental.

| Categoria | Vencedor | 2º Lugar |
|---|---|---|
| Impressa | Adriano Duarte, com a reportagem "Um presente para toda a vida", veiculada no Jornal Pioneiro. A matéria conta a história de uma Promotora de Justiça de Farroupilha que soube unir a rede de proteção da cidade para retirar crianças e adolescentes de situações de risco e alçá-las a uma posição mais digna com famílias mais estruturadas. | Ermilo Drews, com a reportagem "Vale do Taquari responde por 93% das propriedades saneadas no Brasil", publicada no Jornal O Informativo do Vale, discorrendo sobre o encontro de agricultor e Promotor de Justiça que deu origem a um projeto piloto voltado à sanidade animal, o qual serve de exemplo para todo o país. |
| Rádio | Cid Martins, com a reportagem "Cartel dos banheiros químicos", veiculada na Rádio Gaúcha, narrando um esquema de locação de três mil banheiros químicos que chegou a uma fraude de R$ 15 milhões. | Jocimar Farina, com a reportagem "Operação Guarani", veiculada na Rádio Gaúcha, que narrou a investigação que apurou o favorecimento a uma empresa durante licitação para privatização de serviço de água e esgoto no município de São Luiz Gonzaga, nas Missões. |

| Categoria | Vencedor | 2º Lugar |
|---|---|---|
| Televisão | Priscilla Casagrande, com a reportagem "MP derruba cartel dos banheiros", exibida na TV Record, que mostrou o trabalho do MPRS contra uma rede de empresas que superfaturavam contratos para instalação de banheiros em eventos. | Leandro Olegário, com a reportagem "Crédito consignado a idosos é alvo de campanha do MP", exibida na TV Educativa, que trata de um alerta do MPRS sobre o perigo desses empréstimos no mercado. |
| Fotografia | Jean Schwarz, com o trabalho "Retrato do descontrole", fotos publicadas no Jornal Zero Hora, que mostram uma servidora da Assembleia Legislativa que costumava trabalhar só pela manhã e à tarde sair com seu cão na Praça da Matriz. | Jefferson Botega, com o trabalho "Depósito Humano", publicado no jornal Zero Hora. As fotos mostram situações da Penitenciária Estadual de Charqueadas que levaram a Justiça a proibir o ingresso de novos detentos. |
| Mídia web | Jomar Martins, com a matéria "Justiça gaúcha proíbe carreira de boi cangado", da revista eletrônica Consultor Jurídico, abordando ação ajuizada pelo MPRS para impedir tradicionais carreiras de boi nos municípios de General Câmara e Vale Verde. | |

## Operação Veraneio 2012

O aumento da população no litoral gaúcho durante a temporada de verão resulta sempre num acréscimo significativo de conflitos sociais. Atento a essa situação e com o objetivo de melhor atender turistas, veranistas e moradores do Litoral Norte, o MPRS organizou, nas Promotorias de Justiça de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres, mais uma edição do Programa Veraneio. A décima quarta edição da Operação reforçou as equipes titulares das Comarcas envolvidas com onze Promotores de Justiça designados e mais um quadro de 37 servidores em apoio aos trabalhos. Os membros designados cumpriram atribuições nas áreas da infância e juventude, do meio ambiente, dos direitos humanos e criminal, inclusive com atuação perante o Tribunal do Júri e em processos referentes à Lei Maria da Penha.

## Outdoor - divulgação das áreas de atuação do MP

De forma pioneira, em agosto de 2012, a Promotoria de Justiça de Vacaria colocou um outdoor na cidade para informar as áreas de atuação do Ministério Público. Essa é mais uma medida para levar ao cidadão o conhecimento do papel do Ministério Público, no sentido de aproximar cada vez mais a Instituição da comunidade.

A ação foi viabilizada em parceria com a empresa proprietária do painel, que cedeu o espaço gratuitamente, e com o Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública (CONSEPRO), que custeou a impressão.

Arte do outdoor de Vacaria

# DOAÇÕES PATRIMONIAIS

A política de cooperação do MPRS com outras instituições públicas do Estado, por meio de doação de bens substituídos em atualização patrimonial, prosseguiu em 2012, a partir da oferta de 3.959 equipamentos e objetos, além de dois automóveis.

Microcomputadores, notebooks, condicionadores de ar, mobiliários e bebedouros, entre outros bens, reforçaram os recursos materiais de servidores que atuam em órgãos da administração pública e entidades filantrópicas, melhorando a qualidade dos serviços prestados e o conforto oferecido no atendimento à população gaúcha.

Além da Brigada Militar, principal favorecida das doações realizadas, beneficiaram-se dos bens delegacias de polícia, escolas estaduais, prefeituras municipais, APAEs, Secretariado de Ação Social da Arquidiocese de Porto Alegre, entidades do sistema penitenciário gaúcho, entre outras.

| EQUIPAMENTOS E OBJETOS DOADOS | |
|---|---|
| Automóveis | 2 |
| Microcomputadores e notebooks | 790 |
| Outros equipamentos de informática (monitores, teclados, impressoras, etc.) | 1.343 |
| Condicionadores de ar | 43 |
| Peças de mobiliário (mesas, cadeiras, armários, etc.) | 1.656 |
| Equipamentos de escritório | 20 |
| Equipamentos de telefonia (aparelhos telefônicos, fac-símiles, etc.) | 55 |
| Equipamentos de som e imagem (máquinas fotográficas, filmadoras, microfones, etc.) | 9 |
| Outros bens doados (refrigeradores, bebedouros, ventiladores, etc.) | 43 |
| **TOTAL** | **3.961** |

# Áreas de Atuação

O Ministério Público está organizado em oito grandes focos de atuação. Neste contexto, destacam-se algumas realizações e projetos.

- Infância e Juventude
- Direitos Humanos
- Criminal
- Cível e Patrimônio Público
- Meio Ambiente
- Consumidor
- Ordem Urbanística e Questões Fundiárias
- Eleitoral

# Infância e Juventude

As iniciativas na área da Infância e Juventude priorizaram, em 2012, as questões relativas à melhoria da educação. Para tanto, um dos principais projetos do MPRS foi o "Educação Infantil" que tem por finalidade desenvolver ações para elevar a oferta de vagas no Estado, com estabelecimento de cronograma de atendimento anual até 2016. O projeto conta com a parceria das Promotorias Regionais de Educação, do Tribunal de Contas do Estado e da FAMURS.

Além disso, foi lançado, como Projeto Piloto, o processo de informatização da FICAI (em Rio Pardo e na 10ª Microrregião do Conselho Tutelar de Porto Alegre), com previsão de implementação em todos os municípios do Estado até 2014. O projeto busca contribuir para o combate à evasão e infrequência escolar, visando à permanência e o sucesso do aluno na escola.

Destaca-se, também, a atuação, de forma inédita, do Fórum Permanente de Prevenção à Venda e ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes, que esteve presente nas festas de formatura do ensino médio de quatro escolas de Porto Alegre. De forma experimental, foram realizadas ações específicas na prevenção e na fiscalização da venda e do uso de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes nesses eventos, enfocando a seguinte mensagem: "Formatura Saudável, Memórias Felizes!".

# Projetos Estratégicos

## Educação Infantil

Vinculado ao objetivo estratégico "Estimular a garantia da qualidade da educação básica", o projeto Educação Infantil, elaborado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões e das Promotorias Regionais de Educação), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), visa desenvolver ações para elevar a oferta de vagas na educação infantil no Estado. No cumprimento da primeira etapa da iniciativa, a auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul elaborou relatório referente à situação dos 117 municípios que não possuem creches, bem como à situação dos 67 municípios que tem menores índices de atendimento à população em idade pré-escolar, com estabelecimento de cronograma de atendimento anual até 2016.

Conforme o Termo de Cooperação firmado em janeiro de 2012 pelo MPRS, TCE e FAMURS serão organizados eventos para apresentação dos diagnósticos aos gestores municipais. Além disso, os Promotores de Justiça promoverão reuniões e audiências públicas com a comunidade local, a fim de afirmar o direito-dever fundamental à educação, bem como conscientizar as partes envolvidas sobre a importância da creche e pré-escola para o crescimento das crianças. Por fim, o projeto prevê o desenvolvimento de uma campanha institucional, coordenada pelo MPRS e pelo TCE, envolvendo a elaboração de cartilhas e vídeos voltados para a sensibilização acerca do tema.

## FICAI Online

A informatização da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) é um passo importante na área da educação, pois permitirá maior agilidade para a busca do aluno infrequente, bem como o conhecimento dos motivos que levam à evasão escolar, permitindo que políticas públicas possam ser planejadas e executadas para combater, com mais efetividade, esses problemas. Desse modo, o projeto tem como finalidade contribuir para o combate à evasão e infrequência escolar, visando à permanência e ao sucesso do aluno na escola.

Em agosto de 2012, o MPRS e a Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (PROCEMPA) firmaram o "Convênio de Informatização da FICAI", tendo como anuentes os demais signatários do "Termo de Cooperação da FICAI", dando o primeiro passo formal para o cumprimento do disposto no artigo primeiro, parágrafo único, do compromisso firmado em 2011, prevendo que os órgãos envolvidos deveriam concentrar esforços visando à informatização da FICAI, através de um sistema de informação interligado entre a escola, o Conselho Tutelar e o Ministério Público.

O processo de informatização da FICAI foi lançado, como Projeto Piloto, em Rio Pardo e na 10ª Microrregião do Conselho Tutelar de Porto Alegre, com previsão de implementação em todos os municípios do Estado até 2014.

Com o apoio da Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), por meio de um Convênio de Apoio, foram confeccionadas 20 mil cartilhas em formato de perguntas e respostas, para esclarecimento das partes envolvidas. Também foi produzido um DVD com a finalidade de sensibilizar os Conselheiros Tutelares, Professores e Promotores de Justiça sobre a importância da iniciativa.

Arte da Cartilha "Perguntas e Respostas FICAI"

## Promotorias Regionais de Educação

O projeto, que teve início em 2011, visa assegurar de forma prioritária o direito e o acesso à educação infantil, a universalização da educação para a população de 4 a 17 anos até 2016 (Emenda Constitucional n° 59, art. 6°) e a redução dos níveis de evasão e reprovação escolar, especialmente nos ensinos fundamental e médio, através da informatização da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) em todos os municípios do Estado. No momento, cinco Promotores de Justiça estão designados para atuar de forma regional na área da educação, nos seguintes municípios: Pelotas, Faxinal do Soturno, Santo Ângelo, Passo Fundo e Santa Maria, sendo que Porto Alegre já possui Promotoria com atribuições exclusivas na área da educação, conforme o Provimento nº 44/2012.

# Iniciativas Realizadas

## Fórum Permanente de Prevenção à Venda e ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes

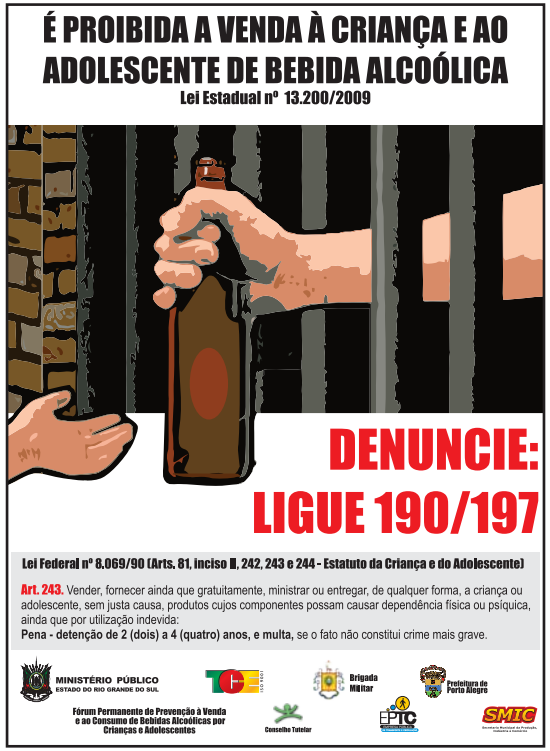
Em outubro de 2011 foi instituído pelo MPRS o Fórum Permanente de Combate ao Uso de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes, com vistas a manter, em caráter permanente, órgãos e instituições mobilizadas no intuito de desenvolver ações preventivas e de fiscalização à venda e ao consumo de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes.

Corroborando com os objetivos traçados pelos parceiros do Fórum, o Procurador-Geral de Justiça expediu, em janeiro de 2012, recomendação aos Promotores e Procuradores de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul firmando posicionamento institucional no sentido de que a venda, o fornecimento e a entrega, de qualquer forma, ainda que gratuitamente, de bebida alcoólica a crianças e adolescentes, constitui o crime previsto no art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Dando seguimento aos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum Permanente, os parceiros signatários do Termo de Integração Operacional, em abril de 2012, à unanimidade, aprovaram proposição oferecida, de forma inédita, por quatro Instituições de Ensino Privadas de Porto Alegre (Colégio Anchieta, Colégio Farroupilha, Colégio Marista Rosário e Colégio Monteiro Lobato), tendo por objetivo desenvolver, a título experimental, ações específicas na prevenção e na fiscalização da venda e do uso de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes nas festas de formatura de seus alunos, enfocando, em sua iniciativa, a seguinte mensagem: Formatura Saudável, Memórias Felizes!

Paralelamente às ações desenvolvidas no Município de Porto Alegre, o MPRS, através de suas Promotorias de Justiça do interior do Estado, tem destinado esforços em sua atuação para a promoção de ações similares na prevenção e na fiscalização do uso e do consumo de bebida alcoólica por jovens em diversas

cidades. Dentre outras ações da Instituição no âmbito preventivo, destaca-se, por exemplo, a confecção de 10 mil cartazes para a distribuição em todo Estado, dando publicidade à sociedade e aos estabelecimentos comerciais da previsão do art. 243 do ECA.




Arte do Cartaz que dá publicidade à sociedade e aos estabelecimentos comerciais da previsão do art. 243 do ECA

## Seminário de Avaliação da Frequência Escolar – FICAI 2012

A Promotoria Especializada de Lajeado realizou em dezembro de 2012 o "Seminário de Avaliação da Frequência Escolar – FICAI 2012". O evento contou com a presença de diretores e vice-diretores de escolas, professores, assistentes sociais, psicólogos, coordenadores pedagógicos, secretários municipais de educação e conselheiros tutelares de todos os municípios que integram a Comarca de Lajeado (Progresso, Sério, Marques de Souza, Cruzeiro do Sul, Canudos do Vale, Santa Clara do Sul e Forquetinha).

Na ocasião, foram apresentados os dados estatísticos do acompanhamento da frequência escolar durante o ano de 2012. Segundo o Promotor, foram emitidas 673 "FICAIs" pelas escolas dos oito municípios, sendo que 83% dos pais e responsáveis foram notificados a comparecer a 16 audiências públicas e a diversas reuniões escolares realizadas ao longo do ano. Deste total, 364 pais de alunos (equivalente a 58%) compareceram às solenidades e firmaram Termo de Compromisso Escolar, através do qual assumiram o compromisso de diligenciar para garantir o imediato retorno de seus filhos à escola. Os resultados já apresentados são positivos: 252 alunos retornaram às salas de aulas (equivalente a 69% dos que compareceram às escolas), sendo que outros 222 casos foram representados perante o Juizado Especial Criminal (equivalente a 33% do total de FICAIs emitidas) pelo crime de abandono intelectual e, destes, 46 procedimentos já foram analisados, com a celebração de 22 transações penais, estando os demais em andamento. Por fim, foram apresentados o cronograma, fluxos e providências para o ano letivo de 2013.

## "Registrar para Existir" resultados positivos – Passo Fundo

Iniciativa da 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, em parceria com hospitais e Conselho Tutelar do município, busca disponibilizar a todos os interessados a possibilidade de realização do registro civil de nascimento logo após o parto. Os números do primeiro semestre de 2012 mostram que 62,85% dos registros realizados no município ocorreram dentro dos hospitais participantes da ideia, contra 37,15% feitos no cartório de registro civil.

## Atuações de Destaque

### FASE

Em julho de 2012, como resultado do ajuizamento de dois Procedimentos de Apuração de Irregularidades propostos pela 8ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, foram firmados e homologados acordos judiciais entre o MPRS, a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e o Estado do Rio Grande do Sul, para reformas em duas unidades de internação de adolescentes infratores.

O Ministério Público demonstrou os graves problemas de insalubridade, infraestrutura e higiene do Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIP-CS) e do Case POA I e postulou a resolução das irregularidades, sob pena de interdição das unidades. O acordo homologado estabeleceu prazo para o Case POA I reformar os banheiros, fazer a higienização do ambiente destinado à habitação e consertar o gerador de energia.

Também o Centro de Internação Provisória, que é a porta de entrada do sistema, teve prazo estabelecido para reforma mais ampla, com melhoria dos banheiros, higienização dos dormitórios e reativação do refeitório. As ações ainda continham o pedido de adequação das unidades ao que dispõe a Lei nº 12.594/12 (Lei SINASE).

## Parcerias Estabelecidas

### X Jornada Estadual Contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

O MPRS, juntamente com a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, a Assembleia Legislativa e a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, além de diversos outros parceiros, assinou, em maio de 2012, Acordo de Cooperação para a realização da X Jornada Estadual contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O evento vem sendo realizado desde 2003, sendo que uma das propostas para este ano é dar ênfase ao fortalecimento da rede de atendimento, buscando a redução do número de crianças e adolescentes vítimas de abuso no Rio Grande do Sul, através da sensibilização e mobilização da sociedade gaúcha acerca do tema.

A Jornada percorreu quatro cidades – Porto Alegre, Alvorada, Guaíba e São Leopoldo –, levando informações e colhendo denúncias sobre crimes envolvendo crianças e adolescentes.

# Direitos Humanos

Em 2012, o MPRS atuou intensamente para garantir a defesa dos direitos humanos. O projeto "Idosos em ILPIs: Garantia de Direitos em Foco!", por exemplo, encerrado no final do primeiro trimestre do ano, resultou na fiscalização de 299 Instituições de Longa Permanência de Idosos no Estado.

Outras iniciativas destacadas foram o encontro realizado com os Promotores de Justiça para escolha das prioridades de atuação do MPRS na área de proteção da pessoa idosa; e o lançamento da campanha "Conte até 10. Paz. Essa é a atitude", desenvolvida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça. A iniciativa tem o objetivo de diminuir os índices de assassinatos por motivos fúteis.

Em novembro, a cidade de Canela, na Serra Gaúcha, foi palco da IV Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (GNDH-CNPG). O evento contou com a participação do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos; do Presidente do GNDH e Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Eduardo de Lima Veiga; dos Coordenadores das Comissões do GNDH; e de Procuradores e Promotores de Justiça integrantes do órgão de todo o País.

# Projetos Estratégicos

## “Idosos em ILPIs: Garantia de direitos em foco!”

O projeto “Idosos em ILPIs: Garantia de direitos em foco!”, iniciado no final de 2009 e encerrado em março de 2012, mapeou 538 Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPIs) no Rio Grande do Sul, das quais 299 foram fiscalizadas, representando um percentual de 55,04% do total.

Além disso, foi implantado, a partir do projeto, um processo de fiscalização permanente destas instituições, para que seja realizada uma fiscalização por ano nas ILPIs de cada Comarca do Estado. Os resultados serão apresentados trimestralmente de modo a fornecer subsídios para a tomada de medidas e ações, se necessário.

Reprodução do logo do Projeto.

# Iniciativas Realizadas

## Encontro para definir prioridades de atuação na área de proteção da pessoa idosa

Com vistas a definir novos projetos estratégicos para o objetivo “Fortalecer a rede de proteção da pessoa idosa”, foi realizado, em outubro de 2012, um encontro com Promotores de Justiça para escolha das prioridades de atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul na área do idoso.

O trabalho teve por base as prioridades levantadas em Audiência Pública realizada em novembro de 2011 com diversos segmentos de atuação na área do idoso e contou com a presença de 94 participantes entre representantes de Associações, Centros Sociais, Conselhos de Classe, Conselhos de Direitos dos Idosos, Delegacia do Idoso, Federações, Instituições de Longa Permanência de Idosos, Institutos, Promotorias de Justiça, Secretarias, Sindicatos, Universidades, Vigilância Sanitária. Também compareceram autoridades representantes do Governo do Estado, Tribunal de Justiça, Comissão de Direitos Humanos da Ajuris e Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos de Porto Alegre.

Como resultado, definiram-se quatro prioridades na área: Fiscalização de Empréstimos Bancários e Financeiros, Rede de Proteção e a Garantia ao Direito à Saúde, Integração do MPRS com a Rede de Proteção (fluxos) e melhorar a escuta da sociedade e Tensionar os Gestores Públicos na Efetivação de Políticas de Proteção (preventivo à institucionalização), sendo que o primeiro projeto a ser desenvolvido será realizado em parceria com o Centro de Apoio de Defesa do Consumidor e terá como foco a questão do superendividamento dos idosos.

## Seminário "O Ministério Público, o sentido da Justiça e os Direitos Humanos: Autogestionária no Fórum Social Temático 2012"

O evento promovido pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos contou com a presença de representantes dos Ministérios Públicos de todo o Brasil (Estaduais, Federal, do Trabalho, Distrital, Militar e de Contas) e teve como objetivo, além de promover a troca de experiências entre os membros, avaliar a atuação dos MPs e refletir sobre o conteúdo da "Carta de Porto Alegre FSM 2005". A carta propõe doze mudanças para atingir um mundo mais igualitário, sob o slogan propagado durante o fórum de "um outro mundo é possível". Os autores argumentam que se as propostas fossem implementadas em nível global, elas possibilitariam aos cidadãos construir o próprio futuro. As doze propostas estão divididas em Econômicas, Paz e Justiça e Democracia. A intenção da atividade foi também elaborar um documento com propostas a serem entregues aos Ministérios Públicos, Coordenação do Fórum Social Temático, Fórum Social Mundial e sociedade em geral.

## Grupo Nacional dos Direitos Humanos do CNPG

O Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Eduardo de Lima Veiga, foi eleito, em janeiro de 2012, presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (GNDH-CNPG) com a missão de articular compromissos e ações nesta área de atuação.

Em novembro de 2012, ocorreu em Canela, na Serra Gaúcha, a IV Reunião Ordinária GNDH, com a realização de diversas palestras e conferências voltadas para a importância dos direitos humanos. O evento contou com a participação do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos; do Presidente do GNDH e Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Eduardo de Lima Veiga; dos Coordenadores das Comissões do GNDH; e de Procuradores e Promotores de Justiça integrantes do órgão em todo País.

Após as reuniões das seis Comissões Permanentes do Grupo (Educação, Defesa das Pessoas com Deficiência e do Idoso, Direitos Humanos, Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Infância e Juventude e de Defesa da Saúde), as deliberações foram submetidas à Plenária e aprovadas para posterior encaminhamento aos Procuradores-Gerais de Justiça como sugestão. Na ocasião também foram apresentados os resultados do Planejamento Estratégico do GNDH que estabelece metas para todas as Comissões do Grupo.

## Campanha "Conte até 10"

Reprodução do cartaz campanha "Conte até 10"

O MPRS lançou em dezembro de 2012, em âmbito regional, a campanha "Conte até 10. Paz. Essa é a atitude", desenvolvida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça. O objetivo da campanha é conscientizar

a população a não agir por impulso em situações de conflito ou discussões cotidianas, com a intenção de diminuir os índices de assassinatos por motivos fúteis. Na solenidade, ocorrida na Escola Estadual de Ensino Médio Mariz e Barros, localizada na Vila Safira, Bairro Mário Quintana, em Porto Alegre, foram exibidos os filmes que estão sendo transmitidos gratuitamente nos veículos de comunicação de todo o país, com o slogan "A raiva passa, a vida fica".

## Comunidades Terapêuticas

Em junho de 2012 ocorreu o IV Curso de Aperfeiçoamento em Direitos Humanos – Comunidades Terapêuticas, oportunidade em que foi exposto o panorama sobre a situação das Comunidades Terapêuticas no Rio Grande do Sul. O Estado conta com 205 estabelecimentos deste tipo, sendo que 41 deles possuem convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Já em agosto, ocorreu o encontro "Comunidades Terapêuticas – Orientação Institucional", evento que teve por objetivo consolidar o posicionamento institucional do MPRS sobre o tema junto aos Promotores e Procuradores de Justiça.

## Violação dos direitos humanos no Rio Grande do Sul

Em reunião realizada em abril de 2012, o MPRS traçou um plano de trabalho para fazer um levantamento sobre as principais violações aos direitos humanos no Estado. Para tanto, foi enviado um questionário com os principais pontos a serem levantados a organizações não governamentais, grupos e associações de defesa dos direitos de mulheres, crianças, adolescentes, indígenas, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais, moradores de rua e afrodescendentes. Também participaram da pesquisa entidades que discutem a temática dos direitos à moradia, saúde, educação, acesso à terra, assistência social, cultura, etc.

Os dados, além de embasarem a atuação do MPRS, serão compilados e enviados para a Plataforma Dhesca Brasil, entidade que existe desde 1990 e faz parte da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. O levantamento fará parte do III Relatório de Direitos Humanos no Brasil. A intenção é que sejam realizadas audiências públicas acerca dos temas mais frequentes, para que sejam ouvidas todas as instituições responsáveis.

# Atuações de Destaque

## Melhorias nas Unidades de Saúde do Município de Palmeira das Missões

Foi firmado, em janeiro de 2012, um acordo entre o Ministério Público e o Município de Palmeira das Missões que prevê melhorias nas unidades de saúde da cidade. A Prefeitura Municipal vai fiscalizar o cumprimento da carga horária dos profissionais médicos que atuam nas unidades de saúde. No prazo de 180 dias, deverá ser criada a Ouvidoria dos Serviços de Saúde e ser inserida na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária a previsão de verbas suficientes para cumprimento das obrigações pactuadas.

Devolver a sensação de segurança e punibilidade ao povo gaúcho foi uma das metas do MPRS em 2012. Portanto, o MPRS atuou em campanhas junto à sociedade para coibir a violência doméstica, reativou o Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria, trabalhou fortemente no combate ao tráfico de drogas e realizou uma parceria com a Polícia Rodoviária Federal para a confecção de Termos Circunstanciados de Ocorrências pela PRF em atendimento às infrações de menor potencial ofensivo.

Outra linha de atuação partiu da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária, que denunciou 195 pessoas por prejuízos ao erário estadual por desvios superiores a R$ 311 milhões. O projeto "Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro - LAB" atua, hoje, em 35 casos, e o "Laboratório de Tecnologia destinado ao Combate aos Cartéis" está em fase de implantação.

A Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos realizou mais de 12 mil apreensões de caça-níqueis, com o fechamento de 1.512 pontos de exploração de jogos de azar e fabricação de mais de 800 computadores a partir de máquinas apreendidas, dentro do Projeto Alquimia.

Em relação ao sistema prisional, foi requerida a interdição de seis casas prisionais e melhorias em outras cinco.

# Criminal

# Projetos Estratégicos

## Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro - LAB

O projeto "Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro - LAB", desenvolvido a partir do convênio celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério da Justiça, foi prorrogado por dois anos, tendo sob sua responsabilidade, atualmente, 35 casos. A ideia é incluir o MPRS em uma rede nacional no combate a crimes econômicos, realizando uma gestão estratégica de informações por meio do exercício metodológico de inteligência financeira.

Em continuidade ao trabalho, está em curso a instalação e liberação de uso do programa "CONFITEOR" e da nova versão do "Sistema de Movimentação Bancária (SIMBA)", ambos para análise de dados bancários.

## LAB Anticartéis

O projeto tem o objetivo de implantar, em convênio com o Ministério da Justiça, o "Laboratório de Tecnologia destinado ao Combate aos Cartéis". Dessa forma, busca reunir os equipamentos e softwares necessários ao atendimento das demandas relacionadas à repressão dos delitos atinentes à formação de cartéis. O projeto segue o modelo desenvolvido pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) e inclui a capacitação de servidores do MPRS, a transferência de tecnologia e metodologia e a verificação de seu uso e adaptação ao plano de trabalho aprovado, sendo respeitados os objetivos, as normas e as diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e da SDE.

# Iniciativas Realizadas

## COMBATE À CRIMINALIDADE

### Combate aos Jogos Ilícitos

Em 2012, o MPRS, através da Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos, seguiu atuando de forma sistemática e contínua em parceria com a Polícia Civil, a Brigada Militar e a Polícia Rodoviária Federal. A participação direta da Instituição no cumprimento de mandados de busca e apreensão em locais que exploravam jogos ilícitos resultou em um grande número de apreensões de máquinas "caça-níqueis" e de equipamentos utilizados na exploração do jogo do bingo. Até 31 de dezembro de 2012, foram realizadas 12.295 apreensões. As ações proporcionaram ainda o fechamento de 1.512 pontos de exploração de jogos de azar. O trabalho foi desenvolvido em diversos municípios do Estado, entre os quais se destacam Capão da Canoa, Tramandaí, Alvorada, Santo Ângelo, Gravataí, Esteio, Eldorado do Sul, Guaíba, Cerro Largo, Rio Pardo, Cachoeirinha, Sapiranga, Torres, Cidreira, Imbé, Xangri-lá, Arroio do Sal e Novo Hamburgo. Apenas em Porto Alegre, foram instaurados 929 processos criminais.

Por fim, sublinhamos que quantidade significativa de bens e valores foi apreendida, representando uma resposta imediata ao clamor da sociedade.*(ver quadro página ao lado)*

No ano de 2012, o "Projeto Alquimia – Transformando caça-níqueis em inclusão social" beneficiou 28 instituições com 280 computadores. Além desses, outros 530 equipamentos montados pelo Centro Social Marista (CESMAR) a partir de "caça-níqueis" apreendidos pela Força-Tarefa aguardam entidades interessadas para fins de doação e instalação de telecentros.

Com recursos oriundos de transações penais, o projeto proporcionou também o custeio de aulas de robótica para jovens do CESMAR e aulas de marcenaria no Centro Social Padre Leonardi.

No tocante à ideia de regionalização do projeto, foram inauguradas, durante o ano, três novas unidades: Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de São Luiz Gonzaga, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI - Campus Santo Ângelo) e Instituto Saúde e Educação (ISEV - Esteio). Houve, ainda, a renovação do Termo de Cooperação com a Unidade de Pelotas (Instituto de Menores Dom Antônio Zattera).

Cabe lembrar que o projeto visa assegurar uma destinação ambiental adequada às máquinas "caça-níqueis" apreendidas nas operações da Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos. Busca-se proporcionar a participação do público-alvo atendido pelo projeto (jovens em situação de risco social, dependentes de narcóticos e álcool em fase de desintoxicação e pessoas que estejam em cumprimento de pena de reclusão) no processo de aproveitamento de resíduos sólidos de equipamentos eletroeletrônicos e demais materiais de máquinas "caça-níqueis" e afins para a montagem de móveis, utensílios, computadores, bem como produtos artesanais, visando à capacitação dos beneficiados para que possam exercer no futuro uma profissão.

## Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária

De janeiro a dezembro de 2012, o MPRS, por intermédio da Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária, denunciou 195 pessoas por prejuízos ao erário estadual, em ações que identificaram desvios na ordem de R$ 311.437.745,90. Os trabalhos implementados ao longo do ano resultaram na indisponibilidade de 20 bens imóveis, 10 veículos e diversas quotas sociais, além de valores depositados em contas bancárias bloqueadas por meio do BACENJUD (sistema que permite ao Judiciário, por meio da internet, efetuar o bloqueio e outras movimentações em contas-correntes, poupança e demais ativos financeiros bloqueáveis).

Entre as operações mais relevantes, destaca-se a realizada em conjunto com a Receita Estadual, em que foi decretada a prisão preventiva de um empresário do ramo de laticínios pela sonegação fiscal de quase R$ 20 milhões. Nesta atuação, com o objetivo do ressarcimento dos danos, foi obtido o sequestro de um imóvel, além da marca comercial da empresa junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Também recebeu grande atenção midiática a ação

**Quadro Quantitativo de equipamentos/bens apreendidos:**

| Ano | Máquinas "caça-níqueis" | Bingos Fechados | Jogo do bicho (Pontos e Bancas) | Fábricas/ Depósitos | Valores Apreendidos(R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2004 - 2007 | 12.681 | X | X | X | 2.468.994,00 |
| 2008 | 4.182 | X | X | X | 387.836,35 |
| 2009 | 2.004 | X | X | X | 90.000,00 |
| 2010 | 7.072 | X | X | X | 500.000,00 |
| 2011 | 12.396 | 109 | 44 | 19 | 588.340,40 |
| 2012* | 12.295 | 74 | 75 | 5 | 721.818,27 |
| **TOTAL** | **50.630** | **158** | **105** | **23** | **4.756.989,02** |

*Dados contabilizados até 31 de dezembro de 2012.

conjunta do MPRS com a Receita Estadual em Flores da Cunha, em que se buscou apurar eventual sonegação de ICMS praticada por um grupo de empresas do ramo de bebidas que ultrapassaria os R$ 100 milhões. Toda a vultosa documentação obtida está sendo analisada conjuntamente e subsidiará, posteriormente, os respectivos processos criminais.

Outra atuação de impacto ocorreu em Porto Alegre e Pelotas, quando a Promotoria Especializada no Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária, a Receita Estadual e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) cumpriram dez mandados de busca e apreensão na "Operação Efeito Dominó". Nesse caso, em uma empresa do comércio de Pelotas foi identificada sonegação de mais de R$ 22 milhões de ICMS. A empresa, que atuava de forma fraudulenta na venda e gerenciamento de sistemas de informática, passou a desenvolver softwares e programas de computador, repassando-os a dezenas de empresas varejistas de todo o Estado a fim de que elas comercializassem seus produtos, ocultando as reais transações comerciais ao Fisco Gaúcho.

Cabe salientar, ainda, que, em 20 de dezembro de 2012, na operação conjunta chamada "Crédito Fantasma", a referida Promotoria, a Receita Estadual e o GAECO cumpriram no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina nove mandados de busca e apreensão em empresas e residências de 13 suspeitos. O montante já apurado de sonegação chega a R$ 39 milhões, mas estima-se que o valor total da fraude aproxime-se de R$ 75 milhões. O esquema tinha origem em uma consultoria tributária que orientava várias empresas na constituição de créditos de ICMS inexistentes, inclusive falsificando documentos para comprovação dos supostos valores.

Por fim, destaca-se que tramitam na Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária 450 procedimentos investigatórios criminais. Durante 2012, com prioridade à busca de ressarcimentos dos danos, a ação investigatória do MPRS fez com que diversas empresas promovessem o pagamento integral ou o parcelamento dos débitos fiscais, com destaque para uma empresa do ramo metalúrgico, situada em Farroupilha, que quitou um débito de R$ 26 milhões.

## Combate à violência doméstica

No mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, o MPRS, por meio do Núcleo de Apoio ao Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e da Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica Extrajudicial de Porto Alegre, participou da mobilização nacional de lançamento da campanha de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, iniciativa do Grupo Nacional dos Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG). A atividade ocorreu no Palácio do MPRS, onde foram apresentados a cartilha e o comercial de TV sobre o tema. A Comissão Permanente de Violência Doméstica (COPEVID), que pertence ao GNDH no Rio Grande do Sul, também participou da organização do evento.

Sobre o tema, ainda em março, foi firmado um convênio com a Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas para impressão de 1.500 exemplares da cartilha denominada "O Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher".

Destaca-se, neste ponto, a atuação da Promotoria de Justiça de São Gabriel, que realizou evento de lançamento da cartilha no município, efetuou a primeira etapa de capacitação de policiais civis, militares e agentes penitenciários sobre a Lei Maria da Penha, além de estar desenvolvendo um projeto de proteção e assistência às mulheres em situação de violência doméstica e familiar que busca fomentar a implantação de um sistema integrado para formação de uma rede de assistência.

Já a Promotoria de Torres realizou uma audiência pública para tratar dos expedientes em andamento e da celeridade das medidas protetivas. Buscou, também, incentivar as ações estatais para o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, o que resultou no ingresso de uma Ação Civil Pública pleiteando a implantação de políticas para atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica no município.

Em Ijuí, a Promotoria de Justiça reforçou o trabalho para a formalização de uma Rede de Proteção para dar eficiência e agilidade no encaminhamento, atendimento e tratamento de vítimas e autores de violência doméstica. Além disso, desenvolveu o projeto piloto "Sala de espera: informar para prevenir", para

prestar assistência psicológica e jurídica às mulheres.

Outra ação relevante foi a parceria firmada com a Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN) para estimular as denúncias e trabalhar a conscientização da sociedade gaúcha quanto ao tema. A CORSAN divulgou aos seus usuários, nas faturas mensais, no período de 7 de março a 4 de abril, informações sobre a violência doméstica e os meios para realizar denúncias pelo "Disque 180". Foram impressas mais de um milhão de contas de água e cerca de 7,5 milhões de pessoas receberam a informação "Violência Doméstica: Vergonha é não fazer nada! Denuncie! Ligue 180 - Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul - COPEVID/GNDH/CNPG". A ação foi pensada com base nas experiências exitosas relacionadas à violência doméstica e noticiadas na Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Companhia Riograndense de Saneamento
CNPJ 92.802.784/0001-90
U.S. 45-CANOAS
FREI ORLANDO, 115

NOTIFICAÇÃO — ACORSAN notifica que após 30 dias do vencimento, o não pagamento dessa fatura ocasionará a suspensão do abastecimento, conforme Leis Federais nº 11.445, Art. 40, inciso V e nº 8.987/95, Art. 6º, § 3º, II.

VIOLENCIA DOMESTICA: VERGONHA E NAO FAZER NADA! DENUNCIE! LIGUE 180
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - COPEVID/GNDH/CNPG

| Parâmetros | Padrão de Qualidade | Média |
|---|---|---|
| Turbidez | 0,0 a 5,0 UT | 0,9 UT |
| Cor | 0 a 15 UH | 2 UH |
| pH | 6,0 a 9,5 | 6,3 |
| Cloro Livre Residual | 0,20 a 5,00 mg/L | 1,09 mg/L |
| Fluoretos | 0,6 a 0,9 mg/L | 0,7 mg/L |
| Coliformes Totais | Ausente em 100mL | Ausente |
| Coliformes Termotolerantes | Ausente em 100mL | Ausente |

Reprodução parcial de Conta de água da CORSAN, resultado da parceria.

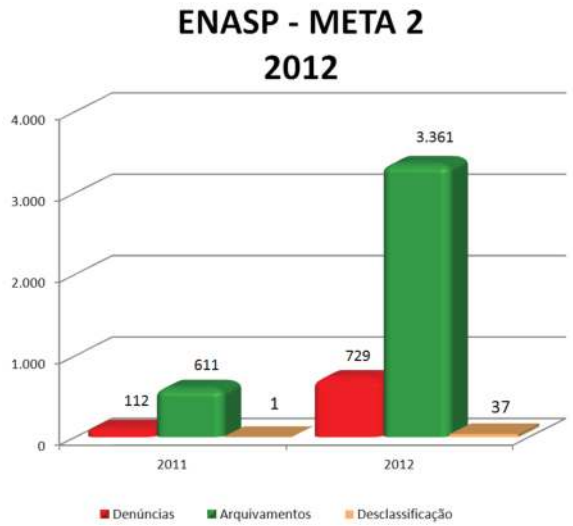
Por fim, destaca-se que, no Encontro Estadual do Ministério Público, evento de capacitação realizado em novembro de 2012, em Canela, a Coordenadora Nacional da Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID), Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, palestrou aos membros do MPRS sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha.

Arte da cartilha "O Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher"

## Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) – Meta 2

A parceria firmada entre Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Ministério da Justiça, que deu origem à "Meta 2", desenvolveu um "Inqueritômetro" para acompanhar o progresso do trabalho na área. Segundo dados desta ferramenta, no ano de 2012, o MPRS apresentou 729 denúncias, promoveu 3.361 arquivamentos, requereu 37 desclassificações e fez o pedido de 5.823 diligências. Cotejando-se os números nacionais, o MPRS ocupa atualmente a 3ª colocação em números absolutos (4.127 expedientes finalizados) e a 11ª posição no ranking da evolução proporcional (78,5%).

Cabe lembrar que a Meta 2 consiste em concluir todos os inquéritos e procedimentos investigatórios instaurados até 31 de dezembro de 2008 que envolvam crimes de homicídio tentado ou consumado.




| ENASP - INQUÉRITOS POLICIAIS FINALIZADOS (2012) | | |
|---|---|---|
| Ranking Nacional | 3ª Posição | 4.127 |
| Ranking Nacional (%) | 11ª Posição | 78,5% |

## Execução Criminal

Na atuação do MPRS em relação ao sistema prisional, o primeiro semestre de 2012 foi marcado pelo trabalho realizado junto ao Poder Judiciário para as interdições do Instituto Penal de Mariante, do Instituto Penal Escola Profissionalizante de Charqueadas, do Anexo Casa Albergue Feminina de Porto Alegre, da Penitenciária Estadual de Charqueadas e da Penitenciária Modulada Estadual de Montenegro e de Venâncio Aires. Além disso, o MPRS pediu judicialmente melhorias na Penitenciária Estadual do Rio Grande, no Presídio de Cachoeira do Sul, no Presídio Estadual de Arroio do Meio e no Presídio Regional e da Casa do Albergado.

Já no segundo semestre, destaca-se a execução provisória da sentença procedente na Ação Civil Pública proposta para a geração e implementação do número de vagas necessárias no sistema prisional sob a jurisdição da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre. Além disso, o Judiciário determinou a expedição de recomendações à Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) para que fossem, com urgência, efetivadas medidas de adequação necessárias no Presídio Central de Porto Alegre visando sanar as irregularidades existentes na cozinha e assegurar a adequada higiene e conservação dos alimentos servidos no local.

Em outra frente, o MPRS atuou no Fórum Permanente sobre o Sistema Prisional, que iniciou suas atividades em junho deste ano, propondo-se a encarar o sistema carcerário sob um prisma multidisciplinar. O principal objetivo do fórum é determinar posições institucionais sobre a atuação do Ministério Público nas mais diversas áreas que envolvam a situação das prisões gaúchas, em especial no que diz respeito à quantidade de vagas disponíveis, às questões estruturais e aos serviços de saúde.

Como continuidade ao trabalho, foi realizada, em julho, uma Audiência Pública sobre a Saúde Prisional. Na oportunidade, houve a formalização do Fórum Permanente sobre Saúde Prisional, com a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica pelo Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde, Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano, Município de Porto Alegre e Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Um dos primeiros objetivos deste fórum é a realização de reformas nas unidades de saúde do Presídio Central de Porto Alegre e da Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

Em novembro, foi firmado ajuste entre o MPRS, a SUSEPE e o Estado de Direito Comunicação Social, para viabilizar e regular o Projeto "Direito no Cárcere", que tem o objetivo de estabelecer, pela gestão compartilhada com o Estado, plataformas de expressão aos apenados do Presídio Central de Porto Alegre. O projeto utiliza a música, a poesia e o cinema como instrumentos de educação inclusiva e fomentadores da expressão da cidadania.

## Associação de Proteção e Amparo ao Condenado - APAC

Em maio deste ano, o MPRS, através do Centro de Apoio Operacional Criminal, organizou um seminário para apresentar à sociedade gaúcha o "Método APAC de Execução Criminal". A ideia da Associação de Proteção e Amparo ao Condenado (APAC), desenvolvida em Minas Gerais, mostra ser possível ter um sistema carcerário que incentive a valorização humana. Baseado em 12 elementos vinculados à evangelização, o projeto visa à redução do índice de reincidência ao oferecer uma real recuperação dos detentos. Busca, também, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, a promoção da Justiça e o socorro às vítimas.

Em novembro, foi realizada uma Audiência Pública organizada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, em que se decidiu pela formação de um Grupo de Trabalho para acelerar a instalação de uma unidade-piloto do Método APAC de Execução Criminal no RS. O projeto conta com a parceria da Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, SUSEPE, Assembleia Legislativa, Governo do Estado e sociedade civil.

A principal característica deste método é que os próprios recuperandos são corresponsáveis pela sua recuperação e têm assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestada pela comunidade. O condenado cumpre a sua pena em presídio de pequeno porte, com capacidade média de 100 a 180 presos e, preferencialmente, permanece na sua terra natal ou onde reside sua família.

A segurança e disciplina do presídio são feitas com a colaboração dos recuperandos, tendo como suporte os funcionários, voluntários e diretores da entidade, sem a presença de policiais e agentes penitenciários. Além de frequentarem cursos supletivos e profissionais, eles possuem atividades variadas, evitando a ociosidade.

# Atuações de Detaque

## Operação desarticula quadrilha que agia na adulteração de veículos

Seis pessoas presas e 11 automóveis apreendidos: este foi o saldo da "Operação Rousseau II/Recall", desencadeada nos Vales do Rio Pardo e Taquari pelo MPRS, Polícia Civil e Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS) em fevereiro de 2012. O objetivo era desbaratar uma quadrilha que atuava na adulteração de documentos de veículos com perda total, adquiridos em leilões de seguradoras em São Paulo, e revendidos no Rio Grande do Sul por preços elevados.

## MPRS denuncia 38 pessoas por fraudes em licitações

O MPRS, no mês de julho, ofereceu denúncia contra 38 pessoas por formação de quadrilha, peculato e dispensa ilegal de licitação. As iniciais são referentes à Operação Cartola, desencadeada em parceria com a Polícia Civil, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público de Contas para apurar fraudes em licitações. A atuação dos envolvidos abrangeu os municípios de Alvorada, Canela, Parobé, Osório, Cachoeirinha, São Sebastião do Caí, Viamão e Tramandaí.

**Outros destaques:**
- Denunciado condutor que atropelou e matou na ponte de Tramandaí
- Policiais paranaenses são denunciados pela morte de PM em Gravataí
- Denunciado motorista por morte de grávida em trabalho de parto
- Denunciado bioquímico que matou esposa e filho na Capital

# Parcerias Realizadas

## Reativação do Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria

Em 2012, na esteira da estratégia institucional de atuar em redes de cooperação, o MPRS assinou, no dia 03 de dezembro, o Termo de Cooperação que formaliza o Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria. O Comitê, que é liderado pelo MPRS e existe desde 2004, é formado por 16 Instituições e objetiva o combate à pirataria em suas mais variadas formas: violação ao direito autoral; violação aos direitos do autor de programas de computador; falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios ou de produtos destinados a fins terapêutico ou medicinal; crimes contra a propriedade industrial (patentes, desenhos, marcas e concorrência desleal); e demais infrações penais conexas, em especial crimes contra a ordem tributária e contra as relações de consumo.

A partir da parceria renovada, decidiu-se desencadear, no veraneio de 2013, operações de combate à pirataria nos principais municípios do Litoral Norte, bem como confeccionar logotipo que identificará o Comitê e cartilhas destinadas aos gestores públicos e lojistas.

## Combate ao Tráfico de Drogas

Em 2012, ocorreu o primeiro leilão fruto do Termo de Cooperação celebrado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, celebrado em junho de 2011. O evento arrecadou R$ 843.150,00, o que representou 128,96% acima da previsão inicial. Os objetivos principais do convênio são capitalizar o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) e, também, promover a execução, por meio de acordos específicos, de projetos na área de redução da demanda e da oferta de drogas.

## Parceria com a Polícia Rodoviária Federal

Termo de Cooperação firmado em agosto de 2012 com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) possibilitará a confecção de Termos Circunstanciados de Ocorrências pela PRF em atendimento às infrações de menor potencial ofensivo, como lesões corporais leves, ameaças, desacato, abuso de autoridade, perturbação do sossego alheio, direção não habilitada de veículo, entre outros. Também será possível este tipo de atuação da Polícia nos casos de atos infracionais de menor potencial ofensivo praticados por adolescentes, bem como nos crimes de trânsito menos graves.

Pelo convênio, a PRF será a responsável pela entrega das intimações para comparecimento em juízo, adotará as medidas necessárias para a confecção dos formulários e fará a capacitação dos servidores envolvidos no atendimento. Com isso, o Rio Grande do Sul será o quarto estado brasileiro a adotar esta sistemática, o que agilizará o atendimento de ocorrências desse tipo na malha rodoviária gaúcha.

# Cível e Patrimônio Público

Na área Cível e de Defesa do Patrimônio Público, o MPRS atuou em diversas frentes, como no programa "O que Você tem a Ver com a Corrupção?" e na fiscalização, junto com o Ministério Público de Contas (MPC) e Tribunal de Contas do Estado (TCE), dos processos licitatórios das obras para a Copa do Mundo de 2014. A Instituição, ainda, além de analisar o relatório da Comissão Processante que apurou irregularidades no Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), expediu Recomendação para que não sejam renovados os contratos de concessão de rodovias e para realização de nova licitação. Como consequência, também atuou junto ao "Grupo Interinstitucional AGERGS", para examinar os critérios de apuração de eventuais desequilíbrios econômico-financeiros a partir do final do Programa Estadual de Concessão Rodoviária.

O MPRS participou, também, do "Pacto Republicano pela Promoção dos Direitos Humanos Fundamentais e Enfrentamento à Corrupção" e da Força-Tarefa criada para investigar irregularidades do sistema de táxis da Capital. No âmbito das Promotorias Regionais de Defesa do Patrimônio Público, destacam-se a investigação sobre o Natal Luz de Gramado, a regulação do transporte público em Rio Grande e a investigação sobre a tarifa portuária arrecadada pela Superintendência do Porto de Rio Grande, entre outros. Por fim, frisa-se, ainda, a cobrança de mais de R$ 1,9 milhão de certidões de débitos emitidas pelo TCE, através de uma parceria formada junto a esta Instituição.

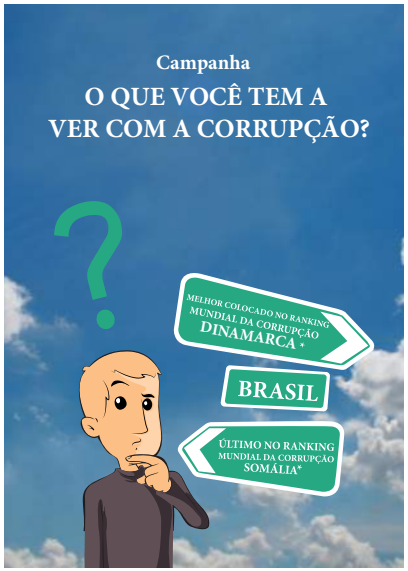
# Projetos Estratégicos

## Campanha "O que você tem a ver com a corrupção?"

No ano de 2012, deu-se continuidade ao programa "O que Você tem a Ver com a Corrupção?", que integra a campanha idealizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG) lançada em todo o país em março de 2008. O foco principal é a conscientização da sociedade, em especial crianças e adolescentes, a partir do incentivo à honestidade e à transparência das atitudes rotineiras que contribuem para a formação do caráter.

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, além de participar das reuniões da coordenação nacional da campanha, confeccionou novos materiais de divulgação, no formato de portfólio e folder, com o Zé Moral, personagem símbolo da campanha. A Instituição ainda esteve presente em diversos eventos e palestras, destacando-se a apresentação do projeto "Ressignificando Valores na Educação" no Congresso Estadual da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), bem como as participações no Congresso Nacional da Associação Brasileira de Imprensas Oficiais (ABIO) e no II Congresso Nacional da Campanha, em Rio Branco/AC.

Além disso, a campanha foi inserida como meta prioritária na Câmara Temática de Prevenção e Combate à Corrupção do Pacto Republicano do Rio Grande do Sul.




Arte do Material de divulgação da campanha – Zé Moral (Símbolo da campanha)

# Iniciativas Realizadas

## Rede de Controle da Gestão Pública

A Rede de Controle da Gestão Pública agrega 13 órgãos de controle externo e interno da Administração Pública das três esferas da Federação e sua presidência é exercida pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público. Foram realizadas, em 2012, diversas reuniões para discutir problemas relacionados ao controle do patrimônio público, com destaque para a atuação no acompanhamento das obras da Copa do Mundo de 2014, assumindo, assim, uma função preventiva.

## Revitalização do Grupo Copa do Mundo FIFA 2014

Em 2012, o grupo designado para acompanhar os processos licitatórios alusivos a obras voltadas para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre realizou reuniões com o Município e o Tribunal de Contas, bem como analisou documentos requeridos ao Poder Executivo Municipal e à Caixa Econômica Federal, órgão financiador das obras. O MPRS participou, também, das reuniões dos Comitês de Transparência e Mobilidade Urbana que trataram de temas relativos à organização da cidade para o evento. Atendendo às recomendações do Grupo e da Rede de Controle da Gestão Pública, houve importante modificação no layout e conteúdos disponibilizados através do site "Transparência na Copa" do Município de Porto Alegre.

## Força-Tarefa do DAER

No primeiro semestre de 2012, o MPRS recebeu o relatório contendo as conclusões da Comissão Processante do DAER que apurou irregularidades no Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. O trabalho da Comissão foi dividido em cinco grupos temáticos: "Controladores de Velocidade",

"Pedágios Comunitários", "Contratos Antigos", "Programa Estadual de Concessões Rodoviárias" e o "Estado na Estrada". O material coletado foi encaminhado à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e à Promotoria de Justiça de Portão, onde foram analisados e resultaram em diversas medidas judiciais, tais como Ações Civis Públicas, Denúncia-Crime, Ação de Improbidade Administrativa e Cominatória.

Houve ainda a expedição de uma Recomendação ao DAER para que não fossem renovados os contratos de concessão de rodovias e para que, ao final da vigência dos atuais compromissos, fosse realizada nova licitação. Além disso, sugeriu-se que o Estado do RS se abstivesse de confessar dívida relativa a reequilíbrio econômico-financeiro sem a necessária auditoria e fizesse inventário patrimonial das rodovias e polos de pedágio.

## Grupo Interinstitucional AGERGS

Criado no 1º semestre de 2012 e formado pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS), Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), Ministério Público de Contas (MPC), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) e a Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado (SEINFRA), o "Grupo Interinstitucional AGERGS" visa ao exame dos critérios de apuração dos eventuais desequilíbrios econômico-financeiros decorrentes do encerramento do Programa Estadual de Concessão Rodoviária. A intenção é subsidiar o Estado nas futuras decisões relativas aos contratos integrantes do referido Programa. Realizaram-se reuniões com apresentação de trabalhos técnicos e plenárias de discussão e de deliberação, tudo confluindo para a produção do relatório a ser elaborado na finalização dos trabalhos.

## Pacto Republicano pela Promoção dos Direitos Humanos Fundamentais e Enfrentamento à Corrupção

O "Pacto Republicano pela Promoção dos Direitos Humanos Fundamentais e Enfrentamento à Corrupção", instituído em dezembro de 2011 para aproximar os Poderes e Instituições estaduais na persecução desses objetivos comuns, realizou diversos encontros e produziu um Regimento Interno com previsão e regras de funcionamento de seus órgãos. Foram criadas quatro Câmaras Temáticas: 1) promoção de direitos fundamentais; 2) acessibilidade à justiça; 3) enfrentamento à corrupção; e 4) transparência e controle social. Na definição dos integrantes e coordenadores de cada Câmara, duas delas ficaram sob a coordenação do MPRS.

No segundo semestre de 2012, consolidou-se a Câmara Temática de Prevenção e Combate à Corrupção, cujo propósito consiste em fomentar a atuação de forma sistêmica e articulada dos órgãos de controle a partir da identificação de fragilidades e construção de projetos e ações que consolidem políticas públicas de Estado voltadas à prevenção e repressão da corrupção. Por meio das reuniões realizadas pelo grupo, identificaram-se algumas pautas que deverão ser traduzidas em projetos como, por exemplo, o "DNA de editais de licitações e aditivos contratuais", voltado à identificação da autoria dos atos administrativos, o compartilhamento de banco de dados entre os poderes e órgãos que integram o Pacto e a construção de cadastros de precificação como parâmetros para licitações, entre outros.

## Promotorias Regionais de Defesa do Patrimônio Público

Além da manutenção das Regionais criadas nas Regiões Sul, Serra e Porto Alegre, o Projeto Piloto das Promotorias Regionais de Defesa do Patrimônio Público chegou em 2012 à Região Planalto. As Promotorias estão atuando em demandas selecionadas que, pela sua complexidade e demora nas investigações, requerem trabalho com maior foco e exclusividade.

Entre os casos de destaque das atuações das Promotorias Regionais, está a investigação sobre irregularidades nas contratações e gastos para a realização do Natal Luz de Gramado, a iniciativa vinculada à regulação do transporte público no Município de Rio Grande, a investigação sobre a arrecadação menor de tarifa portuária pela Superintendência do Porto de Rio Grande e o ajuizamento da Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa em face dos desvios de recursos do BANRISUL em contratos de publicidade e marketing.

## Regularização do Sistema de Táxis de Porto Alegre

O Ministério Público do Rio Grande do Sul, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, juntamente com o Ministério Público de Contas (MPC), Procuradoria-Geral do Município (PGM) e Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), compõe a força-tarefa criada para investigar e sanear as irregularidades do sistema de táxis da Capital, com a participação em diversas reuniões junto às representações da categoria dos taxistas. Participou, ainda, de três audiências públicas na Câmara de Vereadores de Porto Alegre referentes ao tema. Almeja-se, por meio de proposta de Termo de Ajustamento de Conduta, o restabelecimento da legalidade da prestação de serviço de táxi no município.

## Irregularidades na Contratação de Empresa Fornecedora de Equipamentos Controladores de Velocidade em Alvorada

O MPRS, por meio da Promotoria Especializada de Alvorada, ajuizou ação civil pública de improbidade administrativa contra empresa fornecedora de equipamentos controladores de velocidade (pardais). Por ter tido a licitação direcionada a seu favor, o contrato de prestação de serviços, cujo valor ultrapassa R$ 17 milhões, vinculava o pagamento à empresa aos recursos arrecadados com as multas aplicadas, o que seria, pelo entendimento do MPRS, ilegal.

# Parcerias Estabelecidas

## Certidões de Débito do TCE/RS

No ano de 2012, foi feito um aditivo ao Termo de Cooperação Técnica firmado com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) que ampliou o número de acessos e permitiu que todos os Promotores de Justiça e servidores com atuação nas áreas criminal e de defesa do patrimônio público acessassem o conteúdo dos processos do Sistema de Auditoria e Prestações de Contas da referida Instituição. O novo compromisso também possibilitou o contato direto com os dados e informações inseridas nos expedientes relativos ao Processo ACD (Acompanhamento de Cumprimento de Decisão). Dessa forma, a tramitação de inquéritos civis e peças de informação do MPRS tornam-se mais ágil e desburocratizada. Ademais, conforme previsto no Acordo de Cooperação, mantém-se a operacionalização da cobrança, pelo ente credor ou pelo MPRS, das certidões de débito emitidas pelo TCE cujos valores não tiverem sido ainda recolhidos. Até novembro de 2012, um total de R$ 1.904.513,10 em certidões foram cobradas judicialmente, resultado do ajuizamento de dez ações pelo MPRS e outras 32 pelos entes credores.

# Meio Ambiente

O MPRS tem atuado na área do Meio Ambiente com ações de fiscalização e executando projetos educacionais e preventivos.

Nesse sentido, foi desenvolvido o projeto RESsanear com a finalidade de orientar agentes públicos para a elaboração dos Planos Integrados de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos. Ao todo, ocorreram cinco Oficinas de Capacitação para gestores municipais, com o objetivo de detalhar os aspectos técnicos necessários para a elaboração dos Planos.

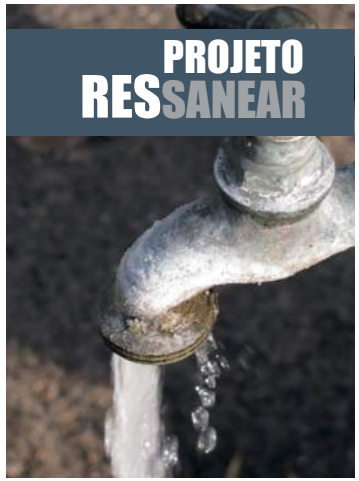
Além disso, o MPRS, em parceria com a Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS) e a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Rio Grande do Sul (FECOMÉRCIO-RS), realizou a campanha "Sacola bem utilizada ajuda o meio ambiente". O objetivo da iniciativa é estimular a redução e reutilização de sacolas plásticas, com a meta de diminuir em 20% o uso pela população gaúcha em um período de seis meses.

E, preocupado com a destinação e o futuro dos resíduos sólidos em Porto Alegre, o MPRS em conjunto com o Ministério Público do Trabalho da 4º Região - também promoveu uma Audiência Pública sobre o tema, que contou com a participação de aproximadamente 250 pessoas.

Por fim, a partir da "Fiscalização Ambiental Integrada – FAI", que monitora crimes ambientais cometidos no RS, a Instituição realizou, juntamente com outros órgãos, operações de vistoria em jazidas de areia na Região Metropolitana de Porto Alegre e no interior do Estado.

## Projeto RESsanear - Programa Integrado de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos

As Leis Federais nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico) criaram para as cidades de todo o país a obrigatoriedade de elaborarem planos de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos até dezembro de 2012. Neste contexto, buscando fomentar a elaboração dos referidos documentos pelos Municípios, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul desenvolveu o Projeto Integrado de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos (RESsanear) baseado em quatro eixos de atuação: a) Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; b) Fiscalização da Destinação e Tratamento do Esgoto Doméstico; c) Acompanhamento da Implantação do Plano de Saneamento Básico e Plano Integrado de Resíduos Sólidos; d) Projeto Piloto referente à execução dos dois Instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos: Logística Reversa e Redução de Embalagens. Na execução do projeto, foram realizadas cinco Oficinas de Capacitação dos gestores municipais com o objetivo de detalhar os aspectos técnicos necessários para a elaboração dos respectivos Planos - desde a criação do comitê executivo até a aprovação junto ao Poder Legislativo. As oficinas ocorreram nas Comarcas de Capão da Canoa, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo, sendo que 346 pessoas representantes de 158 municípios foram capacitadas, além de outros 125 cidadãos dos mais diversos segmentos da sociedade que também participaram dos eventos.



Arte do folder "Projeto Ressanear"

Cabe ressaltar que o Projeto RESsanear, ao longo do ano, foi apresentado pelo MPRS em eventos relacionados à defesa do consumidor e do meio ambiente e, no mês de julho, foi pré-selecionado para concorrer ao Prêmio Innovare.

Em outra frente, no segundo semestre de 2012 foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre o MPRS, a Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS) e a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Rio Grande do Sul (FECOMÉRCIO-RS), objetivando a execução da campanha "Sacola bem utilizada ajuda o meio ambiente". O acordo prevê que as entidades apoiadoras divulgarão a campanha dentro das suas instituições. Por meio de ações de estímulo à não geração, redução e reutilização do material, espera-se diminuir em 20% o uso de sacolas plásticas pela população gaúcha em um período de seis meses, valor este que representaria 300 milhões de sacolas plásticas. A medida vai ao encontro das determinações dispostas na Lei Estadual nº 13.272/2009, regulamentada no Decreto Estadual nº 49.315/2012, que proíbe a disponibilização de sacolas plásticas por supermercados e outras casas de comércio fora dos padrões estabelecidos pela Norma nº 14.937 da ABNT. A campanha já conta com a adesão formal de 37 redes de supermercados.

Arte da campanha "Sacola bem utilizada ajuda o meio ambiente"

# Iniciativas Realizadas

## Fiscalização Ambiental

Em 2012, a Força-Tarefa criada no âmbito do MPRS, vinculada à Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, denominada "Fiscalização Ambiental Integrada – FAI", que tem a responsabilidade de monitorar crimes ambientais cometidos em território gaúcho, deu continuidade ao seu trabalho realizando operações de vistoria em jazidas de areia na região metropolitana de Porto Alegre e no interior do Estado.

Com as fiscalizações, constatou-se a possível prática de extração irregular de areia por meio de dragagem excessiva de cavas, rebaixamento e exposição do lençol freático no município de Viamão e a degradação nas margens do Rio Jacuí na região do Parque do Delta do Jacuí - Área de Preservação Permanente. O grupo também busca verificar se as empresas responsáveis estão agindo da forma como está prevista nas licenças ambientais concedidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM).

Foto da atuação da FAI numa operação contra extração de areia

## Destinação do Lixo em Porto Alegre

O MPRS, através do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente – CAOMA, e o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região promoveram, em novembro de 2012, uma Audiência Pública para discutir "Qual é a melhor opção para a destinação do 'lixo' no Município de Porto Alegre". A Prefeitura alega que está buscando novas tecnologias para o tratamento do "lixo" porque não existiriam mais áreas disponíveis para aterros sanitários. Por este motivo, estaria em fase inicial a implantação de centrais de resíduos, além de haver surgido como opção a utilização da queima por incineração. No evento ainda foram debatidas questões técnico-científicas, econômicas, ambientais e sociais sobre as melhores tecnologias a serem empregadas no tratamento dos resíduos de forma a assegurar ausência de riscos à nossa saúde e ao meio ambiente, bem como para promover a inclusão social das pessoas que trabalham com reciclagem, em observância à Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Aproximadamente 250 pessoas estiveram presentes no encontro.

## Política Ambiental do MPRS

O MPRS está utilizando os resíduos sólidos gerados na sua sede de Porto Alegre para produzir o adubo orgânico empregado em uma horta localizada no estacionamento externo do prédio principal da Instituição. Trata-se do processo de compostagem – técnica para controlar a decomposição de materiais orgânicos – aplicado em erva mate, pó de café e cascas de frutas. A Unidade de Administração Predial do MPRS é a responsável pelo plantio de hortaliças.

Cabe lembrar que cada um dos andares dos prédios da Aureliano de Figueiredo Pinto, na Capital, possui lixeiras para os resíduos que são utilizados na compostagem. A ideia é que este

processo seja também realizado em outros prédios do MPRS, como já acontece nas Promotorias de Justiça de Soledade, Estrela e Tapes.

Foto da composteira na sede do MP/RS

Foto da compostagem nos fundos da sede do MP de Soledade



## Construção de Prédio para Batalhão Ambiental da BM

A partir de recursos provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta assinados junto a pessoas e empresas que degradaram o meio ambiente, o MPRS destinou R$ 200 mil para a construção do prédio do 3º Batalhão Ambiental da Brigada Militar (3º BABM) de Passo Fundo/RS. A construção do prédio é resultado da união de esforços entre o MPRS (R$ 200 mil), Prefeitura Municipal de Passo Fundo (R$ 240 mil) e Governo do Estado (R$ 700 mil). A solenidade de entrega do prédio ocorreu no dia 23 de agosto de 2012.

## Compensação Ambiental

Em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pela Promotoria de Justiça Regional da Bacia do Rio dos Sinos com a Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), nos autos de Inquérito Civil Regional, a empresa se comprometeu a realizar compensação ambiental por danos causados pelo extravasamento de efluentes nos arroios Sapucaia e Guajuviras. O acordo prevê, ainda, a doação pela REFAP de R$ 600 mil ao Projeto VerdeSinos, quantia que será utilizada na recomposição de mata ciliar e na formação de corredores ecológicos na bacia hidrográfica atingida.

## Recuperação de Área Degradada

Visando à recuperação de uma área degradada na Lomba do Pinheiro, o MPRS, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, assinou um acordo judicial com a "Pedraccon Mineração". A empresa, instalada em uma antiga pedreira, assumiu o passivo ambiental e implantará um Centro de Recebimento e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil. Assim, diante do compromisso assumido pelas partes, a Capital será beneficiada de duas formas: com a recuperação de uma área degradada e com a criação de um centro para o recebimento e reciclagem dos resíduos da construção civil.

## Restauração de Corredores Ecológicos

Com o objetivo de restaurar os "corredores ecológicos" do Rio Gravataí e afluentes, o MPRS e o Município de Viamão firmaram termo de cooperação em setembro de 2012, nos autos do Inquérito Civil Regional. O Poder Executivo Municipal comprometeu-se a apresentar um cronograma de vistorias abrangendo a totalidade das propriedades situadas no curso principal do Rio Gravataí e afluentes. Além disso, obrigou-se a prestar a orientação técnica sobre as medidas a serem adotadas para a recuperação dos "corredores ecológicos". O Município também irá doar, a pequenas propriedades rurais familiares, mudas de espécies nativas do horto municipal para a implantação do projeto de recuperação, bem como prestará assistência técnica no plantio e controle inicial da rearborização. Por fim, o Município assumiu o compromisso de divulgar o programa nas escolas municipais situadas na zona rural de Viamão.

# Parcerias Estabelecidas

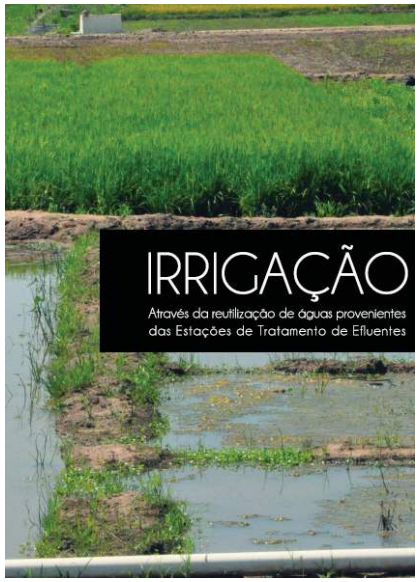
## Reutilização de Água para Lavouras de Arroz

O MPRS firmou convênio com a Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN), Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e o Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), tendo por objeto a conjugação de esforços para a reutilização de águas vindas das Estações de Tratamento de Efluentes da CORSAN para a irrigação de lavouras de arroz.

O projeto prevê a realização de uma pesquisa que será conduzida a campo na Estação Experimental do Arroz em Cachoeirinha, no período de setembro de 2012 a agosto de 2013. O objetivo é avaliar o crescimento e desenvolvimento das plantas em função da qualidade da água utilizada. Um experimento inicial em ambiente controlado foi realizado com sucesso na Estação Experimental do IRGA localizada em Cachoeirinha no decorrer de 2012.

A expectativa é de que os 30 mil m³ de água produzidos diariamente na estação da CORSAN de Cachoeirinha possam ser reutilizados para irrigar 270 hectares de arroz.

Entre os benefícios da medida estão a economia da quantidade de água direcionada para a irrigação, a possibilidade de substituição de fertilizantes químicos e a diminuição do impacto ambiental, em função da redução da contaminação dos cursos de água.



Arte da Cartilha "Irrigação"

Em relação à atuação do MP na área do consumidor destaca-se o projeto estratégico "Agrotóxicos: Rastreabilidade e Informação" que visa racionalizar e rastrear o uso de agrotóxicos, a fim de assegurar informações adequadas e seguras sobre a origem dos alimentos. Durante o ano de 2012, diversas iniciativas foram realizadas com vistas a propiciar a reflexão sobre a atuação institucional em relação ao tema, como o encontro "Agrotóxicos – Uso Regular – Rastreabilidade da Informação", cuja finalidade foi contribuir para a intensificação de medidas protetivas da saúde dos consumidores e preservação do meio ambiente. Também, estão sendo estabelecidas tratativas com diversos órgãos no sentido de implantar no Estado o "receituário agronômico informatizado", ferramenta de monitoramento do comércio e uso de agrotóxicos.

Além disso, uma das principais iniciativas da Instituição na área foi a criação, no segundo semestre de 2012, do "Núcleo de Atuação em Questões Desportivas". O objetivo é buscar uma unidade de atuação institucional, com vistas a trabalhar a questão do torcedor de maneira permanente e não só quando da realização de grandes eventos.

Por fim, destacam-se as ações coletivas ajuizadas contra as empresas de telefonia fixa e celular Claro, Brasil Telecom, Internet Group Brasil S/A e Tim por diversas irregularidades, como cobrança de serviços não solicitados pelos consumidores, propaganda enganosa em anúncios relativos à velocidade de conexão de internet móvel 3G e dificuldades no cancelamento dos serviços, dentre outras.

# Projetos Estratégicos

## Agrotóxicos: Rastreabilidade e Informação

Preocupado com o uso indiscriminado e excessivo de agrotóxicos, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul vem desenvolvendo, desde 2011, através dos Centros de Apoio Operacionais de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente, o projeto "Agrotóxicos: Rastreabilidade e Informação". A ideia central é racionalizar e rastrear o uso de agrotóxicos, produto cuja nocividade não se esgota nos danos à saúde humana, mas também gera prejuízos à manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e às relações de consumo. O projeto, que conta com a participação de diversos órgãos públicos e de representação de trabalhadores rurais, busca assegurar uma informação adequada e segura sobre a origem dos alimentos.

Neste contexto, diversas iniciativas foram realizadas em 2012, propiciando a reflexão sobre a atuação institucional diante da deficiência de informação quanto à origem dos produtos hortifrutigranjeiros in natura. Os debates abordaram também a oferta de produtos com adição excessiva de agrotóxicos ou de similares não recomendados para as respectivas culturas. Destaca-se o encontro "Agrotóxicos - Uso Regular - Rastreabilidade e Informação", realizado em março de 2012, cuja finalidade foi contribuir para a intensificação de medidas protetivas da saúde dos consumidores e preservação do meio ambiente, considerando a necessidade de identificar os níveis de agrotóxicos nos alimentos in natura. Além disso, o encontro buscou orientar os agricultores para a correta aplicação e a obrigatoriedade de devolução das embalagens após o uso. Ao final dos trabalhos, houve a definição de estratégias do MPRS para a defesa do consumidor nos assuntos referentes ao tema.

Atualmente estão sendo realizadas reuniões de trabalho com os Promotores de Justiça envolvidos no trabalho a fim de sensibilizá-los acerca da importância e necessidade de um controle mais efetivo do setor. Cabe ressaltar, ainda, que, em outra frente do projeto, estão sendo estabelecidas tratativas com diversos órgãos no sentido de implantar no Estado o denominado "receituário agronômico informatizado" (ferramenta de monitoramento do comércio e uso de agrotóxicos).

Paralelamente, o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente também está desenvolvendo o projeto "Agrotóxico – Fiscalização e Orientação", com o objetivo de informar os agricultores acerca da aplicação, destinação, dosagem, proteção e logística reversa das embalagens. Em novembro de 2012, Bento Gonçalves sediou Oficinas de Orientação aos representantes de 35 empresas que comercializam agrotóxicos nos municípios abrangidos pelo projeto, sendo que compareceram ao evento funcionários de 33 delas. Na mesma oportunidade, a oficina destinada aos agricultores contou com a participação de 35 pessoas.

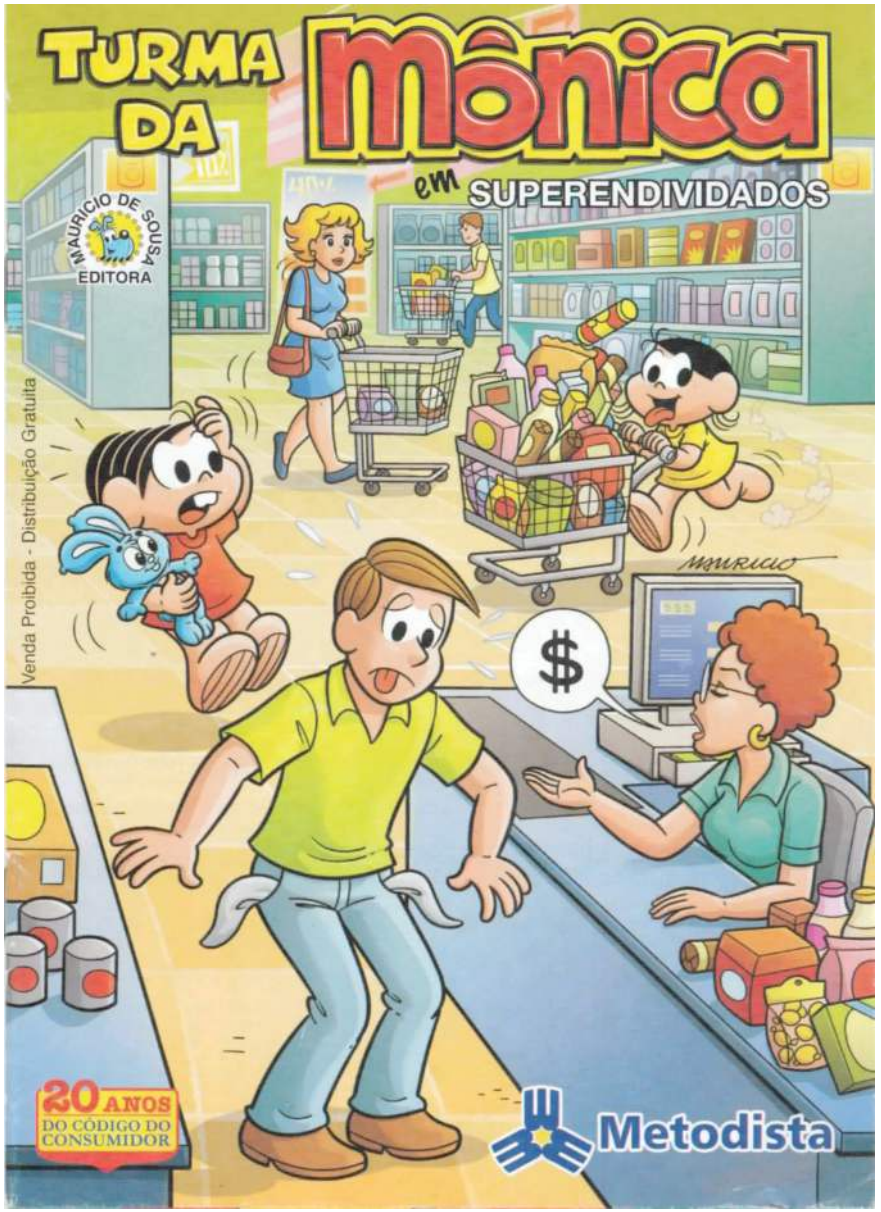
Sublinha-se, ainda, a atuação da Promotoria Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, que vem desenvolvendo forte atividade sistemática voltada a coibir a utilização indevida de agrotóxicos em produtos hortifrutigranjeiros e, assim, celebrou dezenas de compromissos de ajustamento de conduta com produtores e distribuidores desses produtos. Exemplo dessa iniciativa é o termo de compromisso de ajustamento de conduta assinado com a Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A (CEASA/RS), Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), Secretaria Municipal da Saúde, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul (CREA/RS) e Centro Estadual de Vigilância em Saúde, vinculado à Secretaria Estadual da Saúde, cujo objetivo é monitorar a qualidade dos hortigranjeiros in natura comercializados no Rio Grande do Sul. O compromisso também prevê fiscalização quanto à presença de resíduos de agrotóxicos de uso não autorizado, produtos proibidos no Brasil e/ou acima dos limites máximos estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A medida visa, ainda, à prevenção e repressão das abusividades no mercado de consumo.

Alinhada às ações desenvolvidas pelos projetos referentes ao uso de agrotóxicos, a Promotoria de Justiça de Estrela vem acompanhando um trabalho preventivo desenvolvido em Colinas do Sul, no Vale do Taquari. Em parceria com a EMATER, os produtores e o Município seguem o programa do Governo Federal que determina a compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar. O projeto "Alimentação Saudável" vem abastecendo as escolas e creches do município com produtos agroecológicos, visando a uma alimentação de qualidade e valorizando a produção local. A iniciativa, que vem gerando bons resultados, beneficia as instituições envolvidas estabelecendo a segurança alimentar como um compromisso social e propiciando o aprendizado das crianças acerca da importância da alimentação saudável e do cultivo de produtos orgânicos, contribuindo, em última análise, para a conscientização das gerações futuras.

Cabe destacar, também, que tramitam inquéritos civis que visam a investigar as 12 maiores redes de supermercados do Estado, para que disponibilizem informação nas gôndolas e providenciem a separação dos produtos hortigranjeiros nos depósitos.

## Consumidor Consciente na Escola

Em 2012, o MPRS realizou reunião com os Promotores Regionais da Educação para apresentar o projeto "Consumidor Consciente na Escola". Na ocasião, dando seguimento ao processo de expansão e regionalização da ideia, os membros envolvidos aderiram ao trabalho de conscientização do público infantojuvenil sobre os efeitos da publicidade no consumo e distribuíram material informativo nas escolas de suas respectivas regiões – e já receberam outros 480 exemplares da cartilha educativa "Turma da Mônica em Superendividados" para futuras distribuições.



Arte da cartilha educativa "Turma da Mônica em Superendividamento"

## Prestação de Contas – Concessionárias de Energia Elétrica

As empresas Rio Grande Energia (RGE), AES Sul Distribuidora de Energia S/A e Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) apresentaram, em abril, os resultados obtidos com a efetivação dos compromissos assumidos a partir da assinatura, no final de 2010, de Cartas de Intenções com o MPRS. Na ocasião, os técnicos da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) ratificaram a melhoria do indicador que demonstra o espaço de tempo que, em média, cada consumidor ficou privado do fornecimento de energia elétrica no período de observação (mensal). No caso das concessionárias RGE e CEEE, os investimentos no sistema elétrico ultrapassaram os R$ 200 milhões, sendo que, no tocante à AES SUL, as obras concluídas até 2011 beneficiaram aproximadamente 450 mil consumidores.

## Núcleo de Atuação em Questões Esportivas

O MPRS instituiu, no segundo semestre de 2012, o "Núcleo de Atuação em Questões Desportivas". A criação do Núcleo tem a função, entre outras, de sistematizar as atividades da Instituição atinentes à fiscalização dos eventos esportivos de futebol; coordenar as atividades relativas à proteção e defesa do torcedor (na forma da Lei Federal n.° 10.671/2003); participar, em conjunto com o Poder Público e com as entidades ligadas ao futebol, do monitoramento do processo de organização e execução das competições desportivas, zelando por sua ampla publicidade e transparência, pela licitude das relações firmadas com o torcedor, pela oferta de condições ideais de segurança pública e transporte coletivo, por condições regulares de segurança e higiene nos estádios, e pela observância das regras legais; e atuar conjuntamente com os Promotores de Justiça que detenham as atribuições para a promoção das medidas necessárias em cada caso, mediante solicitação expressa dos órgãos de execução.

A intenção do Núcleo é buscar uma unidade de atuação, definindo posicionamentos uniformes da Instituição, trabalhando a questão do torcedor de maneira permanente e não só quando da realização de grandes eventos.

O Núcleo, que terá a coordenação exercida por um Procurador de Justiça, terá em sua composição Promotores das áreas da Defesa do Consumidor, da Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, da Defesa do Meio Ambiente e do Juizado Especial Criminal do Torcedor, todos de Porto Alegre, além de uma equipe técnica e administrativa.

## Ação é julgada procedente contra o Banco Excel Econômico

Em razão de execução por quantia certa promovida contra o Banco Excel Econômico, por descumprimento de alteração contratual envolvendo cláusulas abusivas, o Ministério Público, pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, destinou a quantia aproximada de R$ 1,2 milhão ao Fundo Estadual da Saúde.

## Acordo com as Lojas Ponto Frio

Em fevereiro de 2012, o Poder Judiciário homologou acordo firmado entre o MPRS, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, e a empresa Globex Utilidades S/A (Lojas Ponto Frio). Pelo documento celebrado, a empresa se comprometeu a expor de forma clara, objetiva e inequívoca todas as condições gerais e relevantes da contratação de serviços de garantia estendida ou de seguro, esclarecendo suas vantagens e restrições, o nome da empresa seguradora e os respectivos preços.

Para fins de recomposição do dano difuso, a empresa obrigou-se a doar em produtos (refrigeradores, fogões, televisores e fornos de micro-ondas) o equivalente a R$ 100 mil em favor de diversas entidades assistenciais de Porto Alegre.

## Ação Coletiva de Consumo contra a Claro S/A

A Justiça confirmou a existência de propaganda enganosa em anúncios da "Claro S/A" referentes à velocidade de conexão de internet móvel 3G. A decisão foi expedida em recurso na ação coletiva de consumo ajuizada em 2009 pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. O acórdão ratificou o direito dos consumidores que contrataram serviços e que se sentiram lesados em razão da publicidade enganosa de buscar a rescisão do contrato, ficando desobrigados do pagamento da multa pela fidelização. Também foi reconhecida a responsabilidade da ré pelos danos materiais causados.

## Ação Coletiva de Consumo contra a TIM Celular S/A

A ação coletiva de consumo ajuizada em maio de 2010 pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre contra a TIM Celular S/A por práticas abusivas foi julgada procedente pela Justiça. A empresa foi condenada ao pagamento de R$ 100 mil a título de indenização por dano moral coletivo, valor destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados. Além disso, a demandada deverá ressarcir em dobro os valores cobrados dos consumidores depois de terem protocolado pedido de rescisão contratual. A decisão determinou, ainda, uma série de providências relacionadas ao cancelamento dos serviços no momento em que os consumidores manifestam interesse, bem como em relação à emissão e conteúdo dos contratos.

## Ação Coletiva de Consumo contra a Brasil Telecom e Internet Group Brasil S/A

As empresas "Brasil Telecom" e "Internet Group Brasil S/A" foram condenadas a pagar indenização a título de dano moral coletivo no valor de R$ 1 milhão e de R$ 500 mil, respectivamente, em ação coletiva de consumo ajuizada pela Promotoria Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. A decisão considerou abusiva a conduta praticada pelas empresas na alteração unilateral do contrato e na instalação e cobrança de serviços não solicitados pelos consumidores, em nítida afronta ao dever de informação e aos princípios da transparência, harmonia e boa-fé ínsitos às relações de consumo.

A sentença tem abrangência nacional, beneficiando todos os consumidores que foram submetidos ao pagamento de serviços não contratados.

## Acordo Judicial com Supermercados Big e Nacional

A Justiça homologou acordo judicial celebrado pelo MPRS com a WMS Supermercados do Brasil S.A. (Walmart - Supermercados Big e Nacional). Conforme o documento, a empresa fica obrigada a não comercializar produtos vencidos, que apresentem informações inverídicas na rotulagem quanto à data de embalagem, prazo de validade ou peso e expostos à temperatura de refrigeração imprópria ao consumo. A rede de supermercados se comprometeu, ainda, a conservar os alimentos perecíveis na temperatura ideal de modo a evitar a venda de produtos inadequados ao consumo. Por fim, o grupo Walmart deverá pagar a título de indenização a quantia de R$ 1,5 milhão em razão dos danos já causados aos consumidores. O valor será revertido ao Fundo Estadual da Criança e Adolescente.

## Toddynho

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre celebrou, no dia 27 de junho de 2012, compromisso de ajustamento com a Pepsico do Brasil Ltda., buscando evitar ou minimizar acidentes como o acontecido com o produto Toddynho, bebida que teve alguns lotes comercializados em condições impróprias para o consumo. Pelo documento, a empresa comprometeu-se a adotar medidas de implementação, alteração ou substituição de suas linhas de produção. No caso, a fornecedora também realizou recall e disponibilizou atendimento especializado aos consumidores atingidos. A empresa ainda se obrigou a indenizar os danos difusos com o pagamento de R$ 390 mil ao Fundo da Infância e Juventude do Estado do Rio Grande do Sul; de outros R$ 30 mil à Fundação do Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento; e com a doação de equipamento à FEPAM.

## Comercialização de produtos hortifrutigranjeiros

A Promotoria de Justiça de Veranópolis firmou, em maio de 2012, seis Termos de Ajustamento de Conduta com estabelecimentos do município para, entre outras questões, fixar a obrigação da individualização dos produtos hortifrutigranjeiros em seus depósitos, bem como a identificação, no ponto de exposição à venda, do nome do produtor/fornecedor e seu telefone e endereço, o nome do produto e sua variedade, nos termos da Nota Técnica nº 01/2005 da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul. Além disso, fixou obrigação no sentido de o estabelecimento suspender a aquisição e comercialização de produtos de fornecedores/produtores cuja cultura tenha apresentado resíduos de agrotóxicos de uso proibido ou com índices de pesticidas acima do limite permitido.

# Ordem Urbanística e Questões Fundiárias

Em 2012, o MPRS concentrou esforços para viabilizar a regularização dos loteamentos clandestinos e congelar as ocupações irregulares no Município de Porto Alegre, tutelando o direito à moradia e impedindo o crescimento desordenado. Também, em relação ao tema, foi iniciado o projeto estratégico de "Capacitação dos Secretários de Diligências para Vistorias Urbanísticas", com vistas a qualificar e dar celeridade às investigações realizadas pela Instituição referentes a assentamentos e loteamentos irregulares.

Outra iniciativa destacada foi a criação de grupo interinstitucional para enfrentamento dos problemas nos assentamentos do Movimento dos Sem-Terra (MST), em São Gabriel, especialmente nas questões relativas às estradas internas, acesso à água e garantia efetiva do direito à educação de crianças e adolescentes assentados, com o alcance de resultados concretos.

# Projetos Estratégicos

## Capacitação dos Secretários de Diligências para Vistorias Urbanísticas

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, desenvolveu em 2012 um projeto estratégico denominado "Capacitação dos Secretários de Diligências para Vistorias Urbanísticas", que busca qualificar e dar celeridade às investigações ministeriais de assentamentos e loteamentos irregulares.

O projeto prevê a capacitação da totalidade dos secretários de diligências que efetuam vistorias urbanísticas. Durante o ano, três turmas foram capacitadas, sendo entregue aos participantes o "Manual Prático de Vistorias Urbanísticas" e a "Ficha para Vistorias Urbanísticas". A capacitação da última turma está prevista para março de 2013.

## Incentivo à Regularização Fundiária

A partir da promulgação da Lei 11.977/09 – "Minha Casa, Minha Vida" e do "More Legal IV", o MPRS, através do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias - CAOURB, implementou o projeto "Incentivo à Regularização Fundiária", que visa, por meio da elaboração e distribuição de uma cartilha informativa, à divulgação da inovação normativa e de sua aplicação aos casos concretos. O projeto foi encerrado em fevereiro de 2012, mas ainda apresenta efeitos no âmbito da atuação dos Promotores de Justiça e resultou na assinatura de dez Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e no ajuizamento de oito Ações Civis Públicas (ACPs) no período compreendido entre 02/01 e 20/11/2012.

# Parcerias Estabelecidas

## Assentamentos do MST em São Gabriel

O MPRS e outras 13 instituições criaram no primeiro semestre de 2012 um grupo interinstitucional para enfrentar os problemas verificados nos assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST) em São Gabriel, em especial as questões das estradas internas, acesso à água e garantia efetiva do direito à educação de crianças e adolescentes assentados.

Após diversas reuniões, em julho de 2012 o MPRS e o Ministério Público do Tribunal de Contas (MPC) expediram recomendação conjunta determinando às Secretarias Estaduais de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano; de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo; da Educação; da Justiça e dos Direitos Humanos e à Casa Civil, que propiciem acesso à escola para crianças e adolescentes e respeitem os direitos fundamentais de todos os assentados.

A parceria alcançou resultados concretos na melhoria das estradas internas dos assentamentos. Além disso, há a perspectiva da construção de novas rodovias por meio de uma ação conjunta entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria de Obras do Estado. O Município de São Gabriel, por sua vez, fornecerá água e esgotamento sanitário nos módulos escolares existentes, dará andamento na Secretaria da Educação ao processo de licitação para construção de novos módulos escolares, além de já estar oferecendo transporte escolar às crianças e jovens do assentamento por meio de ação conjunta com o INCRA.

## Regularização de loteamentos clandestinos e congelamento de ocupações irregulares no Município de Porto Alegre

Em 2012, o MPRS concentrou esforços para viabilizar a regularização dos loteamentos clandestinos e congelar as ocupações irregulares no Município de Porto Alegre, tutelando o direito à moradia e impedindo o crescimento desordenado.

O Termo de Cooperação firmado em 2011 com o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Rio Grande do Sul (SINDUSCON) e outros órgãos permitiu a realização, no primeiro semestre de 2012, de um mapeamento de todos os assentamentos informais da Capital com a subsequente indicação de nove áreas prioritárias para regularização. Já no segundo semestre do ano foram selecionados quatro loteamentos para início de um projeto piloto de levantamento topográfico, com média de 150 lotes por área, tendo como critério para escolha áreas com incidência de Área de Preservação Permanente e Áreas de Risco.

## Calçada Legal

Em Porto Alegre, durante o transcurso de 2012, o MPRS, por meio do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, acompanhou a atuação municipal decorrente do Termo de Ação Integrada firmado em setembro de 2011 para revitalização dos passeios públicos, denominada "Calçada Legal".

Nesse período, como resultado da execução parcial do termo, foi realizada a vistoria de 10.762 passeios públicos localizados no Centro Histórico e na Cidade Baixa, entre outros bairros.

# Eleitoral

O MPRS atuou na fiscalização da regularidade e da lisura nas eleições municipais de 2012, zelando pela correta aplicação das leis eleitorais. Para tanto, a Instituição propôs 1.243 ações de impugnação de registro de candidatura, bem como foram ajuizadas outras 707 ações de natureza diversa a partir de irregularidades constatadas nas campanhas eleitorais.

Além disso, foram promovidos encontros com vistas a capacitar os Promotores de Justiça com atribuição eleitoral e publicados diversos materiais de apoio com orientações não só aos Promotores de Justiça, mas também aos diversos públicos envolvidos no processo eleitoral (autoridades de outros órgãos públicos, partidos políticos, candidatos e eleitores).

A Instituição disponibilizou, também, uma central de atendimento aos Promotores Eleitorais de Porto Alegre com o objetivo de atender denúncias e verificar eventuais irregularidades no processo eleitoral na capital, bem como um e-mail para recebimento de denúncias de todo o Estado. O assessoramento prestado durante a véspera e os dias de eleição também mereceu destaque, tendo sido montado um Plantão para apoio aos Promotores Eleitorais.

## Encontros de Capacitação Eleitoral

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, através do Gabinete de Assessoramento Eleitoral (GAEL), realizou três "Encontros de Capacitação em Direito Eleitoral" voltados para as eleições de 2012. Os eventos foram realizados na sede do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), em Porto Alegre, de forma regionalizada, com o intento de debater estratégias e prioridades de atuação, além de atualizar e capacitar os Promotores de Justiça com atribuição eleitoral de todo o Estado.

Participaram, além dos Promotores de Justiça da Capital e do Interior, os Procuradores da República que atuam na Procuradoria Regional Eleitoral no Rio Grande do Sul. Nos encontros foram abordados temas como filiação partidária, domicílio eleitoral (revisão do eleitorado, transferência de domicílio e fraude), registro de candidatura, pesquisas eleitorais, condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, propaganda eleitoral e ações eleitorais.

## Material de Apoio

Repetindo a experiência de anos eleitorais anteriores, o GAEL elaborou nova edição do Manual Eleitoral, publicação cujos exemplares foram remetidos a todos os Promotores Eleitorais. O material também foi disponibilizado na página do setor na Intranet do MPRS.

A obra teve como objetivo o fornecimento de uma visão sistemática e panorâmica sobre os temas mais importantes do Direito Eleitoral, expondo-os de modo sucinto, de forma a propiciar a compreensão dos principais institutos eleitorais do ordenamento jurídico brasileiro.

O material também foi disponibilizado a algumas autoridades dos Poderes Federais, Estaduais e Municipais, com a finalidade de prestar auxílio relevante durante o período eleitoral.

Além disso, foram expedidas diversas orientações aos Promotores Eleitorais e Partidos Políticos no sentido de atentá-los ao que a legislação eleitoral preconiza e às peculiaridades deste processo.

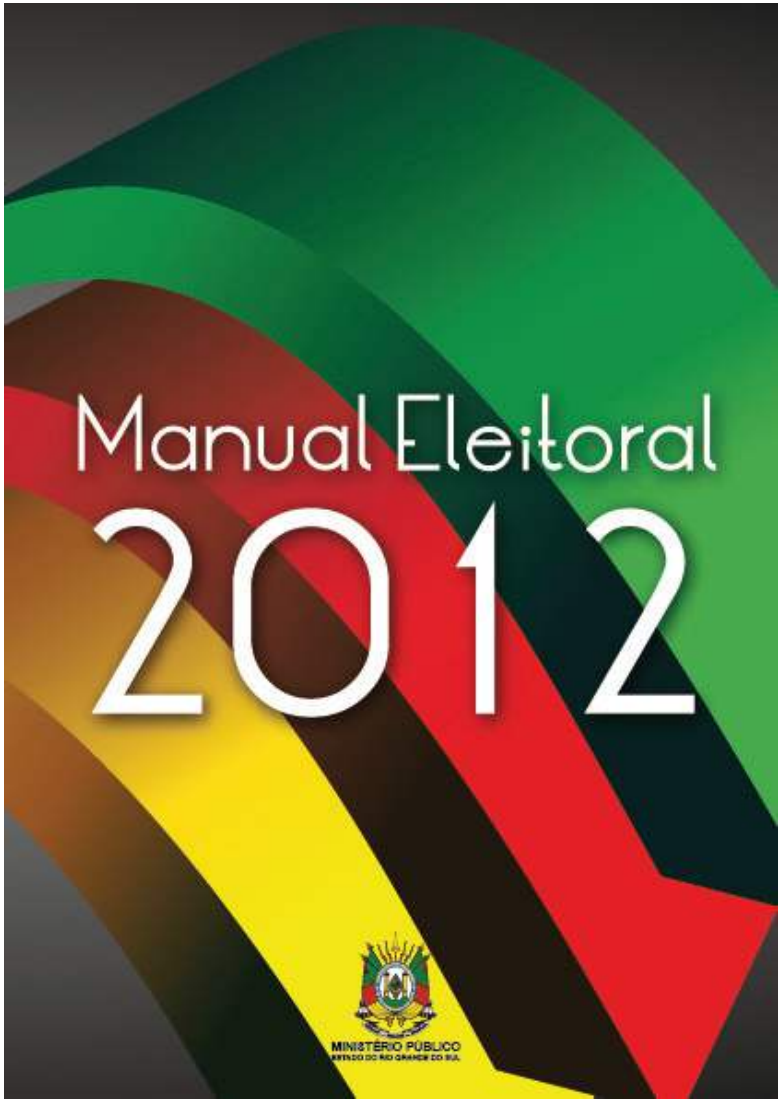
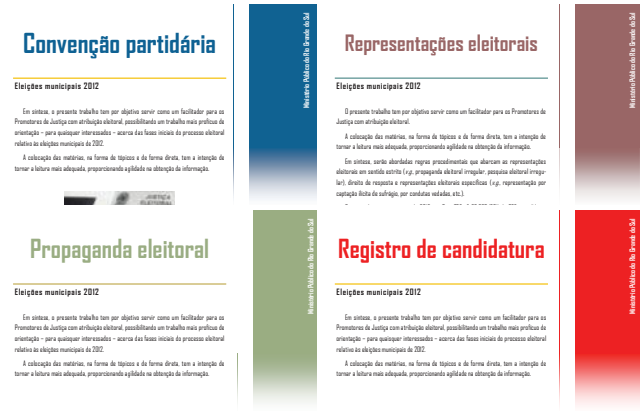



Imagem da capa do "Manual Eleitoral 2012"

Outro material elaborado foi um fôlder com o resumo das condutas permitidas e proibidas no dia das eleições e nos dias anteriores. O material possibilitou consultas rápidas em eventuais questões que demandassem um posicionamento imediato, auxiliou o efetivo da Brigada Militar nos municípios, bem como foi divulgado nos meios de comunicação social para orientação aos eleitores.

Reprodução da capa do fôlder

Foram ainda disponibilizadas quatro cartilhas (Convenção Partidária, Registro de Candidatura, Propaganda Eleitoral e Representações Eleitorais) sobre assuntos pontuais do processo eleitoral para que os Promotores de Justiça com atribuição na matéria orientassem candidatos e partidos políticos. O material também foi disponibilizado na página do setor na Intranet do MPRS.




Reprodução das capas cartilhas disponibilizadas pelo MP

# Atuações de Destaque

## Informações sobre Ações de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC's)

Após o período de análise dos pedidos de registro de candidatura, quando da constatação de hipóteses que ensejavam a medida, o MPRS propôs 1.243 Ações de Impugnação de Registro de Candidatura, conforme detalhado nos quadros abaixo:

| Candidaturas | |
|---|---|
| Prefeito e/ou vice-prefeito | Vereador |
| 122 | 1.121 |
| **Total de AIRC's** | |
| 1.243 | |

| Hipóteses das Ações de Impugnação de Registro de Candidatura | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1. Condenação Criminal | 2. Condenação Eleitoral | 3. Condenação por Improbidade Administrativa | 4. Rejeição das contas de gestor público | 5. Ausência de condição de registrabilidade |
| 57 | 15 | 15 | 48 | 1.108 |
| **Total de AIRC's com previsão na LC nº 135/2010 - Ficha Limpa (1+2+3+4)** | | | | |
| 135 AIRC's | | | | |

## Informações sobre Ações Eleitorais do MPE

No tocante às ações eleitorais ajuizadas pelo MPRS quando da constatação de irregularidades de diversas naturezas no decorrer da campanha eleitoral, foram ajuizadas 707 ações, conforme especificado no quadro a seguir:

| Ação eleitoral | Número de ações |
|---|---|
| Representação por pesquisa eleitoral irregular | 13 |
| Ação Cautelar | 25 |
| Representação pelo art. 41-A da Lei nº 9.504/97 | 23 |
| Representação pelo art. 30-A da Lei nº 9.504/97 | 11 |
| Ação de Investigação Judicial Eleitoral | 21 |
| Cancelamento de inscrição eleitoral | 21 |
| Ação penal | 31 |
| Representação por conduta vedada | 61 |
| Representação por propaganda eleitoral irregular | 501 |
| **Total de ações** | **707[1]** |

[1]Os dados baseiam-se nas respostas de 102 dos 173 Promotores de Justiça com atribuição eleitoral no Estado, recebidas pelo setor até a primeira quinzena de dezembro.

## Plantão Eleitoral

Foi montada, na Capital, junto ao Gabinete de Assessoramento Eleitoral do MPRS, uma central de atendimento aos Promotores Eleitorais de Porto Alegre, com funcionamento 24 horas por dia, até o final do 1º turno das eleições, para verificar eventuais irregularidades na propaganda eleitoral e atendimento de denúncias relativas a irregularidades no processo eleitoral em Porto Alegre. Para recebimento das denúncias, tanto na Capital quanto no Interior do Estado, foi utilizado o ***e-mail denunciaeleitoral@mp.rs.gov.br.*** As irregularidades também puderam ser informadas pela página da internet do Ministério Público, através de um formulário pelo qual o cidadão poderia efetuar a denúncia.

Destaca-se, também, o assessoramento prestado na véspera e durante os dias de eleição para apoio aos Promotores Eleitorais de todo o Estado.

# Gestão Administrativa

- Gestão Orçamentária e Financeira
- Gestão de Pessoas
- Gestão de Processos de Trabalho
- Gestão de Infraestrutura Predial
- Gestão de Tecnologia da Informação

# Gestão Administrativa

A atuação administrativa reflete as atividades de gestão orçamentária, financeira, pessoal, de tecnologia da informação e de infraestrutura física do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Essas atividades são imprescindíveis para que sejam disponibilizados os meios necessários à realização das atividades finalísticas da Instituição, bem como para garantir a maior eficiência possível na utilização dos recursos existentes.

Além disso, a atuação administrativa empreende esforços diversos em projetos e ações constantes no Mapa Estratégico do MPRS, relacionados especialmente aos objetivos das perspectivas "Pessoas e Tecnologia" e "Recursos".

# Gestão Orçamentária e Financeira

## Projetos Estratégicos

Em 29/06/12 foi firmado convênio entre o MPRS e o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), objetivando a conjugação de esforços e de recursos para a execução do "Programa de Melhoria da Gestão na Administração Pública". Em razão deste foram desenvolvidos os seguintes projetos:

### Gerenciamento Matricial Integrado – Despesas

Relacionado aos objetivos estratégicos "Assegurar os recursos orçamentários necessários e qualificar sua gestão", "Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa" e "Produzir e disponibilizar informações para a tomada de decisões", o projeto pretende auxiliar o MPRS a modernizar sua gestão administrativa e os serviços prestados, implantando métodos gerenciais focados na otimização das despesas correntes e, consequentemente, possibilitando a geração de recursos financeiros para viabilizar investimentos.

No ano de 2012 foram identificadas e definidas as oportunidades e bases de gastos onde atuar; os centros de custos e os envolvidos nas ações; critérios a serem aplicados e metas a serem atingidas; e desenvolvidos planos de ações e projetos que deverão ser monitorados em 2013.

### Projeto Gerenciamento Matricial Integrado – Receitas

Vinculado ao objetivo estratégico "Captar recursos extraorçamentários", o projeto busca auxiliar o MPRS a aumentar sua capacidade de investimento, gerando recursos a partir de seus ativos e da captação de recursos extraorçamentários.

No ano de 2012 foram identificadas e definidas as oportunidades de atuação; as ações e seus responsáveis; as metas a serem atingidas; e desenvolvidos planos de ações e projetos que deverão ser monitorados em 2013, a saber: (1) Leilão de veículos; (2) Concessão remunerada de uso de espaços; (3) Captação de bens junto à Receita Federal; (4) Fundo de bens lesados; e (5) Sistemática de captação de recursos extraorçamentários.

No que tange à captação de recursos cumpre destacar o primeiro leilão de veículos realizado pela Instituição em 31/10, que alienou 15 automóveis considerados inservíveis, arrecadando R$ 122.500,00 que serão utilizados para renovação da frota da Instituição.

Assinatura do convênio MPRS com PGQP

# Execução Orçamentária

O Ministério Público assegurou, para o exercício de 2012, um orçamento de R$ 646.854.590,00 (seiscentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa reais), sendo que o orçamento do Estado, previsto na Lei n.º 13.844/2011, foi de R$ 40.264.489.977,00 (quarenta bilhões, duzentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, novecentos e setenta e sete reais). Segue abaixo o quadro evolutivo dos últimos cinco anos:

| Ano | Estado do Rio Grande do Sul | | Ministério Público* | |
|---|---|---|---|---|
| | Orçamento Aprovado | Receita Corrente Líquida | Orçamento Aprovado | Orçamento Executado |
| 2008 | 21.295.775.610,00 | 16.657.785.043,53 | 509.000.000,00 | 508.086.128,38 |
| 2009 | 28.611.343.923,00 | 17.387.287.460,48 | 534.520.000,00 | 541.508.997,51 |
| 2010 | 32.931.434.032,00 | 20.297.846.621,21 | 565.090.680,00 | 583.767.466,03 |
| 2011 | 35.253.084.213,00 | 21.927.904.938,78 | 597.914.546,00 | 628.351.751,99 |
| 2012 | 40.264.489.977,00 | 23.710.653.600,52 | 646.854.590,00 | 702.852.416,07 |

Fontes: Orçamento e Balanço Geral do Estado de 2008 a 2012

*Valores contemplam recursos livres.

## Receita Corrente Líquida x Orçamento Executado no Ministério Público

O quadro a seguir demonstra o comparativo entre a evolução da Receita Corrente Líquida do Estado com o volume de recursos disponibilizado ao Ministério Público nos últimos cinco anos.

| Ano | Estado do Rio Grande do Sul | | Ministério Público | |
|---|---|---|---|---|
| | Receita Corrente Líquida | % Crescimento | Orçamento Executado* | % Crescimento |
| 2008 | 16.657.785.043,53 | 19,06 | 508.086.128,38 | 2,44 |
| 2009 | 17.387.287.460,48 | 24,27 | 541.643.552,48 | 9,20 |
| 2010 | 20.297.846.621,21 | 45,07 | 589.397.331,15 | 18,83 |
| 2011 | 21.927.904.938,78 | 56,72 | 628.542.385,77 | 26,72 |
| 2012 | 23.710.653.600,52 | 42,34 | 703.359.026,43 | 38,43 |

*Valores contemplam recursos livres e vinculados.

Observa-se que, no período, o crescimento da Receita Corrente Líquida do Estado foi de 42,34%, enquanto o Orçamento Executado pelo Ministério Público evoluiu apenas 38,43%.

A partir do exercício de 2007, com a adesão do Ministério Público ao esforço coletivo de todos os Poderes e Órgãos, empreendido no sentido de atingir o equilíbrio das contas públicas no Estado do Rio Grande do Sul e, ainda, com utilização da Lei de Diretrizes Orçamentárias como instrumento de limitação na distribuição do volume orçamentário entre os Poderes e Órgãos, definindo percentuais fixos de crescimento para cada exercício, a instituição enfrentou severa redução na sua capacidade de investir, e mesmo custear a infraestrutura necessária à manutenção da qualidade na prestação dos serviços que constitucionalmente são de sua competência. Uma vez retomada a estabilidade fiscal nas contas públicas, o Ministério Público tem empreendido

esforços na recuperação de um crescimento do volume de seus recursos orçamentários, a fim de torná-lo compatível com o atual crescimento da Receita Corrente Líquida e que venha a atender as demandas reprimidas pelas perdas havidas nesse esforço efetuado de forma responsável e já exitosa.

## Orçamento de 2012 por Grupo de Despesa: Aprovado x Executado

O quadro abaixo demonstra os montantes do Orçamento Aprovado e do Orçamento Executado, no âmbito do Ministério Público, em 2012, por grupo de despesas.

| Demonstrativo Orçamento | Pessoal e Encargos sociais | Despesas Correntes | Despesas de Capital | Total |
|---|---|---|---|---|
| Aprovado | 560.239.488,00 | 63.791.779,50 | 22.823.322,50 | 646.854.590,00 |
| Executado | 584.553.640,39 | 97.570.274,17 | 20.728.501,51 | 702.852.416,07 |

Valores contemplam recursos livres e vinculados.

A despesa orçamentária executada no ano de 2012 foi de R$ 702.852.416,07 (setecentos e dois milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e dezesseis reais e sete centavos), considerando-se tão somente os recursos livres, representando 108,66% do orçamento aprovado para o exercício, tendo em vista suplementação obtida junto ao Poder Executivo. Do total executado, 13,88% foram destinados a despesas de custeio, 2,95% a despesas de capital e 83,17% a despesas de pessoal.

## Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Em relação aos R$ 584.553.640,39 (quinhentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, seiscentos e quarenta reais e trinta e nove centavos) destinados a Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, cumpre referir que o respectivo montante se enquadra nos limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, bem como cabe destacar que o percentual de 83,17%, em relação ao total do executado, justifica-se plenamente tendo em vista a natureza das atividades da Instituição, as quais se caracterizam essencialmente como prestação de serviços públicos.

## Despesas de Custeio

No que diz respeito aos R$ 97.570.274,17 (noventa e sete milhões, quinhentos e setenta mil, duzentos e setenta e quatro reais e dezessete centavos) destinados a Outras Despesas Correntes, cabe destacar que os valores mais expressivos referem-se às despesas com a prestação de serviços por terceiros (luz, água, telefonia, processamento de dados, conservação de bens móveis, etc.) e a locação de mão de obra (vigilância e segurança, limpeza e higiene, etc.), conforme demonstrado na tabela a seguir:

| OUTRAS DESPESAS CORRENTES – CUSTEIO | |
|---|---|
| Locação de Mão de Obra | R$ 26.351.701,20 |
| Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | R$ 26.046.343,73 |
| Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física | R$ 18.098.378,33 |
| Auxílio-Alimentação | R$ 6.137.380,69 |
| Material de Consumo | R$ 3.927.137,34 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | R$ 4.272.633,75 |
| Auxílio-Transporte | R$ 2.385.987,68 |
| Diárias | R$ 2.861.326,50 |
| Outros Benefícios Assistenciais | R$ 2.560.964,59 |
| Outras despesas | R$ 4.928.420,36 |
| **TOTAL** | **R$ 97.570.274,17** |

Salienta-se que o montante aplicado foi adequado ao perfil de distribuição de recursos no Ministério Público, considerando-se os grupos de despesa, bem como está ajustado em relação às necessidades de manutenção da infraestrutura e das demais despesas de custeio da instituição no exercício a que se refere.

## Despesas com Investimentos e Inversões

Em relação aos R$ 20.728.501,51 (vinte milhões, setecentos e vinte e oito mil, quinhentos e um reais e cinquenta e um centavos) destinados a Despesas de Capital, cabe destacar que os valores mais expressivos se referem aos investimentos empregados em obras e às aquisições de mobiliário e equipamentos de informática, conforme demonstrado na tabela a seguir:

| DESPESAS DE CAPITAL – INVESTIMENTOS E INVERSÕES | |
|---|---|
| Obras e Instalações | R$ 10.193.435,58 |
| Mobiliário em geral | R$ 4.296.695,40 |
| Processamento de Dados e Microfilmagem | R$ 3.547.346,83 |
| Veículos e/ou Equipamento | R$ 1.587.365,00 |
| Indenizações Restituições | R$ 674.300,00 |
| Diversos (Patrimônio/Engenharia/ Telefonia/Biblioteca) | R$ 429.358,70 |
| **TOTAL** | **R$ 20.728.501,51** |

Cumpre destacar a permanente preocupação da Instituição com as instalações físicas das Promotorias, sendo que muitas destas foram reformadas, recuperadas e outras construídas, para dar maior conforto e proporcionar um ambiente mais funcional não só para os seus membros e servidores, mas, principalmente, para o cidadão que busca em nossas diversas áreas, um amparo para as suas dificuldades e para o auxílio na resolução dos seus problemas.

Nesta esteira, o Ministério Público busca reaparelhar sua estrutura por meio da aquisição de mobiliário e equipamentos de informática, sempre no intuito de qualificar ainda mais o controle e a informação, dando uma resposta rápida às demandas que lhes são encaminhadas quer dos outros Poderes ou dos demais segmentos da sociedade gaúcha.

## AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Os novos instrumentos trazidos ao sistema licitatório pelas Leis Estaduais n.º 13.179/2009 (cotação eletrônica de preços, que é a dispensa de licitação em razão do valor, realizada com disputa) e n.º 13.191/2009 (pregão eletrônico como modalidade de licitação preferencial) contribuíram para gerar mais economia nos procedimentos licitatórios da Instituição, repetindo a tendência verificada nos anos anteriores.

Nas licitações realizadas na modalidade "pregão eletrônico", registrou-se, em média, uma economia[1] de 28%, sendo que em alguns casos a redução da despesa superou a marca de 50%. Como exemplos emblemáticos referentes a esta situação, destacamos a economia de 66,62% no procedimento relativo ao curso in company de perícia contábil; 80,34% no expediente relativo a serviços de identificação digital para os concursos da PGJ/MPRS; 81,13% na aquisição de software de gestão estratégica; e 68,24% na locação de 150 multifuncionais, com preço de cópia a R$ 0,046. Além disso, o "pregão eletrônico" também foi utilizado para a aquisição de uma solução de Business Intelligence (BI), de 18 veículos novos para a frota da PGJ/MPRS, bem como para as contratações dos serviços de Monitoramento de Alarme, Vigilância e Condução de Veículos.

[1] Todas as referências à economia obtida levam em consideração o valor reservado para a compra/contratação (chamado de valor "estimado") e o efetivamente pago pelo bem/serviço (valor "efetivo" ou "licitado").

As "cotações eletrônicas de preço" também registraram índices de economia, perfazendo, em média, o valor percentual de 26,40%.

Necessário registrar, ainda, que as licitações realizadas pelas modalidades convencionais ou presenciais conseguiram alcançar economia superior à de outros exercícios. Os índices de redução situaram-se nos seguintes patamares: 10,16% para "concorrência", 17,88% para "tomada de preços", e, 6,60% para "convites". Nesse contexto, merece destaque a "Tomada de Preços 01/2012", procedimento cujo objeto foi a contratação de adaptação de ônibus e que atingiu o percentual de 33,98% de economia.

Em face de tudo isso, a efetiva economia proporcionada nas compras e contratações administrativas, no ano de 2012, foi de 24,41% (percentual de economia global, ou seja, todas as modalidades, inclusive cotações eletrônicas de preços), maior que os 17,70% registrado em 2011.

| Modalidade | Número de Procedimentos Julgados | Valor Estimado (R$) | Valor Licitado (R$) | Valor da Economia (R$) | % Economia |
|---|---|---|---|---|---|
| Convite | 54 | 1.869.980,94 | 1.746.608,29 | 123.372,65 | 6,60% |
| Tomada de Preço | 7 | 1.994.234,46 | 1.637.751,02 | 356.483,44 | 17,88% |
| Concorrência | 3 | 1.957.676,74 | 1.758.727,27 | 198.949,47 | 10,16% |
| Pregão Presencial | 8 | 159.884,08 | 150.129,32 | 9.754,76 | 6,10% |
| Pregão Eletrônico | 84 | 21.271.087,83 | 15.315.351,38 | 5.955.736,45 | 28,00% |
| Cotação Eletrônica | 166 | 415.449,85 | 305.781,05 | 109.668,80 | 26,40% |
| Leilão | 1 | 64.200,00 | 122.500,00 | 58.300,00 | *90,81% |
| **TOTAIS** | **323** | **27.668.313,90** | **20.914.348,33** | **6.753.965,57** | **24,41%** |

* Este índice (90,81%) refere-se ao lucro do leilão nº 01/2012.

# Gestão de Pessoas
## Projetos Estratégicos

### Capacitação On-Line

Em 2012, o MPRS avançou quanto às possibilidades de recursos disponíveis para a educação à distância. Vinculado ao objetivo estratégico "Desenvolver e gerir competências", o projeto visa possibilitar a transmissão on-line de eventos educacionais pela Internet, permitindo a interação entre palestrantes, debatedores e participantes em tempo real, a partir de lugares diversos, através de computadores.

No contexto desse projeto, foi implementada, no mês de setembro, a tecnologia que permite a membros e servidores o acesso mediante senha aos vídeos postados na página do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) na Internet, incluindo a gravação das aulas realizadas em sua sede. Este avanço tecnológico possibilitou a transmissão ao vivo de várias atividades educacionais em ambientes além da rede interna (Intranet). Destacamos, ainda, que o primeiro projeto de transmissão em caráter experimental para outro Estado da Federação, foi o "Curso de Atualização em Álcool e outras Drogas" para o Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

### Gestão de Pessoas com Base no Modelo de Competências

Também vinculado ao objetivo estratégico "Desenvolver e gerir competências", neste projeto foram desenvolvidos dois workshops voltados, respectivamente, à "introdução aos conceitos e tipos de competências" e à "aplicação da abordagem de competências no MPRS". Após os encontros foi sugerida a criação de um grupo formado por membros e servidores com a missão de estudar e aprofundar o assunto para subsidiar a Administração na sua tomada de decisão em relação à aplicação da abordagem de gestão por competências na Instituição.

### Pesquisa de Clima Organizacional

Este projeto, associado ao objetivo estratégico "Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho", encontrou-se em 2012 na etapa de avaliação das informações produzidas na pesquisa de clima organizacional (aplicada em 2011) e no fórum de debates sobre a mesma.

Foram promovidos encontros com os gestores envolvidos e discutidos os resultados da pesquisa de clima na Comissão de Gestão Estratégica de Pessoas para estabelecimento de projetos prioritários a serem executados. Três pré-projetos foram aprovados pela Comissão para, então, serem apreciados pela Administração Superior com vistas à sua execução em 2013: "Reconhecimento e Valorização dos membros e servidores", "Saúde e Bem-Estar dos membros e servidores" e "Integração de membros e servidores".

### Estruturação da Secretaria de Acompanhamento e Supervisão de Carreiras – SASC

Vinculado aos objetivos estratégicos "Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho" e "Desenvolver e gerir competências", o projeto tratou da criação da Secretaria de Acompanhamento e Supervisão de Carreiras (SASC) e de suas comissões (Comissão de Gestão Estratégica de Pessoas, Comissão Disciplinar Permanente e Comissão de Avaliação de Desempenho). As referidas estruturas têm por objetivo a otimização dos recursos físicos e institucionais e a maximização dos resultados; o acompanhamento dos processos de implantação e execução do Plano de Cargos, Carreiras e Salários e suas periódicas melhorias; a valorização do desempenho dos servidores oportunizando-lhes condições mais efetivas de atuação; a integração dos órgãos do MPRS focando-os no desempenho; e a melhoria de qualidade de vida pessoal e funcional.

Em 2012, a SASC teve regulamentada a sua organização e atribuições e focou suas atividades na reformulação do processo avaliativo do servidor em estágio probatório. O "Curso de Integração de Novos Servidores" foi utilizado para capacitar 58 servidores nomeados nos procedimentos e instrumentos de "Avaliação de Desempenho Funcional relativos ao Estágio Probatório".

A partir da nova estrutura, buscou-se, também, a agilização nos processos disciplinares implantados. No período em análise, foram instaurados no MPRS cinco "Processos Administrativo-Disciplinares", sendo que um foi concluído no próprio ano e quatro ainda permanecem em andamento. Iniciaram-se, ainda, 44 Sindicâncias, das quais 22 foram encerradas e outras 22 permanecem tramitando.

Cabe ressaltar, por fim, que, atualmente, a Instituição possui 321 servidores em estágio probatório, sendo que no ano de 2012 foram estabilizados 134 servidores e realizadas cinco "Avaliações Especiais de Desempenho Extraordinárias" (instrução, diligências diversas).

# Iniciativas Realizadas

## Plano de Cargos e Carreiras - PCCR

A autonomia funcional e administrativa do MPRS permite que a Instituição decida sobre a organização de seus cargos e serviços auxiliares, os planos de carreira e a política remuneratória. Nesta vertente, a Administração Superior buscou desenvolver o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR). Essencial para a organização e o funcionamento institucionais, o Plano busca atender às expectativas do MPRS e seus servidores, visando uma melhor estruturação administrativa e o desenvolvimento de pessoas na Instituição.

A análise do quadro de pessoal vigente mostrou a existência de mais de 30 cargos diferentes, alguns isolados e outros com carreira, apresentando diversidade nos níveis de escolaridade e áreas de atuação. Assim, para reduzir esse número, foi encaminhado à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 132/2012 que cria os cargos e respectivas carreiras de Analista, Assistente e Técnico do Ministério Público.

## Concursos Públicos Realizados

Em 2012, foi concluído o concurso para o cargo de Assessor – Área do Direito e iniciados os certames para os cargos de: Técnico Superior de Informática, Bibliotecário Jurídico e Técnico de nível médio em Informática – Áreas de Sistemas, Equipamentos, Internet/Intranet e Apoio ao Usuário.

Todos os concursos foram organizados integralmente pela Instituição, o que tornou dispensável a contratação de empresas organizadoras para execução dos certames, trazendo economia ao processo.

## Concurso de Promoções

Após dois anos desde o último concurso de promoções, foi aberto o 30º Concurso de Promoção para o cargo de Agente Administrativo, ofertando 11 vagas para a classe 'O' e 19 para a classe 'N', sendo 08 efetivas e 11 projetadas com a promoção para a classe superior.

A iniciativa teve por objetivo revitalizar a carreira de Agente Administrativo, possibilitando a disponibilização de 19 vagas na classe 'M', para as quais houve nomeação de novos servidores.

## Seleção Pública de Estagiários Bolsistas

Em cumprimento ao disposto na Resolução nº 62/2010 do Conselho Nacional do Ministério Público, regulamentada pelo Provimento nº 65/2011, a instituição passou a adotar, desde 30 de abril de 2012, a seleção pública como critério de admissão de estudantes à modalidade bolsista do Programa de Estágios do MPRS.

Com efeito, desde a mencionada data, as contratações de estagiários bolsistas estão sendo realizadas nos termos do "Regulamento do Processo Seletivo de Estágio", constante no Anexo Único do Provimento nº 66/2011, o qual exige a aplicação de, no mínimo, uma prova escrita, objetiva, discursiva e/ou redação para a seleção dos estudantes.

# Capacitação e Treinamento

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) é órgão auxiliar do MPRS, vinculado administrativamente à Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça e regido pela legislação aplicável e pelo seu Regimento Interno.

Em 2012, diretamente ou por meio de parcerias com outras áreas, o CEAF participou do aprimoramento cultural e profissional dos membros e servidores do MPRS, com o intuito de elevar os padrões técnicos e científicos dos serviços prestados pela Instituição.

Os projetos foram definidos com base no levantamento de necessidades educacionais realizado pela equipe do CEAF junto às áreas da Instituição, e distribuídos nos seguintes Programas Educacionais: Direito, Atuação Ministerial, Integração ao Ministério Público, Formação de Gestores, Língua Por-tuguesa, Informática Usuário, Informática Desenvolvedor, Assessoramento Técnico, Áreas Administrativas, Pós-Graduação e Outras Demandas. A vinculação de cada projeto ao respectivo Programa Educacional foi balizada pelos objetivos estabelecidos.

Cabe lembrar, ainda, que no decorrer do ano tramitaram pelo CEAF pedidos de compras de vagas para diversos cursos oferecidos no mercado, além dos projetos desenvolvidos internamente. O quadro que segue atesta a dimensão do atendimento a essas demandas:

| DADOS DAS CAPACITAÇÕES | |
|---|---|
| Número de Projetos Educacionais | 111 projetos |
| Número de turmas | 151 turmas |
| Somatório da carga horária dos Projetos Educacionais | 5.748 horas/aula |
| Total de certificações nos Projetos Educacionais | 1.834 vagas |
| Carga Horária média por pessoa, considerando 2.702 pessoas na Instituição (membros e servidores) | 13,69 horas/aula |

| | |
|---|---|
| Investimento médio por pessoa, considerando 2.702 pessoas na Instituição (membros e servidores) | R$ 159,99 |
| Média das notas dos projetos educacionais | 9,02 |
| Média do índice de aplicabilidade dos conteúdos | 98,40% |
| Número de treinamentos realizados por dia* | 0,76 |

*Considerados os dias úteis de março à primeira quinzena de dezembro.

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados em capacitação nos diversos programas educacionais:

| Programas | Investimento | % | Participantes | % | Investimento/ participante |
|---|---|---|---|---|---|
| Direito | R$ 39.895,00 | 9,23 | 436 | 23,77 | R$ 91,50 |
| Atuação Ministerial | R$ 77.337,00 | 17,88 | 406 | 22,14 | R$ 190,49 |
| Integração ao Ministério Público | R$ 544,86 | 0,13 | 169 | 9,21 | R$ 3,22 |
| Formação de Gestores | R$ 130.029,00 | 30,07 | 298 | 16,25 | R$ 436,34 |
| Língua Portuguesa | R$ 0,00 | 0,00 | 126 | 6,87 | R$ 0,00 |
| Informática Usuário | R$ 6.168,00 | 1,43 | 98 | 5,34 | R$ 62,94 |
| Informática Desenvolvedor | R$ 52.210,00 | 12,08 | 56 | 3,05 | R$ 932,32 |
| Assessoramento Técnico | R$ 18.316,00 | 4,26 | 42 | 2,29 | R$ 436,10 |
| Áreas Administrativas | R$ 5.415,00 | 1,25 | 19 | 1,04 | R$ 285,00 |
| Pós-graduação | R$ 24.044,82 | 5,56 | 8 | 0,44 | R$ 3.005,60 |
| Outras demandas | R$ 6.425,00 | 1,49 | 176 | 9,60 | R$ 36,51 |
| Despesas Gerais do CEAF | R$ 71.901,90 | 16,62 | - | - | - |
| **TOTAL GERAL** | **R$ 432.286,58** | **100** | **1.834** | **100** | **-** |

# Dados Estatísticos de Recursos Humanos

## Nomeações à Carreira do Ministério Público

Uma vez que ainda não foi concluído o XLVI Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público, no ano de 2012 não foram realizadas novas nomeações. O concurso suprirá vagas decorrentes do expressivo número de desligamentos, verificados principalmente por inativação.

| CARGO | CARGOS CRIADOS | CARGOS LOTADOS | | | CARGOS VAGOS | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2010 | 2011 | 2012 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Procurador de Justiça | 140 | 110 | 108 | 112 | 30 | 32 | 28 |
| Promotor de Entrância Final | 285 | 202 | 204 | 216 | 83 | 81 | 69 |
| Promotor de Entrância Intermediária | 296 | 244 | 245 | 226 | 49 | 51 | 70 |
| Promotor de Entrância Inicial | 184 | 98 | 103 | 93 | 87 | 81 | 91 |

Fonte: Portal Transparência, em 31/12/2012.

## Movimentação na Carreira do Ministério Público

Em função do aumento da demanda pelos serviços do Ministério Público e considerando que está em andamento o XLVI Concurso Público de Ingresso à Carreira, destinado a prover 15 vagas de Promotor de Justiça na entrância inicial, promoveu-se a seguinte movimentação na carreira no ano de 2012:

| ENTRÂNCIA | PROMOÇÕES | | REMOÇÕES | |
|---|---|---|---|---|
| | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 |
| Procurador | 8 | 10 | 20 | 7 |
| Entrância Final | 18 | 21 | 48 | 38 |
| Entrância Intermediária | 21 | 11 | 51 | 64 |
| Entrância Inicial | - | - | 32 | 26 |
| **TOTAL** | **47** | **42** | **151** | **135** |

## Nomeações de Servidores

As nomeações de servidores foram efetuadas visando não apenas a suprir as vacâncias decorrentes de aposentadorias e de outras formas de vacância de pessoal no Quadro de Pessoal da PGJ, mas também para contemplar as necessidades de pessoal decorrentes do crescimento da Instituição e da ampliação de sua atuação no cumprimento de suas funções para a sociedade.

Neste contexto, foram empossados e entraram em exercício 136 novos servidores, número representado principalmente por Assessores - Área Jurídica, Agentes Administrativos e Secretários de Diligências, conforme quadro demonstrativo abaixo:

| CARGO | TOTAL |
|---|---|
| AGENTE ADMINISTRATIVO | 46 |
| ASSESSOR BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO | 1 |
| ASSESSOR BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS | 52 |
| ASSESSOR BACHAREL EM CONTABILIDADE | 3 |
| BIÓLOGO | 2 |
| ENGENHEIRO MECÂNICO | 1 |
| MÉDICO PSIQUIATRA | 1 |
| PSICÓLOGO | 1 |
| SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS | 17 |
| TÉCNICO DE ÁUDIO | 3 |
| TÉCNICO SUPERIOR DE INFORMÁTICA | 9 |
| **TOTAL** | **136** |

Fonte: BI/ARH, em 19/11/2012.

## Evolução dos Recursos Humanos – 2008 a 2012

| ANO | TOTAL DE MEMBROS | TOTAL DE SERVIDORES* | TOTAL DE MEMBROS E SERVIDORES |
|---|---|---|---|
| **2008** | 664 | 1.890 | 2.554 |
| **2009** | 659 | 2.040 | 2.699 |
| **2010** | 654 | 2.084 | 2.741 |
| **2011** | 660 | 2.035 | 2.695 |
| **2012** | 647 | 2.109 | 2.756 |

*Inclui os de provimento efetivo, adidos, cargos em comissão e estabilizados.
Fonte: Portal Transparência, em 19/11/2012.

## Dados de Pessoal Fornecidos ao Conselho Nacional do Ministério Público

| DESCRIÇÃO | TOTAL |
|---|---|
| N.º de cargos de MEMBROS DE 1º INSTÂNCIA existentes | 184 |
| N.º de cargos de MEMBROS DE 1º INSTÂNCIA providos | 93 |
| N.º de cargos de MEMBROS DE 2º INSTÂNCIA existentes | 296 |
| N.º de cargos de MEMBROS DE 2º INSTÂNCIA providos | 226 |
| N.º de cargos de MEMBROS DE 3º INSTÂNCIA existentes | 285 |
| N.º de cargos de MEMBROS DE 3º INSTÂNCIA providos | 216 |
| N.º de cargos de Servidores de carreira existentes | 2.155 |
| N.º de cargos de Servidores de carreira providos | 1.706 |
| N.º de Cargos em Comissão/Funções Gratificadas existentes | 570 |
| N.º de Cargos em Comissão providos | 328 |
| N.º de cargos providos com outros servidores que não de carreira ou cargo em comissão | 87 |
| N.º de vagas existentes para estagiários | 1.629* |
| N.º de Membros inativos | 259 |
| N.º de Servidores inativos | 102 |
| Remuneração média de Membros ativos | R$ 22.167,32 |
| Remuneração média de Membros inativos | R$ 23.052,10 |
| Remuneração média de Servidores ativos | R$ 7.922,80 |
| Remuneração média de Servidores inativos | R$ 11.759,36 |

Fonte: Portal Transparência – 31/12/2012
*O número refere-se ao total de vagas existentes no quadro. A distribuição em cada área ocorre de acordo com a necessidade/requisição.

# Gestão de Processos de Trabalho
## Projetos Estratégicos

### Certificação das Promotorias de Justiça

A implantação do "Programa de Padronização e Organização Administrativa das Promotorias de Justiça" (PROPAD) nas comarcas do interior e da Capital, em 2010 e 2011, respectivamente, inseriu a metodologia de Gestão por Processos no MPRS. Como resultado da aplicação das diretrizes do PROPAD, objetiva-se também a agilidade das rotinas de trabalho e a preparação para o processo eletrônico, além do crescimento da produtividade e a segurança na realização das tarefas, pela eliminação de retrabalhos e controles desnecessários, gerando melhor qualidade de vida no trabalho. Visa, também, à qualificação e à otimização dos serviços prestados pelas Promotorias de Justiça à sociedade.

Em 2012 o PROPAD realizou projetos de grande importância para a Instituição, destacando-se o de Certificação das Promotorias de Justiça que se adequaram ao padrão estabelecido, consolidando a implantação da Gestão por Processos. O projeto visa certificar as Promotorias de Justiça que estiverem executando os processos de trabalho conforme os padrões estabelecidos no Manual da Promotoria de Justiça. A certificação é realizada pela equipe interna e é emitida pelo Procurador-Geral de Justiça.

O procedimento de Avaliação de Conformidade é realizado em três etapas distintas e progressivas, com atribuição de certificado e selo de qualidade em cada uma delas (Certificação; Certificação Plena e Certificação com Excelência). Para certificar-se na etapa 2 ou 3 é necessário que a Promotoria de Justiça tenha sido certificada na etapa imediatamente anterior. A Certificação é um atestado de reconhecimento de que a Promotoria de Justiça está trabalhando de forma eficiente e eficaz.

A verificação da conformidade aos padrões é realizada através da análise de relatórios do Sistema Gerenciador de Promotorias (SGP) e de informações coletadas junto ao Promotor de Justiça Diretor, por meio de um questionário.

Durante o ano em comento, 25 Promotorias de Justiça foram certificadas, sendo que seis delas tiveram ações corretivas para atendimento dos requisitos.

Cabe lembrar, ainda, que ao longo do ano foi realizada a capacitação de mais uma turma de facilitadores do PROPAD. Trata-se da formação de servidores das Promotorias de Justiça, indicados pelos Promotores de Justiça Diretores, encarregados da manutenção aos padrões estabelecidos pelo PROPAD.

### Redesenho de Processos – Procedimentos Investigatórios

Visando a contribuir com o objetivo estratégico "Valorizar a atividade extrajudicial", teve início o projeto de aprimoramento dos procedimentos investigatórios institucionais. Por meio de celebração de convênio do MPRS com o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), a consultoria Falconi Consultores de Resultado tem auxiliado a equipe do PROPAD no redesenho de processos de trabalho dos procedimentos investigatórios. Os objetivos prioritários da iniciativa são: reduzir o tempo de tramitação dos procedimentos investigatórios; aumentar o índice de termo de compromisso de ajustamento de conduta cumpridos; e aumentar a participação de investigações de grande relevância social sobre o total de procedimentos investigatórios.

Para tanto, formaram-se grupos de Promotores de Justiça e de servidores em três frentes de trabalho: Processo de Investigação, com foco na área de Improbidade Administrativa; Acompanhamento de Termos de Ajustamento de Conduta – TACs, com foco na área Urbano-Ambiental; e Procedimento Extrajudicial Eletrônico.

Nas duas primeiras frentes os grupos mapearam o fluxo de trabalho atual e identificaram as oportunidades de melhorias. Foi também realizado o planejamento da implantação das melhorias,

com base em diretrizes estabelecidas pela Administração Superior.

Em relação ao Procedimento Extrajudicial Eletrônico, o grupo de trabalho, composto por Promotores de Justiça, Promotores-Corregedores, servidores do PROPAD, da Unidade de Desenvolvimento de Sistemas e da Divisão de Assessoramento Técnico, iniciou a elaboração do novo fluxo de atividades.

Cabe ressaltar que o trabalho com a consultoria externa traz a modernização da gestão, com a apropriação pelos servidores do MPRS de novas ferramentas e técnicas já testadas em instituições similares, como o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo.

No ano de 2013, serão implementadas ações de melhoria e será realizado um curso de atualização para todos os servidores facilitadores do PROPAD.

# Iniciativas Realizadas

## Processo Judicial Eletrônico no 2º Grau

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), no final de 2011, lançou oficialmente o Processo Judicial Eletrônico no 2º Grau, com tramitação totalmente virtual de Agravos de Instrumento e Ações Originárias em Instância Superior. Em 2012, o MPRS, por meio da equipe do PROPAD e da área de Informática, auxiliou as Procuradorias de Justiça na implantação da nova sistemática de trabalho.

Foram realizadas reuniões com a equipe de trabalho do TJRS para esclarecimento de dúvidas e solicitações de correções no Portal do Processo Eletrônico, sistema do Poder Judiciário onde tramitam os feitos. Com o auxílio de servidores das Procuradorias de Justiça, foi elaborado um manual para auxiliar tanto no uso do Portal, quanto no novo fluxo de trabalho. Foi também oferecido um treinamento aos usuários e realizado auxílio presencial aos servidores e Procuradores de Justiça pela Unidade de Apoio ao Usuário.

# Gestão de Infraestrutura Predial

## Iniciativas Realizadas

O MPRS procedeu à criação, no ano de 2012, de um Grupo de Trabalho para tratar da acessibilidade nos prédios da Instituição, visando adequar suas edificações e serviços às normas existentes e também atender o disposto na Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Ao longo do ano, em conjunto com a Divisão de Arquitetura e Engenharia da Procuradoria-Geral de Justiça, o Grupo citado realizou uma avaliação das edificações e indicou as principais adequações necessárias nas 154 sedes próprias da Instituição para compatibilizá-las às normas de acessibilidade.

O desenvolvimento dos projetos de execução das obras para viabilizar a adequação dos prédios conforme proposta do referido Grupo de Trabalho está em análise pela Administração Superior, dependendo de disponibilidade financeiro-orçamentária.

## Dados da Infraestrutura Predial

No ano de 2012 foram edificados 6.026,00 m², compreendendo construções, ampliações e melhorias. Deste total, 511,00 m² representam uma nova sede que foi entregue.

Atualmente, o MPRS conta com 154 sedes próprias. Destas, 144 localizam-se no interior e 10 em Porto Alegre. O número de Promotorias instaladas em espaços alugados é de 23, sendo 17 locações de terceiros (interior) e 6 do Tribunal de Justiça (3 no interior e 3 em Porto Alegre).

### Quadro Demonstrativo do Número de Sedes Próprias

| Ano | Sedes Próprias Construídas | Total de Sedes Próprias |
|---|---|---|
| até 2002 | 43 | 43 |
| 2003 | 11 | 54 |
| 2004 | 18 | 72 |
| 2005 | 25 | 97 |
| 2006 | 14 | 111 |
| 2007 | 17 | 128 |
| 2008 | 5 | 133 |
| 2009 | 11 | 144 |
| 2010 | 5 | 149 |
| 2011 | 6 | 154 |
| 2012 | 1 | 154* |

* Em 2012 foi construída uma nova sede, a de São Luiz Gonzaga que, apesar de já possuir sua sede própria, teve que entrar na programação em decorrência da mudança de endereço do Fórum. Por este motivo o total de sedes permaneceu o mesmo de 2011.

Além da construção de uma nova sede, foram concluídas obras de manutenção, reforma, ampliação e cobertura em 37 prédios da Instituição. Ressalte-se, ainda, que estiveram em andamento em 2012, com previsão de conclusão em 2013, obras em outras 37 sedes do MPRS.

# Gestão de Tecnologia da Informação
## Projetos Estratégicos

### Business Intelligence – BI

O MPRS, no ano de 2012, adquiriu uma ferramenta de Business Intelligence com vistas a tornar mais ágil a consulta e cruzamento de dados de interesse da Instituição, de modo a possibilitar a extração de informações para embasar a tomada de decisão e, consequentemente, aperfeiçoar sua atuação institucional e administrativa.

O sistema permite, ainda, uma análise associativa, ou seja, que os usuários pesquisem e interajam com os dados da mesma maneira com que eles pensam. Significa que os usuários podem ver instantaneamente como é o relacionamento entre os dados nas diferentes aplicações, sistemas, organizações e regiões. Ferramentas de BI que utilizam análise associativa permitem fazer qualquer pergunta, testar qualquer hipótese, explorar qualquer ângulo, e compartilhar o que é encontrado, ao passo que os sistemas de BI tradicionais exigem um maior nível de detalhamento da informação disponível.

No corrente ano, além da aquisição da ferramenta, foi realizada a capacitação dos usuários que atuarão como desenvolvedores das aplicações de consulta e análise de dados, bem como foram levantados os indicadores relevantes de cada área e desenvolvida a primeira nuvem com dados da atuação institucional que atualmente está em fase de validação e homologação das informações. Foi construída, também, a nuvem e desenvolvida a aplicação para consulta aos dados de Recursos Humanos do MPRS.

### SIN – Sistema Institucional de Informação

Em 2012 foi realizada a consolidação dos requisitos funcionais do novo sistema institucional de gerenciamento de informações a ser desenvolvido no MPRS. O trabalho partiu do levantamento dos requisitos com os usuários internos – Procuradorias e Promotorias de Justiça, Administração Superior e setores administrativos, a partir da realização de 33 Oficinas realizadas no interior do estado e em Porto Alegre, que contaram com cerca de 300 participantes.

O Relatório de Consolidação dos Requisitos foi entregue à Administração do MPRS, assim como uma proposta de trabalho para a fase de desenvolvimento, tanto das atividades preparatórias necessárias, quanto dos cenários para priorização dos módulos a serem desenvolvidas. A Administração do MPRS aprovou o início da primeira fase do trabalho priorizando, inicialmente, o desenvolvimento dos requisitos referentes à atividade extrajudicial da Instituição.

## Governança de TI – COBIT

Em 2012, a Divisão de Informática adequou alguns de seus processos de trabalho às melhores práticas sugeridas pelo COBIT (Framework de Governança). O COBIT®, do inglês, Control Objectives for Information and related Technology, é um guia de boas práticas apresentado como framework, dirigido para a gestão de tecnologia de informação (TI). Especialistas em gestão e institutos independentes recomendam o uso do COBIT como meio para otimizar os investimentos de TI, melhorando o retorno sobre o investimento (ROI) percebido, fornecendo métricas para avaliação dos resultados (Key Performance Indicators KPI, Key Goal Indicators KGI e Critical Success Factors CSF).

No caso da Divisão de Informática, o foco foi melhorar o alinhamento da TI com os objetivos estratégicos do MPRS, trazendo uma visão compreensível do que a TI está fazendo e quais as suas responsabilidades baseadas no processo. Para tanto, foram priorizados alguns processos internos, tais como Gestão de Projetos, Gestão de Mudança, Gerenciamento de Investimento, Controle da Execução Orçamentária, Autorização de Notas Fiscais, Fluxo de Novas Demandas, Gerenciamento da Central de Serviços e Incidentes, Gerenciamento de Configuração.

## Certificação Digital

Em novembro de 2012 foi realizada a cerimônia de lançamento da Certificação Digital no MPRS. No evento, foi entregue o credenciamento para utilização do certificado digital destinado à intimação eletrônica dos Procuradores de Justiça das Procuradorias Cível e Criminal. Foram adquiridos, inicialmente, 50 certificados digitais ICP Brasil, do tipo A3, que detém o maior grau de segurança.

O certificado digital do tipo A3 garante a autenticidade e a integridade nas transações eletrônicas de pessoas físicas com segurança, garantindo confiabilidade, privacidade, integridade e inviolabilidade em mensagens e em diversos tipos de operações realizadas via Internet. O certificado tem validade jurídica para ser utilizado como assinatura de próprio punho, comprovando que seu proprietário concorda com o documento assinado. Uma assinatura digital carrega dados públicos do certificado digital do signatário e é realizada de forma irreversível a partir da chave privativa constante naquele.

O certificado Digital pessoa física A3 está sendo utilizado na assinatura eletrônica nos processos de segundo grau e também possibilita assinar eletronicamente peças no Sistema Gerenciador de Promotorias (SGP). Além disso, o certificado permitirá que os Promotores utilizem o processo eletrônico do TJRS, o qual deverá ser estendido à primeira instância em 2013.

## Ampliação do Banco de Dados e do Servidor de Aplicações

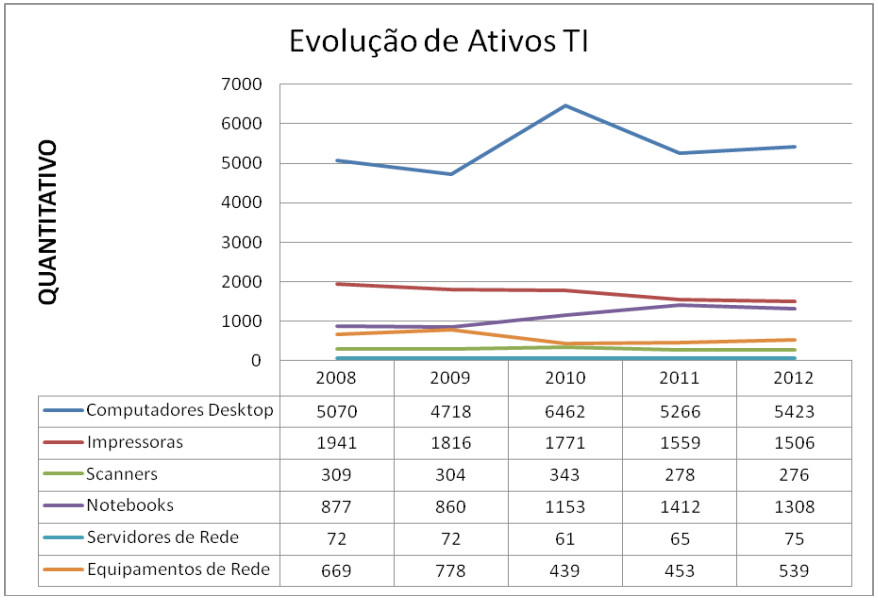
Em 2012, foi feita a ampliação do Banco de Dados Oracle e a criação de estrutura com diversos computadores compartilhados (Cluster). Tal técnica de implementação de Banco de Dados faz com que o Banco processe não apenas em um, mas em diversos computadores servidores interligados. A presente ampliação da estrutura de Banco de Dados e do Servidor de Aplicações trará maior eficiência e agilidade no processamento das operações e reduzirá o período de indisponibilidade dos sistemas corporativos.

Ademais, a arquitetura em cluster também propicia um ganho de desempenho na medida em que permite que a aplicação seja modularizada, rodando diversos processos simultaneamente (ex.: geração de relatórios). A instalação de novo servidor de aplicações (JBoss) trará benefícios similares, uma vez que melhora a capacidade e disponibilidade do servidor de rede onde as aplicações são processadas.

# Evolução de Ativos de TI / Modernização Tecnológica

Em 2012, a atualização tecnológica realizada para melhorar os serviços de informática proporcionou maior confiabilidade nos servidores de arquivos, servidores de internet e intranet, servidores de e-mail, servidores de banco de dados e aplicações, entre outros. O trabalho foi executado acompanhando o desempenho e a disponibilidade dos serviços, monitorando tráfegos de rede, visando à utilização racional e, principalmente, para recuperação dos sistemas e banco de dados em caso Disaster Recovery.

Cabe lembrar, por fim, que a ampliação de quantitativos realizada seguiu a política administrativa de substituição anual de 20% dos equipamentos de informática com mais de cinco anos de utilização, além de atender o crescimento vegetativo e, também, o atendimento do necessário acréscimo de equipamentos para atender padronizações das Promotorias.




| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|---|
| Computadores Desktop | 5070 | 4718 | 6462 | 5266 | 5423 |
| Impressoras | 1941 | 1816 | 1771 | 1559 | 1506 |
| Scanners | 309 | 304 | 343 | 278 | 276 |
| Notebooks | 877 | 860 | 1153 | 1412 | 1308 |
| Servidores de Rede | 72 | 72 | 61 | 65 | 75 |
| Equipamentos de Rede | 669 | 778 | 439 | 453 | 539 |

A Divisão de Informática ampliou o link de Internet com objetivo de atender o constante aumento de demanda de serviços via WEB, como: Webconference, processo eletrônico, aulas EAD, etc., proporcionando mais agilidade e eficiência no acesso aos sistemas corporativos.

| Acesso à Rede Internet do MP-RS | 2012 |
|---|---|
| Internet | 45 Mbps |

| Velocidade dos links de dados em 2012 | Quantidade de Promotorias |
|---|---|
| 256 Mbps | 0 |
| 512 Mbps | 124 |
| 1024 Mbps | 42 |
| 2048 Mbps | 9 |
| 4096 Mbps | 1 |